

Carta Educativa Municipal



Câmara Municipal de Murça

Agosto de 2006

ÍNDICE DE GERAL

Capítulo I	Fundamentos e Objectivos Estratégicos	7
1	Introdução	8
2	A Carta Educativa – Conceito e Objectivos.....	9
2.1	Antecedentes.....	9
2.2	O conceito de Carta Educativa	10
2.3	Objectivos da Carta Educativa.....	11
2.4	Âmbito Territorial	12
2.5	Intervenientes na Elaboração da Carta Educativa	13
3	Princípios Orientadores e Objectivos Estratégicos.....	15
3.1	Princípios Gerais – A Lei de Bases do Sistema Educativo.....	15
3.2	Os Territórios Educativos.....	16
3.3	Legislação complementar.....	19
4	Linhas de Reflexão Estratégica e Operacional.....	20
4.1	A Ambição do Sistema Educativo de Murça.....	20
4.2	Objectivos Operacionais.....	20
4.2.1	Aumento da cobertura do ensino Pré-Escolar	21
4.2.2	Optimização do 1º ciclo e combate ao insucesso escolar.....	21
Capítulo II	Diagnóstico do Sistema Educativo Municipal.....	23
1	INTRODUÇÃO	24
2	CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIOECONÓMICA	25
2.1	Enquadramento.....	25
2.2	Análise Demográfica	25
2.2.1	A Evolução Demográfica Concelhia	25
2.2.2	A Estrutura Demográfica das Freguesias	28
2.2.3	A Estrutura Etária Concelhia	33
2.2.4	Movimentos da População.....	37
2.2.4.1	Evolução Natural	37
2.2.4.2	Movimentos migratórios.....	39
2.2.5	Estrutura do Povoamento e Hierarquização dos Aglomerados	40
2.3	Caracterização Socio-Económica Municipal.....	42
2.3.1	Dimensão e condições de vida das famílias residentes.....	43
2.4	Nível de Escolaridade	44
2.4.1	A estrutura produtiva.....	45
2.5	Síntese Conclusiva.....	48
3	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL.....	49
3.1	Introdução.....	49
3.2	A Procura Escolar	50
3.2.1	A Procura Potencial.....	50
3.2.2	A Procura Efectiva	52
3.2.2.1	Ensino Pré-Escolar	53
3.2.2.2	1º Ciclo do Ensino Básico.....	55
3.2.2.3	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	57
3.2.3	Ensino Secundário	58
3.2.4	Ensino Profissional.....	59
3.2.5	Alunos com Educação Especial	60
3.2.6	Ensino Recorrente.....	60
3.2.7	A procura do Ano Lectivo de Referência (2004/2005)	61
3.3	A Oferta Escolar.....	62
3.3.1	A oferta em equipamentos de Educação e Ensino	63
3.3.1.1	Oferta de Ensino Pré-Escolar	64
3.3.1.2	Oferta de Ensino Básico do 1º Ciclo	67

3.3.1.3	Oferta de Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos	72
3.3.1.4	Oferta de Ensino Profissional	74
3.4	Rede de Transportes.....	76
3.5	Eficácia do sistema de Ensino – Retenção e Abandono	77
3.6	Síntese conclusiva.....	79
4	DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO	80
4.1	Projeções da População Escolar	80
4.1.1	Pré-escolar.....	81
4.1.2	Ensino Básico e Secundário	82
4.1.3	Tendências Verificadas	83
4.1.3.1	(Hipótese A).....	83
4.1.3.2	(Hipótese B)	83
4.2	O Futuro da actual rede de ensino	89
4.2.1	Ensino Pré-Escolar	89
4.2.2	1º Ciclo do Ensino Básico.....	90
4.2.3	2ºe 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário	91
4.2.4	Ensino Profissional.....	92
4.2.5	Síntese Conclusiva.....	93
Capítulo III	proposta de reordenamento da rede educativa municipal.....	94
1	PREÂMBULO CONCEPTUAL	95
1.1	Território Educativo	95
1.1.1	Identificação dos Territórios Educativos	96
1.1.2	Normas Genéricas para a Reprogramação da Rede Educativa	97
2	PROPOSTA DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	98
2.1	O Território Educativo – 1ª Fase	104
2.1.1	Centro Escolar de Jou	104
2.1.2	Centro Escolar de Vilares.....	106
2.1.3	Centro Escolar de Candedo	108
2.1.4	Centro Escolar de Murça	110
2.1.5	2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO	112
2.1.6	ENSINO PROFISSIONAL.....	113
2.2	AVALIAÇÃO GLOBAL DA 1ª FASE	113
2.3	O Território Educativo – 2ª Fase	115
2.3.1	CENTRO ESCOLAR DE MURÇA	115
2.3.2	2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO	118
2.4	AVALIAÇÃO GLOBAL DA 2ª FASE	118
2.5	MEDIDAS DE AFECTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS A ENCERRAR	119
Capítulo IV	Fichas síntese.....	120
1	Fichas Síntese do Território Educativo.....	121
Capítulo V	FICHAS DE INTERVENÇÃO	123
1	Fichas de Intervenção.....	125
1	Introdução	129
2	Recursos de Monitorização/Avaliação	129
3	fases do processo de monitorização	130
3.1	Recolha e organização da informação.....	130
3.2	Instrumentos de Avaliação	130
3.3	Avaliação de resultados	132
3.4	Gestão.....	132
Capítulo VI	i BIBLIOGRAFIA.....	133

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Grafico. 1.	Evolução da população residente em Murça	26
Grafico. 2.	Taxas de Variação da População Residente	27
Grafico. 3.	Variação da população residente nas freguesias de Murça entre 1960 e 2001	29
Grafico. 4.	Variação do peso demográfico das freguesias (1981-2001)	31
Grafico. 5.	Pirâmides Etárias de Murça (1991 e 2001)	33
Grafico. 6.	Índices Demográficos de Murça	34
Grafico. 7.	Evolução etária da população do município de Murça (1960-2001)	35
Grafico. 8.	População por grandes grupos etários por freguesia em 1991	36
Grafico. 9.	População por grandes grupos etários por freguesia em 2001	36
Grafico. 10.	Movimentos demográficos em Murça	38
Grafico. 11.	Movimentos Naturais da população de Murça	38
Grafico. 12.	Movimentos migratórios internos em Murça	40
Grafico. 13.	Evolução da dimensão das famílias de Murça (1991 e 2001)	44
Grafico. 14.	Estrutura escolar da população residente em 1991 e 2001	44
Grafico. 15.	População Activa por Sector de Actividade	45
Grafico. 16.	População Empregada por Ramos de Actividade Económica – 2001	47
Grafico. 17.	Evolução da procura escolar potencial municipal (1991-2001)	52
Grafico. 18.	Evolução do Número de Alunos entre 1995/96 e 2004/05	53
Grafico. 19.	Alunos com necessidades especiais no município por nível de ensino (2004/2005)	60
Grafico. 20.	Evolução do ensino recorrente no município	61
Grafico. 21.	Distribuição dos alunos inscritos pelos diferentes níveis de ensino (2004/2005)	62
Grafico. 22.	Dotação de espaços e recursos complementares	66
Grafico. 23.	Dotação de espaços e serviços complementares	71
Grafico. 24.	Dotação de equipamentos e recursos escolares	72
Grafico. 25.	Evolução da Taxa de Ocupação da EB2,3/S de Murça	74
Grafico. 26.	Dotação de equipamentos e recursos escolares da escola profissional	76
Grafico. 27.	Evolução da TRD no 1º ciclo do ensino básico	78
Grafico. 28.	Evolução da TRD no 2º e 3º ciclos do ensino básico	78
Grafico. 29.	Evolução da TRD no ensino secundário	79
Grafico. 30.	Evolução dos nados-vivos no município (1955-2002)	80
Grafico. 31.	Projecção da procura do ensino pré-escolar (2005-2014)	81
Grafico. 32.	Estimativa do nº de alunos (Hipótese A)	83
Grafico. 33.	Estimativas da população escolar (Hipótese B)	84

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro. 1. Variação do peso demográfico de Murça	27
Quadro. 2. Evolução dos movimentos migratórios em Murça	40
Quadro. 3. Evolução da dimensão dos lugares segunda a sua dimensão por classes (1991-2001)	41
Quadro. 4. Distribuição da procura potencial por freguesia em 2001	51
Quadro. 5. Evolução do Número de Alunos entre 1995/96 e 2004/05	53
Quadro. 6. Evolução da Procura Efectiva do Pré-escolar (1991-2004)	54
Quadro. 7. Evolução da Procura Efectiva do 1ºCEB (1991-2005)	56
Quadro. 8. Evolução da Procura Efectiva dos 2º e 3º CEB (1995-2004)	57
Quadro. 9. Evolução da Procura Efectiva do Secundário (1995-2004)	59
Quadro. 10. Distribuição dos Equipamentos Escolares por Tipologias (2005/2006)	63
Quadro. 11. Equipamentos Pré-escolares por freguesia	65
Quadro. 12. Taxas de Ocupação do Pré-escolar no ano lectivo de 2004/2005	65
Quadro. 13. Taxas de Ocupação do 1º CEB no ano lectivo de 2005/2006	68
Quadro. 14. Caracterização Geral das Instalações da EB2,3/S de Murça	73
Quadro. 15. Caracterização Geral das Instalações da EP de Murça	75
Quadro. 16. Procura potencial do ensino pré-escolar por freguesia (2005-2014)	81
Quadro. 17. Valores de Referência do rendimento educativo em 2002/2003	82
Quadro. 18. Projectão da evolução da procura potencial dos ensinos básico e secundário por freguesia	86
Quadro. 19. Projectões da procura escolar até 2014 (Cenário A)	87
Quadro. 20. Projectões da procura escolar até 2014 (Cenário B)	88
Quadro. 21. Projectão da evolução da procura potencial do ensino básico e secundário por freguesia	99
Quadro. 22. Capacidades presentes e procuras futuras da rede educativa municipal	100
Quadro. 23. Escolas a encerrar ao abrigo do programa de qualificação do 1º ciclo do ensino básico	102
Quadro. 24. Proposta de reordenamento do 1º CEB para 2006/2007	102
Quadro. 25. Instalações e recursos do centro escolar de Jov	104
Quadro. 26. Instalações e recursos do centro escolar de Candedo	108
Quadro. 27. Instalações e recursos do centro escolar de Murça	110
Quadro. 28. Capacidades presentes e procuras futuras da rede educativa municipal	113
Quadro. 29. Capacidades presentes e procuras futuras da rede educativa municipal	118

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa. 1.	Enquadramento de Murça na região Norte _____	25
Mapa. 2.	Taxa de Variação da População Residente entre 1991 e 2001 no AMVDN _____	28
Mapa. 3.	Taxas de variação por freguesia da população residente (1981-2001) _____	30
Mapa. 4.	Densidade populacional por freguesia entre 1981 _____	32
Mapa. 5.	Densidade populacional por freguesia entre 2001 _____	32
Mapa. 6.	Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares _____	42
Mapa. 7.	População Residente Activa por Sector de Actividade em 2001 _____	46
Mapa. 8.	Mão-de-obra agrícola permanente por 100 habitantes na AMVDN (1999) _____	48
Mapa. 9.	Procura Potencial total do Sistema Educativo Municipal _____	51
Mapa. 10.	Evolução da Procura potencial do Pré-escolar (1991-2001) _____	55
Mapa. 11.	Evolução da Procura potencial do 1º CEB (1991-2001) _____	57
Mapa. 12.	Evolução da Procura potencial dos 2º e 3º CEB (1991-2001) _____	58
Mapa. 13.	Evolução da Procura potencial do secundário (1991-2001) _____	59
Mapa. 14.	Distribuição Geográfica dos Equipamentos Escolares (2004/2005) _____	64
Mapa. 15.	Áreas de Influência do ensino pré-escolar _____	67
Mapa. 16.	Áreas de Influência das EB1 _____	69
Mapa. 17.	Procura potencial do ensino pré-escolar em 2014 _____	90
Mapa. 18.	Projecção da procura potencial do 1º ciclo para 2014 _____	91
Mapa. 19.	Projecção da procura potencial do 2º e 3º ciclos e secundário para 2014 _____	92
Mapa. 20.	Proposta de Reordenamento para 2006/2007 _____	103

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1 INTRODUÇÃO

A reformulação das políticas educativas introduzida pela Lei de Bases do Sistema Educativo¹ em 1986, associada ao actual processo de transferência, por parte do Estado, de poderes e funções de nível central e regional para o nível local, veio definir novos princípios organizativos das redes educativas criando-se assim novos instrumentos operacionais de gestão e operacionalização local dessa mesma rede, nomeadamente a Carta Educativa.

A Carta Educativa é assim um instrumento de planeamento e de ordenamento do sistema educativo municipal, no qual se definem quais os recursos educativos que deverão ser localizados no território, tendo em vista a optimização da sua utilização, no quadro de desenvolvimento demográfico e sócio-económico municipal, procurando sempre garantir uma resposta adequada às necessidades educativas colocadas pela evolução da política educativa e pelas flutuações da procura escolar, garantindo a igualdade do acesso ao ensino e esbatendo as disparidades territoriais (Martins, 2000:9).

Enquanto produto, traduz-se num documento temporalmente finalizado, enquadrador de uma política educativa municipal, sustentado por um projecto educativo local de contornos profusamente participados. Enquanto processo, assume-se como em permanente construção e reinvenção, numa dinâmica pró-activa em torno de um conjunto de acções e projectos rumo a uma identidade localmente construída, numa crítica constante dos processos, recursos e metodologias mobilizadas dentro do sistema educativo local.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Murça decidiu então em 2005 dar início ao processo de reordenamento da rede educativa municipal, constituindo primeiramente para o efeito o Conselho Municipal de Educação e dando posteriormente início ao processo de elaboração da Carta Educativa, pretendendo assim que ainda no decorrer do processo de revisão do Plano Director Municipal (elemento estruturante da política de ordenamento do município com o qual a Carta Educativa se deve compatibilizar integralmente), seja concretamente definida a estratégia a adoptar para o futuro do sistema educativo municipal

A metodologia adoptada para a elaboração da Carta Educativa tem como base os critérios organizativos e princípios gerais estipulados pelo Ministério da Educação que se encontram

¹ Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei 46/86 de 14 de Outubro

compilados na publicação “*Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa*”² editada no ano 2000, e será assim constituída pelas seguintes fases:

- Fase 1.** Enquadramento Legislativo
- Fase 2.** Definição dos princípios orientadores
- Fase 3.** Caracterização Sócio-Económica do Concelho
- Fase 4.** Caracterização do Sistema Educativo Municipal
- Fase 5.** Diagnóstico da Situação Educativa no Concelho
- Fase 6.** Propostas de Reordenamento da Rede Escolar
- Fase 7.** Implementação/Monitorização/Avaliação do Processo

O documento que em seguida se apresenta, para além da definição detalhada do conceito, âmbito e objectivos da Carta Educativa, integra também a 1º e 2º fases do processo – o **Enquadramento Legislativo** onde se elaborará uma listagem e análise da legislação de referência nas áreas da Educação e da intervenção autárquica mobilizadas para a elaboração e fundamentação da Carta Educativa; e a **Definição dos Princípios Orientadores** onde se apresentam os princípios e objectivos estratégicos subjacentes ao desenvolvimento da Política Educativa Municipal tendo como base tanto a legislação e os normativos em vigor, como a percepção da actual realidade educativa do município de Murça identificada através de um diagnóstico muito sintético que permitirá apontar para algumas metas operacionais que a Carta Educativa deverá contemplar. As orientações aqui expressas procuram igualmente agilizar as várias ideias, aspirações e preocupações explanadas na 1ª reunião do Conselho Municipal de Educação com a equipa técnica responsável pela elaboração da Carta Educativa.

2 A CARTA EDUCATIVA – CONCEITO E OBJECTIVOS

2.1 Antecedentes

Durante muitos anos a **Carta Escolar** foi entendida como um documento onde apenas se registavam os edifícios escolares existentes e os que faltava construir, não possuindo uma configuração legal estabelecida e totalmente ausente de estratégias concertadas (Martins, 2000:8). Era uma **Carta**

² Esta publicação é constituída por dois documentos – “*Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*” e “*Manual para a elaboração da Carta Educativa*”.

Escolar Documento de planeamento estático e dogmático de natureza bloqueadora e totalmente ineficaz.

O conceito de edifício escolar associado à Carta Escolar era o de um edifício isolado, concepção bastante desajustada da actual realidade onde a Escola deve ser cada vez mais um centro, ou um elo, das redes de locais de educação e formação, num espaço de múltiplas e diversas actividades de cariz comunitário.

As escolas têm hoje um papel na sociedade que não se restringe ao conceito de instituição de ensino tradicional, tendendo a recuperar um lugar central no sistema social e um papel preponderante na formação dos jovens para a cidadania. Como tal, precisa de se enraizar, trocar influências e enriquecer comportamentos, valores e vivências dentro da sociedade em que está inserida (Martins, 2000:7).

Neste contexto, o planeamento da rede escolar/educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da escola, não só no seu plano organizativo interno, mas também da gestão de recursos e práticas e das relações com a comunidade.

A concepção de uma escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação e outros centros de recursos e apoios diversificados, levou a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para um mais abrangente – o conceito de **Carta Educativa – Instrumento e Prática de Planeamento**, um projecto fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente de ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social (Martins, 2000:8).

2.2 O conceito de Carta Educativa

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro define as competências da Câmara Municipal relativamente à elaboração da Carta Educativa, regulando o processo de elaboração, aprovação e seus efeitos, referindo o artigo 10º, no âmbito desta última, que ...

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município.”

A Carta Educativa é então entendida, enquanto produto, não como um documento acabado, mas como uma (re)configuração da Rede Educativa...

- Projectada num determinado horizonte temporal;
- Como expressão de uma política educativa;
- Destinada a ser permanentemente avaliada e actualizada nos planos normativo e de gestão administrativa operacional;
- Procurando a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes no território (Martins, 2000:8)

...que deverá assim formular uma proposta de reordenamento da rede educativa, isto é, **deverá delinear os contornos da rede educativa que se considera mais adequada para o município e que se pretende atingir num determinado horizonte temporal, projecto para cuja concretização deverão convergir todas as intervenções a executar a curto e médio prazo.**

2.3 Objectivos da Carta Educativa

Com vista à prossecução dos princípios gerais que sustentam, à escala nacional, o processo de reordenamento da rede educativa, bem como dos objectivos estratégicos subjacentes a esse processo, a Carta Educativa deverá assim, enquanto instrumento de planeamento prospectivo, e segundo o enunciado no Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, procurar atingir os seguintes objectivos genéricos:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar;
- Ser o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de

competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;

- Incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

A Carta Educativa deverá assim, enquanto objecto de estudo e segundo a legislação em vigor, identificar, a nível municipal, com a respectiva localização geográfica, todos os edifícios, equipamentos educativos³ e restantes ofertas educativas, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar, dos vários níveis de ensino nomeadamente o pré-escolar, o básico e o secundário tanto das redes pública, cooperativa e particular.

Deverá igualmente identificar os recursos humanos necessários à garantia das ofertas educativas anteriormente referidas, bem como elaborar uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar.

Deve incidir, igualmente, sobre a concretização da acção social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades e prever igualmente os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das actividades complementares de acção educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados.

2.4 Âmbito Territorial

A Carta Educativa tem por âmbito territorial toda área do município, procurando neste definir Territórios Educativos⁴. Refira-se aqui que o conceito de Território Educativo, encerra em si uma interpretação da comunidade municipal como um todo participativo no processo educativo, englobando assim a *Comunidade Escolar* propriamente dita (i.e., todos os indivíduos que diariamente se movem dentro dos estabelecimentos de ensino) e a *Comunidade Local*, num conceito mais abrangente, que extravasa para lá dos limites físicos da escola, mobilizando as pessoas e recursos locais para um projecto educativo socialmente integrado.

³ Entende-se por equipamentos educativos o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didáctico e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados para a conveniente realização da actividade educativa.

⁴ O conceito de Território Educativo e os objectivos a ele subjacentes encontram-se referidos no capítulo seguinte.

A Carta não se confina assim aos espaços tradicionalmente reservados à escola, mas procura encontrar na multiplicidade de “inputs” económicos e sociais, experiências informais e participação alargada, oportunidades de ampliar a experiência educativa dos jovens (contextualizada pelas influências, comportamentos, valores e vivências da comunidade local).

2.5 Intervenientes na Elaboração da Carta Educativa

A reformulação das políticas educativas associada ao processo de transferência, por parte do Estado, de poderes e funções de nível central e regional para o nível local a que se assiste desde os finais da década de 80, deu origem a um processo denominado “territorialização das políticas educativas” que traduz uma realidade complexa e global da transformação das relações entre o Estado, o Poder Local e a Educação.

Este conceito engloba uma diversidade de princípios e processos inovadores no âmbito do planeamento e da administração das políticas educativas, que visam sobretudo:

- Valorizar os poderes periféricos;
- Mobilizar os actores locais da educação;
- Devolver competências às escolas nos domínios pedagógico, administrativo e financeiro no quadro do reforço dos seus níveis de autonomia.

O papel das autarquias em todo este processo tem, assim, sofrido alterações mais ou menos profundas, visando uma maior e melhor participação no processo de reformulação do sistema educativo.

No “*Pacto Educativo para o Futuro*”⁵ (in Martins, 2000) afirma-se mesmo a respeito deste tema que **“A educação é um assunto de todos”**, i.e., directa ou indirectamente todos os residentes num território estão, em maior ou menor grau, interessados/envolvidos nos problemas da educação. O Decreto-lei 115-A/98, de 4 de Maio, consolidando este conceito, refere no seu preâmbulo:

“A Escola, enquanto centro das políticas educativas, tem, assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com uma nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança”

⁵ “Pacto Educativo para o Futuro” – Mensagem do Ministro da Educação, Ministério da Educação, ME, 1996

O mesmo Decreto-lei, no artigo 2º do Capítulo I, atribui ao município a iniciativa de criar o Conselho Municipal de Educação, definido como:

“Estrutura de participação dos diversos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente em matéria de apoio sócio-educativo, de organização de actividades de complemento curricular, de rede, de horários e de transportes escolares.”

Neste seguimento, a Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, veio posteriormente especificar concretamente o quadro das competências a transferir para as autarquias locais no âmbito do planeamento da rede educativa e gestão dos equipamentos educativos municipais, explicitando-as no artigo 19º as seguintes responsabilidades:

- Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico;
- **Elaboração da Carta Escolar a integrar no plano director municipal;**
- **Criação dos conselhos municipais de educação.**

Para além da autarquia local, intervêm igualmente no processo de elaboração da Carta, um conjunto de outros organismos, de diversos níveis institucionais e com diferentes graus de competência. Cabe no entanto à Câmara Municipal, como podemos aliás constatar pelo quadro apresentado de seguida, a maioria do trabalho de elaboração da mesma, uma vez que é ela o elemento agregador das várias realidades (social, económica, cultural e educativa) que interagem e contribuem para a definição de um sistema educativo eficaz e ajustado à realidade local.

Os restantes organismos intervenientes visam sobretudo, para além de disponibilizarem toda a informação necessária para a elaboração do diagnóstico exaustivo do actual sistema educativo local, assegurar a integração da política educativa local no todo nacional, regulamentando para tal todo o conjunto de normativos técnicos que de alguma forma condicionam a formatação da rede educativa às lógicas intermunicipal, regional e nacional e, posteriormente, monitorizando e avaliando, em parceria com a autarquia, a execução da Carta Educativa.

<i>Atribuições/Intervenientes</i>	<i>Câmara Municipal</i>	<i>Conselho Municipal de Educação</i>	<i>Comissão de Coordenação Regional</i>	<i>Serviços Centrais</i>	<i>Direcção Regional de Educação</i>
Análise da Política Educativa (<i>explicitação das grandes opções, princípios e prioridades do desenvolvimento educativo</i>)				<i>Executor</i>	
<i>Definição de Normativos Técnicos</i>				<i>Executor</i>	
<i>Adequação dos critérios de reordenamento a nível regional</i>	<i>Participante/Executor</i>		<i>Executor</i>		<i>Participante</i>
Caracterização Sócio-Económica					
<i>Actividades Económicas e a sua localização</i>	<i>Executor</i>	<i>Participante</i>	<i>Participante/Executor</i>		
<i>Demografia</i>	<i>Executor</i>		<i>Participante</i>		
<i>Hierarquização de Aglomerados</i>	<i>Executor</i>		<i>Participante/Executor</i>		
Caracterização e Evolução do Sistema Educativo					
<i>Procura da educação e do ensino</i>	<i>Executor</i>	<i>Participante</i>			<i>Participante/Executor</i>
<i>Oferta (Parque Escolar)</i>	<i>Executor</i>	<i>Participante</i>			<i>Participante/Executor</i>
<i>Diagnóstico da situação escolar</i>	<i>Executor</i>	<i>Participante</i>			<i>Participante/Executor</i>
Reconfiguração/Reordenamento da Rede	<i>Executor</i>	<i>Participante</i>			<i>Participante/Executor</i>
Monitorização/Avaliação	<i>Executor</i>			<i>Participante/Executor</i>	<i>Participante/Executor</i>

Quadro 1. Intervenientes no processo de elaboração da carta educativa e respectivas funções

A elaboração da Carta deverá assentar desde a sua fase inicial de concepção, numa participação activa de todos os actores pertinentes, de uma forma colectiva e cooperante, de modo a assegurar uma estratégia consertada e reconhecida por todas as partes do processo.

3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

3.1 Princípios Gerais – A Lei de Bases do Sistema Educativo

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei 46/86 de 14 de Outubro – veio definir um novo quadro geral do sistema de ensino e estabeleceu grandes princípios gerais e organizativos que vieram a ter uma influência decisiva na concepção dos edifícios escolares e na configuração de uma nova rede educativa.

Seguindo a nova lógica organizativa do processo de reordenamento, a legislação em vigor, baseada nos princípios emanados da LBSE, definiu os seguintes grandes princípios do reordenamento da política educativa:

- Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do

percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efectuar, de preferência, numa única escola ou agrupamento de escolas;

- Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do País, tendo em atenção factores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas.

Este conjunto de princípios subjacentes ao processo de reordenamento da rede educativa, visam assegurar um conjunto de objectivos, expressos no Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, nomeadamente:

- Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção sócio-educativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- Garantia da qualidade funcional, arquitectónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de agrupamento de escolas e de autonomia da sua gestão;
- Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, de forma que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área.

3.2 Os Territórios Educativos

Ainda do ponto de vista dos princípios orientadores da política de reordenamento da rede educativa, há um princípio essencial que deverá estar presente em qualquer acção de

reordenamento, aliás consagrado nos normativos apresentados pelo Ministério da Educação no documento “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”, designadamente:

“Nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente mas sim integrado em redes de equipamentos concebidas como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.” (Martins, 2000:17)

Segundo este princípio, dever-se-á adoptar uma organização espacial da rede escolar em **Territórios Educativos**, solução preconizada pelo Ministério da Educação como a mais adequada para a racionalização e para o funcionamento harmonioso de uma estrutura educativa que implica sistemas de contactos regulares entre os vários intervenientes no processo educativo.

Entende-se por Território Educativo (TE) *“o espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado. Um TE deve ser servido em boas condições por um conjunto de instalações de educação pré-escolar e de ensino básico interdependentes e complementares sob o ponto de vista pedagógico e de utilização de recursos físicos”*⁶ (Martins, 2000:17).

O TE integra, portanto, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico, permitindo esbater as disparidades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento, devendo assim promover o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do ensino básico e de jardins-de-infância (Martins, 2000:17).

O Território Educativo (TE) tem assim os seguintes objectivos subjacentes:

- Sucesso escolar dos alunos, permitindo-lhe um desenvolvimento harmonioso e de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos diferentes níveis de educação e ensino, facilitando a sua sociabilização e inversão dos diferentes níveis do processo educativo;
- Funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, coordenados e abrangendo todos os níveis etários, nomeadamente as de Educação Especial, Psicologia e Orientação Educativa e Acção Social Escolar;
- A racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos – instalações, equipamento e material didáctico – através de um sistema de administração e gestão

⁶ “Manual para a elaboração da Carta Educativa”, ME-DAPP, Fevereiro de 2000

conjugado que permita beneficiar todos os estabelecimentos de educação e ensino de um apoio pedagógico acrescido e o acesso a equipamentos superiores;

- Maior facilidade de contacto e articulação entre os docentes – educadores de infância e professores dos três ciclos do ensino básico – conducentes a uma melhor integração no meio escolar e comunitário;
- Organização local coordenada e desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente, evitando deslocações onerosas e com percas de tempo a locais mais distantes, e permitindo um conhecimento mais profundo das várias realidades existentes na zona, o que leva a uma melhor integração das escolas na comunidade.

Para atingir os objectivos propostos, a delimitação do Território Educativo (TE) deve obedecer aos seguintes critérios, definidos pelo Ministério da Educação:

- Deve respeitar-se, sempre que possível, o âmbito concelhio;
- A sua área de influência deve permitir um contacto fácil e regular entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta as condições geográficas, da acessibilidade da região e da densidade populacional;
- Deve possuir uma Escola que congregue maiores e mais especializados recursos físicos e humanos, que se denomina “Escola Nuclear”, onde se centralizam certas funções e actividades que não é possível desenvolver em escolas mais pequenas e, por isso, menos equipadas;
- A Escola Nuclear funciona, conseqüentemente, como um centro de dinamização e de apoio, tanto sob o ponto de vista pedagógico como de instalações, articulando-se este conjunto de escolas num sistema de trabalho participado e coordenado;
- A Escola Nuclear é, por isso, uma escola básica 2,3 (EB 2,3), ou uma Escola Básica Integrada (EB1,2,3) ou uma Escola Básica Integrada com JI (EBI/JI).
- A área de influência de cada TE deve ser definida pelas Direcções Regionais de Educação, com base na metodologia da Carta Educativa, devendo ser consultada obrigatoriamente a Autarquia Local e, sempre que possível, as Associações de Pais;

Estes tipos de escola, constituindo em si mesmo equipamentos diferenciados para a população escolar da sua área de influência, traduzir-se-ão ainda num benefício significativo para todas as

escolas articuladas no TE, que assim irão dispor de apoio pedagógico acrescido e de um conjunto de recursos qualitativamente superiores.

A constituição dos Agrupamentos de Escolas (criados com o objectivo de permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário) deverá respeitar este conceito de **Território Educativo**. O Agrupamento de Escolas complementa os princípios enunciados visto que o TE também integra o conceito de articulação horizontal, devendo, no entanto ter-se a preocupação de que o conjunto de escolas, que constitui o Agrupamento, faça parte do mesmo TE pois que este permite aos seus alunos completarem a escolaridade obrigatória no mesmo estabelecimento de ensino.

O Decreto-Lei nº 115/98, de 4 de Maio consagra formalmente os agrupamentos de escolas definindo-os no ponto 1 do artigo 5:

“O Agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.”

É com base neste de tipo de organização do parque escolar (delimitação dos territórios educativos e definição dos correspondentes agrupamentos de escolas) que se deverá elaborar a proposta de reordenamento da rede educativa de Murça.

3.3 Legislação complementar

Para além da legislação, enunciada anteriormente, existe ainda um conjunto de normativos legais e de princípios gerais e organizativos associados a cada um dos ciclos de ensino (pré-escolar, básico, secundário regular, profissional, recorrente e tecnológico) referidos na publicação do Ministério da

Educação “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”, bem como referentes ao conjunto de serviços e apoios complementares da rede educativa (transportes escolares, acção social, desporto escolar, etc.), que serão posteriormente referenciados aquando da sua análise específica no âmbito da elaboração da Carta Educativa.

4 LINHAS DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL

4.1 A Ambição do Sistema Educativo de Murça

Em termo gerais, independentemente dos resultados do diagnóstico a elaborar, a intervenção municipal no domínio da educação, i.e. a Carta Educativa, deverá adoptar estratégias adequadas que procurem, no futuro, que o Sistema Educativo de Murça seja:

- Inclusivo e multicultural, promotor do desenvolvimento social e pessoal aumentando para tal a qualidade do ensino, qualificando o espaço escolar, dotando-o com mais e melhores equipamentos, materiais de apoio e recursos educativos, optimizando o uso e a sua partilha por todas escolas da rede em que se inserem, promovendo a formação do pessoal docente e não docente e articulando conteúdos programáticos com a realidade regional e local;
- Que procure a integração dos diferentes graus de ensino;
- Que seja constituído por escolas que se afigurem como lugares de bem-estar e de ponto de encontro dos alunos com a família e com a comunidade; abrindo os espaços escolares à comunidade, apoiando o movimento associativo de pais e estabelecendo parcerias com agentes locais ou com os municípios envolventes.
- Que potencie a construção da Sociedade de Informação, dotando-se as escolas de equipamentos informáticos que permitam explorar as potencialidades da Internet ao serviço do processo educativo e promovam o combate à info-exclusão;

4.2 Objectivos Operacionais

O reconhecimento de “desajustamentos” da rede escolar de Murça, pese embora a ausência do diagnóstico completo, permite-nos desde já traçar várias de linhas de actuação que estabeleçam um conjunto sucinto de objectivos operacionais constituindo assim uma base de trabalho que possa auxiliar o arranque do debate com vista à definição dos objectivos específicos da Carta Educativa por parte da Autarquia e do Conselho Municipal de Educação de Murça.

4.2.1 Aumento da cobertura do ensino Pré-Escolar

A insuficiência que infra-estruturas pré-escolares, face à procura actual existente no município, **indicia claramente uma necessidade de reconfiguração da rede, passando inevitavelmente pela expansão do parque pré-escolar**. Os cerca de 34% de TBE registados em 2001 permitem-nos afirmar que, apesar da tendência demográfica do município ser a de perda do potencial demográfico jovem, a rede pré-escolar encontra-se ainda muito aquém de poder responder à procura, quer actual quer futura, não assegurando assim uma cobertura total do município, objectivo que, segundo os princípios da LBSE, deverá ser uma meta a atingir em todo o território nacional.

Essa expansão do parque poderá realizar-se através de iniciativas públicas ou privadas, cabendo à autarquia a escolha da melhor opção, procurando, no entanto, garantir sempre os seguintes objectivos de **aumento da cobertura, melhoria da acessibilidade, garantia de uma oferta equiparada em termos de qualidade quer do parque público quer do privado, procurando sempre que possível a integração do pré-escolar na rede do ensino básico**.

4.2.2 Optimização do 1º ciclo e combate ao insucesso escolar

A quebra acentuada da procura do 1º ciclo levanta problemas que se prendem inevitavelmente como o encerramento de escolas do 1º ciclo em vários locais do município. Sendo esta realidade um facto inevitável, o que está aqui em causa é saber qual o modelo de reordenamento que melhor se adapta à realidade do município: concentração total na sede do município? Criação de 2 ou 3 “pólos” em torno da freguesia sede de município (concentração moderada)?

Seja qual for a opção adoptada, o reordenamento da rede de ensino básico terá um conjunto de consequências imediatas que importa aqui referenciar, nomeadamente:

-A alteração do sistema de transporte escolares quer ao nível dos percursos, quer ao nível da capacidade a instalar para responder às novas necessidades, tornando-o compatível com o novo modelo adoptado;

-A necessidade de adopção de medidas de reutilização do parque escolar a encerrar que poderão passar pela criação de infra-estruturas complementares ao ensino/educação (bibliotecas, centros de estudos, ATL, etc.) ou até mesmo pela sua reconversão em estruturas de uso não relacionado directamente com a educação, mas que respondam a necessidades mais

prementes da população local do meio onde se encontra inserido (apoio social, saúde, turismo, etc.);

-O reforço das medidas de acção social escolar e da garantia de apoios educativos especiais adequados, nos “pólos escolares” a considerar.

CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL

1 INTRODUÇÃO

Após a definição dos Objectivos Estratégicos fundamentais para o processo de reordenamento do sistema educativo do município, a próxima fase é a de elaboração do diagnóstico da situação educativa municipal. Para tal, e dado que é reconhecido por todos que o processo educativo de um município assenta não apenas nas variáveis e nos espaços tradicionalmente reservados à escola, mas igualmente numa variedade de “inputs” de ordem social e económica que contextualizam e influenciam o sistema educativo local, importa portanto analisar e caracterizar o município segundo duas dimensões – **Socio-económica e Educativa** –. O diagnóstico contará assim com 2 sub capítulos de caracterização distintos.

No **primeiro** procede-se á elaboração de uma caracterização do território municipal procurando primeiramente o seu enquadramento na região envolvente de modo a podermos contextualizar a realidade socioeconómica do município. Seguidamente procede-se á caracterização demográfica do município, quer em termos globais, quer desagregando ao nível das freguesias que o constituem de modo a determos uma percepção das principais tendências populacionais registadas nos últimos anos, ficando a análise populacional completa com uma referência à estrutura do povoamento municipal e a respectiva hierarquia dos aglomerados, usando como base de análise os dados provenientes do documento provisório da revisão do Plano Director Municipal (PDM), actualmente em curso.

Seguidamente faz-se a caracterização de um conjunto de indicadores socioeconómicos do município, nomeadamente a dimensão e condições de vida das famílias residentes, os níveis de escolaridade municipais e a estrutura produtiva do concelho.

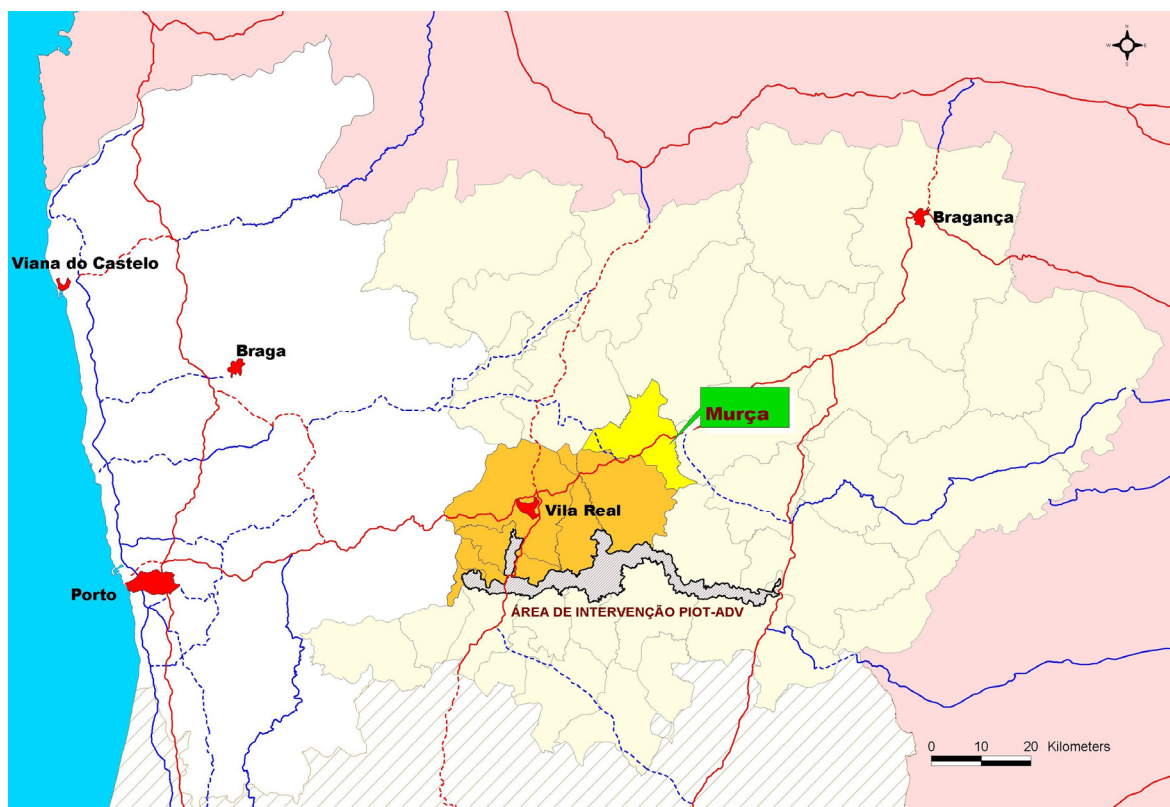
No **segundo**, o diagnóstico desenvolve-se em torno do sistema educativo propriamente dito, elaborando-se aí uma caracterização exaustiva da rede de equipamentos escolares existentes tanto em termos de quantitativos com qualitativos. Elabora-se também uma análise da procura escolar municipal (potencial e efectiva) para os vários níveis de ensino existentes no município.

No final, apresenta-se um diagnóstico prospectivo onde se procura avaliar qual a capacidade de resposta que a actual rede de ensino municipal poderá dar face à procura que se registar no futuro e quais os problemas que adviriam de uma não intervenção na rede de equipamentos actual.

2 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIOECONÓMICA

2.1 Enquadramento

O concelho de Murça localiza-se na parte Este do distrito de Vila Real, confrontando-se a Sul com os municípios de Alijó e Carrazeda de Ansiães, a norte com Vila Pouca de Aguiar, e Valpaços e a Este com o município de Mirandela (Mapa.1). Encontra-se na zona de transição entre a região Duriense e a Transmontana. Ao caminharmos de Norte para Sul apercebemo-nos das diferenças altimétricas e consequentemente paisagísticas do município; o Norte, dominado pelas encostas serranas onde a pecuária domina sobre a agricultura, e o Sul com paisagens amenas, ricas em vinhedos e olivais. Detêm portanto uma orografia acentuada que define uma paisagem inconfundível de elevada qualidade, marcada pela prática da agricultura, especialmente a viticultura, integrada parcialmente na Região Demarcada do Douro.



Mapa. 1. Enquadramento de Murça na região Norte
Fonte. Elaboração própria

2.2 Análise Demográfica

2.2.1 A Evolução Demográfica Concelhia

Tendo como base os dados dos 2 últimos recenseamentos gerais da população (Censos de 1991 e de 2001), bem como os dados intercensitários dos anuários estatísticos, elaborou-se uma análise da

evolução da população residente no município, quer em termos da sua distribuição espacial no território, analisando-se os vários fenómenos de concentração e de desertificação registados nas freguesias e lugares do município, quer em termos de estrutura etária através da análise das pirâmides etárias bem como dos indicadores demográficos registados e das suas respectivas evoluções na última década. Para tal foi compilado um conjunto de dados estatísticos com o nível de desagregação do concelho, da freguesia e do lugar.

Inserido na NUT Alto Trás-os-Montes que ocupa 8167,9 Km² e concentra apenas cerca de 2,2% da população portuguesa, o município de Murça, com os seus 6752 habitantes em 2001 e cerca de 189,4 Km² detém o 11º lugar quanto ao número de habitantes e a 4ª posição em termos de densidade populacional. Comparativamente com a região onde se insere (Trás-os-Montes e Alto Douro - TMAD), o município de Murça não foge às tendências perceptíveis na região, onde a regressão demográfica é já um dado adquirido e constitui uma quase fatalidade para a maioria dos municípios que a constituem.

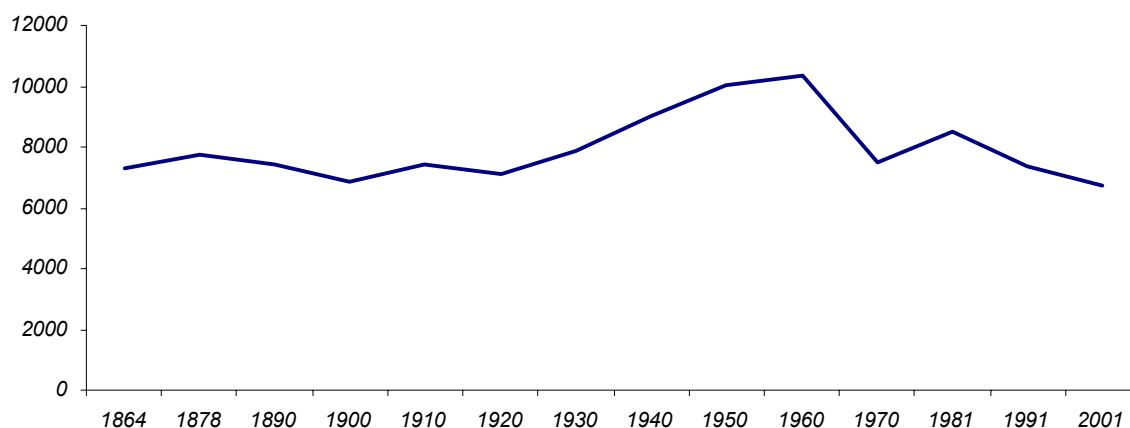


Gráfico. 1. Evolução da população residente em Murça
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População; elaboração própria

Murça encontra-se assim marcado, na 2ª metade do Século XX, por uma dinâmica regressiva do ponto de vista demográfico bastante acentuada, apresentando decréscimos da população constantes de década para década, perdendo cerca de 35% (-3.612 habitantes) da sua população entre 1960 e 2001 (Gráfico 1).

Na última década em particular, o município perdeu 619 habitantes (-8,4%), uma constatação, embora mais acentuada no caso de Murça, que reproduz claramente a realidade regional: o Agrupamento de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), ao qual Murça pertence, apresentou entre 1991 e 2001 um saldo populacional negativo de -3.877 habitantes (-3,4%), onde apenas o município de Vila Real apresentou crescimento populacional (+7,9%), e a NUT Alto Trás-os-Montes apresentou perdas na ordem dos -15.497 habitantes (-6,6%). A Região Norte apresenta no entanto variações positivas no período homólogo registando um acréscimo de

214.578 habitantes (+6,2%). Estes valores demonstram claramente as duas realidades distintas existentes entre o Litoral e o Interior da Região Norte de Portugal, embora já se denote na última década algum abrandamento do esvaziamento demográfico do Interior Norte face a épocas anteriores.

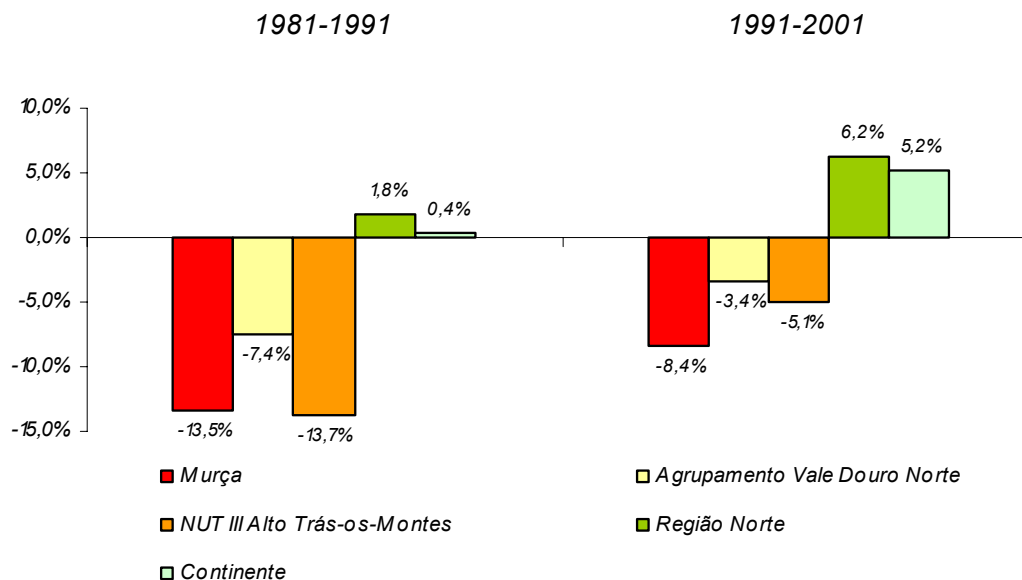
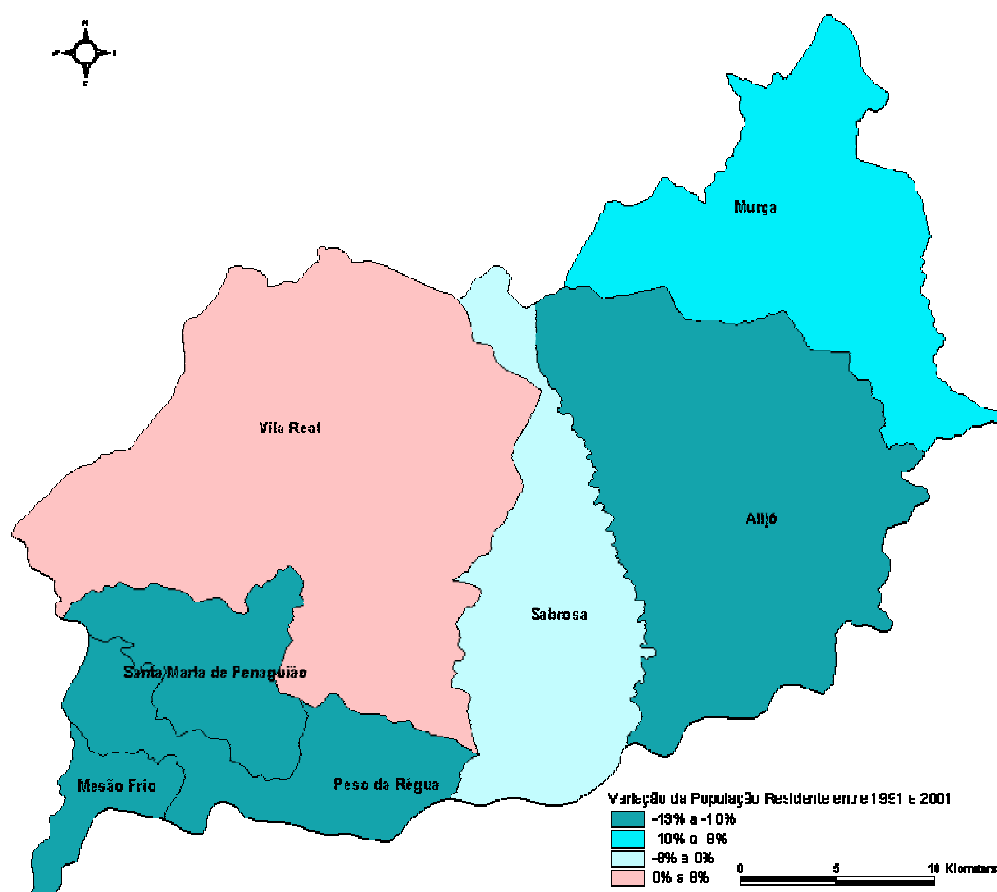


Grafico. 2. Taxas de Variação da População Residente
Fonte. INE, Recenseamentos Gerais da População; elaboração própria

Este declínio demográfico, em grande parte justificado pelos elevados fluxos emigratórios ocorridos em décadas anteriores, nomeadamente na década de 60, associados a uma quebra da taxa de natalidade, acarretou, naturalmente, uma perda significativa do potencial demográfico do município, quer em termos absolutos, quer em termos do seu peso demográfico no contexto regional e nacional. Entre 1981 e 2001 Murça viu o seu peso demográfico na AMVDN reduzir de 6,9% para 6,1%, uma variação que embora ligeira, torna-se substancialmente importante se levarmos em linha de conta a dimensão populacional do município já de si reduzida e o seu enquadramento numa região que tem vindo igualmente a perder importância populacional na Região Norte e no Continente, revelando claramente a intensificação dos desequilíbrios Litoral/Interior e Rural/Urbano registados nas últimas décadas.

	Peso demográfico em 1981	Peso demográfico em 1991	Peso demográfico em 2001
Agrupamento Vale do Douro Norte	6,9%	6,5%	6,1%
NUT Alto Trás-os-Montes	3,1%	3,1%	3,0%
Região Norte	0,2%	0,2%	0,2%

Quadro. 1. Variação do peso demográfico de Murça
Fonte. INE, Recenseamentos Gerais da População; elaboração própria



Mapa. 2. Taxa de Variação da População Residente entre 1991 e 2001 no AMVDN
 Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População; elaboração própria

Apesar deste declínio demográfico, como já foi referido anteriormente, nos últimos anos a evolução populacional tem vindo a estabilizar na maioria dos municípios da região. Os fluxos migratórios internacionais abrandaram substancialmente, registando actualmente praticamente apenas migrações inter-concelhias, fruto do efeito de polarização exercido pelos grandes centros urbanos da região (Vila Real, Mirandela, Bragança) sobre os municípios mais pequenos envolventes.

2.2.2 A Estrutura Demográfica das Freguesias

Analisando a variação demográfica das freguesias que constituem o município ao longo dos últimos 40 anos é perfeitamente visível a separação em três períodos distintos:

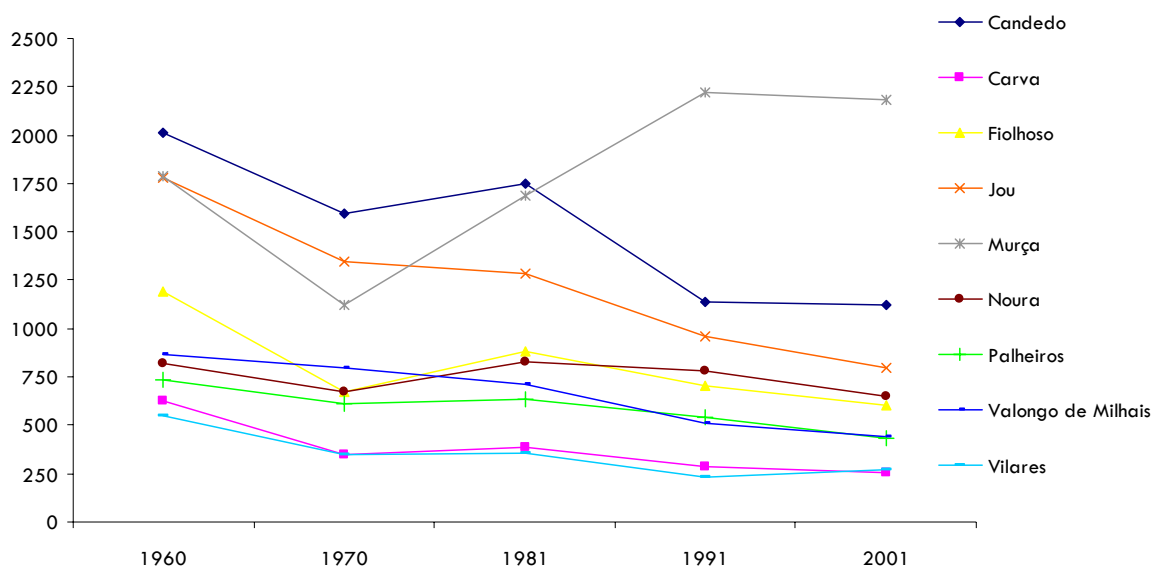
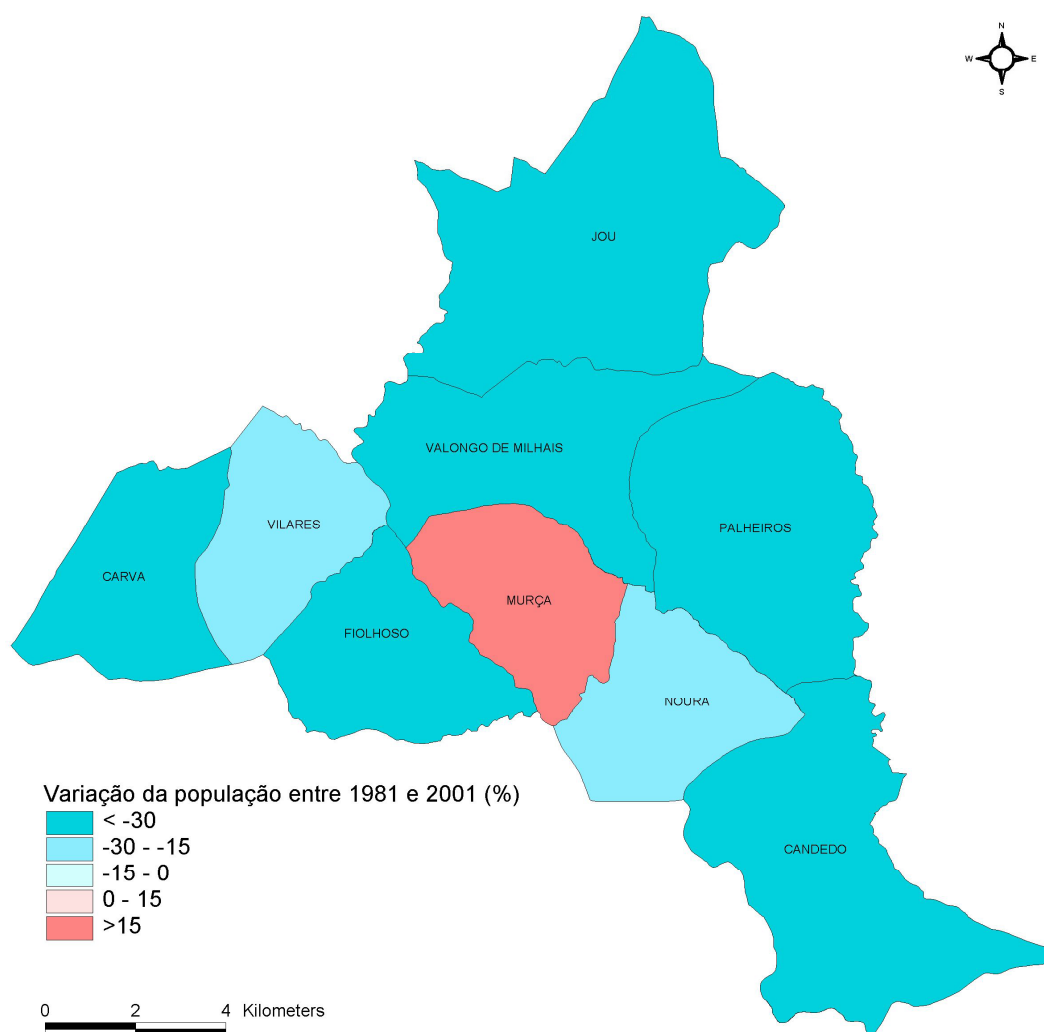


Grafico. 3. Variação da população residente nas freguesias de Murça entre 1960 e 2001
 Fonte. INE, Recenseamentos Gerais da População; elaboração própria

- Na década de 60 todas as freguesias perderam população; o município perdeu cerca de 28% da população total. Foi justamente neste período que se registaram no País as maiores taxas de emigração, afectando sobretudo os municípios das regiões mais interiores.

- Entre 1970 e 1981 a situação alterou-se um pouco: embora as emigrações para o estrangeiro registassem um abrandamento, o esvaziamento demográfico do Interior continuou a verificar-se. Começaram-se a registar, com grande intensidade, fenómenos de migração para as regiões litorais do nosso país e de concentração da população nas principais cidades da região (efeito de polarização). Ao nível do concelho a tendência é semelhante à da região: começa-se a registar um fenómeno de concentração populacional em torno da sede de concelho e das freguesias mais dinâmicas do município, nomeadamente aquelas que garantem melhores acessibilidades dado o seu atravessamento pelo IP4. As freguesias de Jou e Valongo de Milhais, justamente as mais periféricas do município (zona Norte), apresentaram variações negativas, ao contrário das restantes freguesias que cresceram nesta década.



Mapa. 3. Taxas de variação por freguesia da população residente (1981-2001)
 Fonte. INE, Recenseamentos Gerais da População; elaboração própria

- Nas últimas 2 décadas (1981-2001) este fenómeno de polarização continuou a registar-se embora com menor intensidade. As migrações de períodos anteriores, sobretudo das camadas mais jovens da população, levaram a um envelhecimento rápido da população bem como a uma quebra da taxa de natalidade, condicionando substancialmente a capacidade de renovação geracional do município. Os fenómenos de migração para centros urbanos e regiões mais atractivas afectaram agora praticamente todo o município; com excepção da freguesia de Murça, todas as freguesias perderam população, resultando daí uma perda de -20,7% da população total do município. Jou (-38,2%) e Valongo de Milhais (-37,7%) apresentam-se como as freguesias mais afectadas, mais uma devido aos níveis de acessibilidade viária menores face às restantes freguesias e talvez, no caso da segunda, devido à sua proximidade com a sede do município. Apesar de no mapa anterior haver referência a crescimento demográfico apenas em Murça, a evolução na última década (1991-2001) indica que também Vilares registou nos últimos anos um acentuado aumento demográfico (+15%).

Do mesmo modo, relativamente ao peso demográfico das freguesias no total do município, a concentração populacional na sede é evidente. Entre 1981 e 2001 apenas a freguesia de Murça viu o seu peso demográfico aumentar. As restantes freguesias registaram diminuições no seu peso demográfico, sobretudo as freguesias mais periféricas do município.

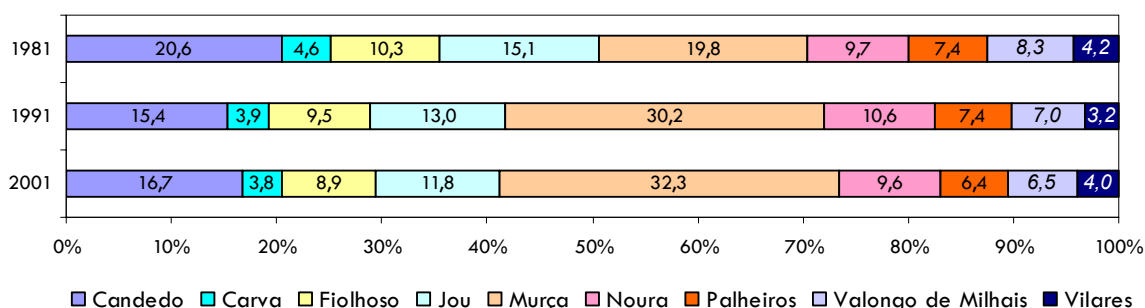
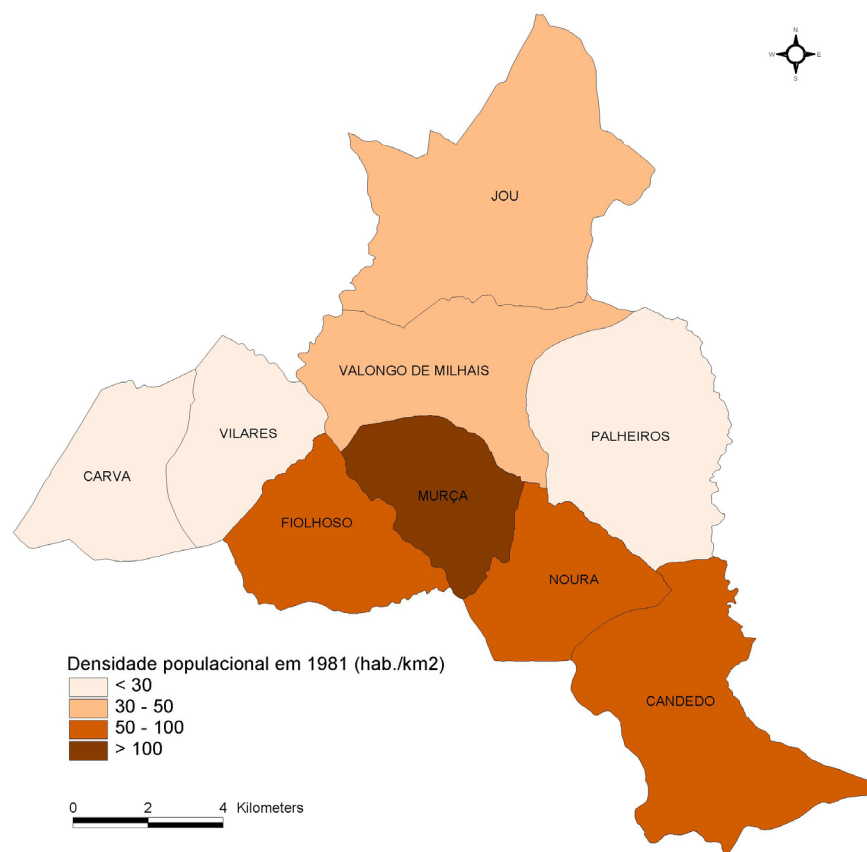


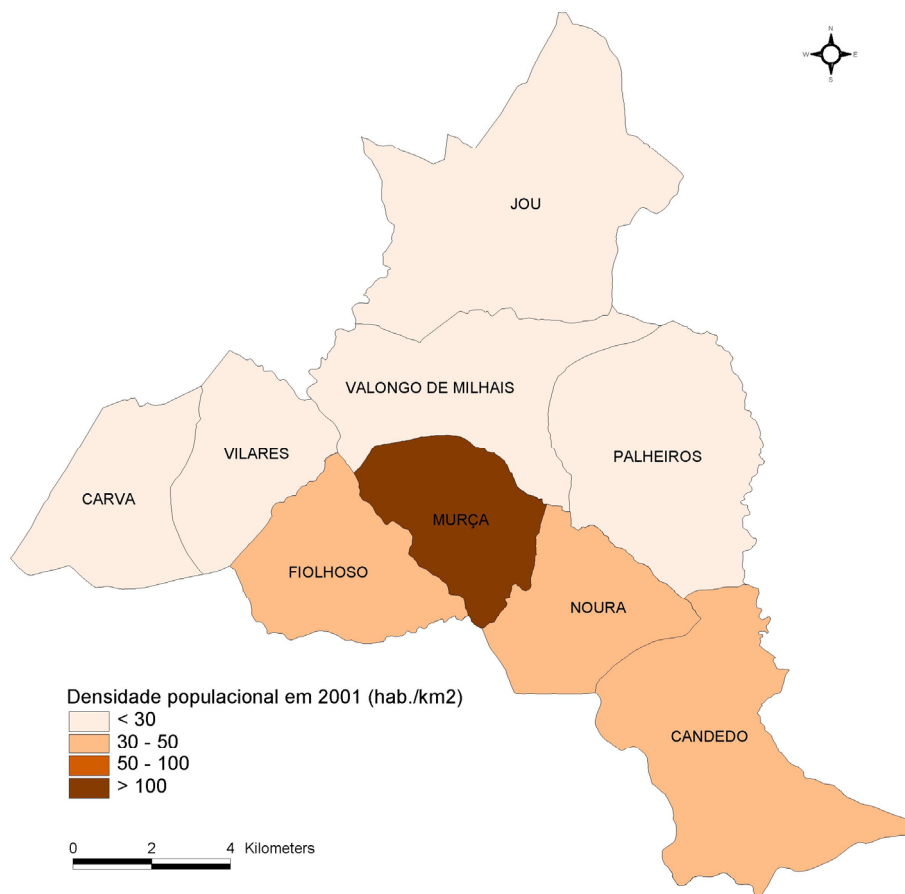
Grafico. 4. Variação do peso demográfico das freguesias (1981-2001)
Fonte: INE, elaboração própria

Estas freguesias (Jou, Valongo de Milhais, Carva) constituem as áreas do município em que a desertificação rural e o consequente despovoamento são mais evidentes. Sendo territórios relativamente isolados, fortemente condicionados pela baixa acessibilidade viária fruto de uma difícil orografia e afastados das principais vias intermunicipais – IP4 – assumem-se cada vez mais como territórios algo repulsivos, nos quais dificilmente se poderão reunir condições para uma inversão do declínio demográfico até então registado.

Ainda relativamente à caracterização demográfica das freguesias, um dos indicadores mais pragmáticos da desertificação registada é sem dúvida a densidade populacional e a sua variação vão longo dos últimos anos. Da leitura dos mapas da evolução da densidade populacional, é claramente notória a concentração da população na sede do município ou nos aglomerados limítrofes desta. De 1981 para 2001 as regiões da zona Norte registaram as maiores quebras de densidade populacional.



Mapa. 4. Densidade populacional por freguesia entre 1981
Fonte: Elaboração própria



Mapa. 5. Densidade populacional por freguesia entre 2001
Fonte: Elaboração própria

Se tivermos em linha de conta que a maioria das migrações registadas nesta década forma internas à região e ao município, torna-se clara a migração das populações no sentido dos territórios mais bem localizados na malha viária do município (deslocações de Sul e Norte para o centro do município), assistindo-se assim, com particular incidência na década de 90, a um claro reforço da concentração demográfica em torno da sede do município, tendo mesmo sido a freguesia de Murça a única a registar aumentos de densidade populacional nos últimos 20 anos, muito à custa das migrações das freguesias mais rurais do município).

Atente-se de igual modo que, as migrações internas ocorridas nas últimas décadas, não foram a única causa de desertificação humana destes territórios; o rápido envelhecimento da população e a consequente quebra da taxa de natalidade contribuíram igualmente para esta realidade.

2.2.3 A Estrutura Etária Concelhia

A estrutura etária de Murça revela, na última década, um elevado envelhecimento populacional com enormes dificuldades de renovação geracional que condicionam fortemente as tendências futuras do município em termos de crescimento demográfico. Esta problemática ocorre igualmente para o conjunto do território nacional com particular incidência nas regiões mais interiores do País. Este progressivo envelhecimento da população pode ser constatado através da análise comparativa das pirâmides etárias de 1991 e 2001, as quais permitem visualizar a evolução da distribuição da população por grupos etários, e os correspondentes índices demográficos.

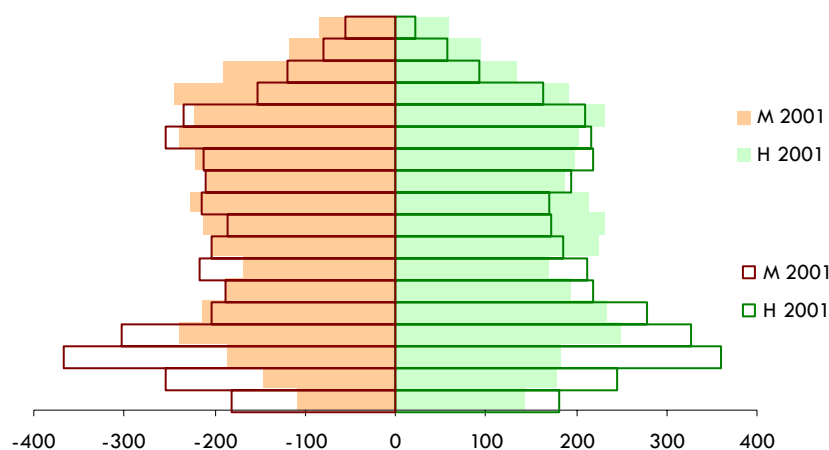


Gráfico. 5. Pirâmides Etárias de Murça (1991 e 2001)
Fonte: INE, elaboração própria

O processo de envelhecimento registado é claramente visível, quer pelo alargamento, do topo da pirâmide (aumento da população idosa) quer simultaneamente pela redução da base (redução das camadas jovens). Em termos quantitativos Murça registou na década de 90 uma perda de mais de

40% da população mais jovem (entre os 0 e os 14 anos) e um aumento superior a 28% das camadas mais idosas (com + de 65 anos). Analisando a pirâmide etária de 2001 verifica-se que o nº de efectivos das classes 0 a 4 anos e 5 a 9 anos é claramente inferior à classe de efectivos dos mesmos quinquénios de 1991 o que demonstra a quebra acentuada da taxa e natalidade na década de 90.

Em 2001 regista-se uma realidade preocupante: os efectivos das camadas entre os 10 e os 19 anos registados em 1991 não foram transpostos para as camadas sobrejacentes em 2001, o que denota um elevado êxodo de jovens para fora do município, muito provavelmente devido ao baixo empreendedorismo da região e à falta de emprego atractivo para as camadas mais jovens da população.

A evolução dos índices demográficos apresentados no gráfico seguinte (gráfico 6), confirmam logicamente esta tendência de envelhecimento. O índice de dependência de jovens diminuiu para menos de metade nos últimos 40 anos, passando dos 62.8 registados em 1960 para 22.4 em 2001. No caso do índice de dependência de idosos a situação é inversa; o aumento absoluto do quantitativo de idosos, associado a um aumento da esperança de vida, levaram este valor a crescer bastante evoluindo de 10.6 para 37.2 nas últimas quatro décadas.

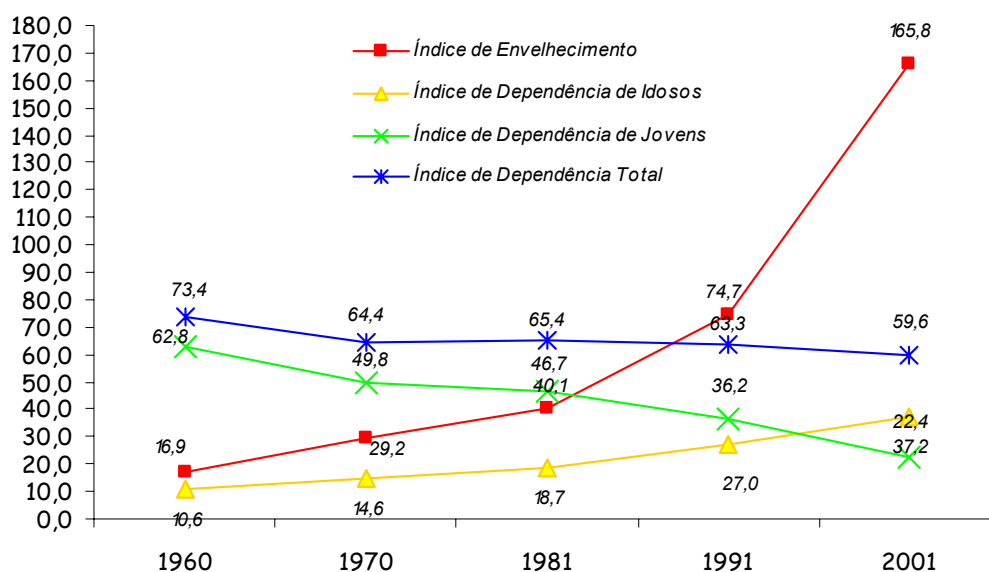


Grafico. 6. Índices Demográficos de Murça
Fonte: INE, elaboração própria

O índice de envelhecimento resultante desta realidade foi inevitavelmente “inflacionado”, registando-se um aumento drástico de 16.9 em 1960 para 165.8 em 2001, com os principais aumentos a ocorrerem nas 2 últimas décadas muito por conta do abrandamento das taxas de fertilidade e natalidade registado um pouco por todo o País.

A par desta tendência de envelhecimento demográfico, verifica-se que o peso da população em idade activa evolui positivamente, ainda que com crescimentos reduzidos devido à conjuntura de diminuição do quantitativo populacional do município. Este acréscimo de activos reflectiu-se numa evolução aparentemente positiva do índice de dependência total (73.4 em 1960 para 59.6 em 2001) e dizemos aparente porque esta diminuição ocorreu principalmente à custa da rápida diminuição do nº de jovens e não do aumento da população activa do município o que condiciona e condicionará fortemente as capacidades futuras de renovação de activos e de crescimento populacional. O gráfico a seguir apresentado é perfeitamente esclarecedor da enorme quebra de população nas camadas jovens que o município sofreu nos últimos 40 anos, como o acentuado crescimento da população idosa.

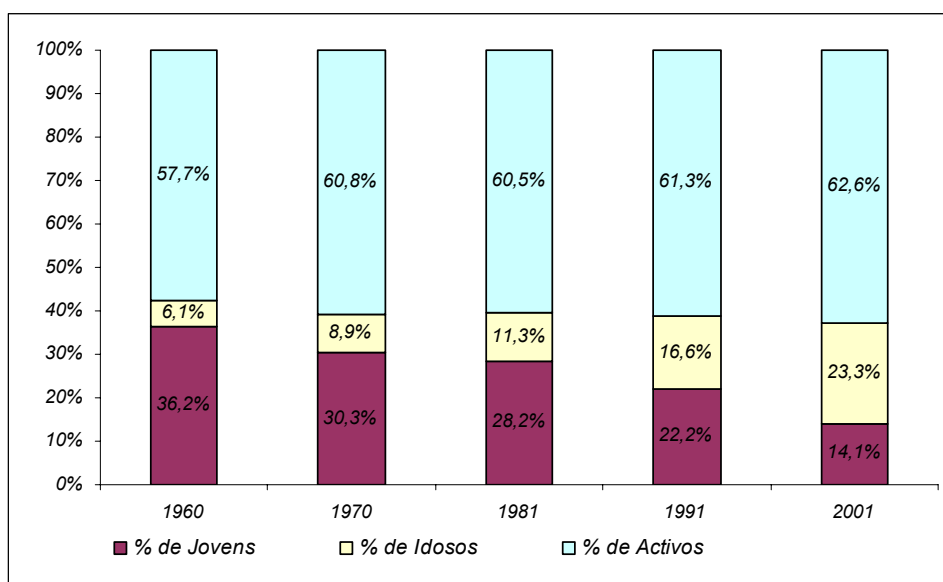


Gráfico. 7. Evolução etária da população do município de Murça (1960-2001)
Fonte: INE; elaboração própria

Mas onde é que essa quebra de jovens foi mais acentuada? Os gráficos seguintes apresentam a distribuição por grandes grupos etários da população por freguesia em 1991 e 2001 e permitem perceber onde é que esta tendência demográfica é mais notória no território municipal. Em 1991 cerca de 46% da população jovem, i.e., com menos de 15 anos residia nas freguesias mais populosas nomeadamente a sede de município e a freguesia de Candedo, verificando-se o mesmo ao nível da população activa. No outro extremo situavam-se as freguesias de Vilares, Carva e Valongo de Milhais que apresentavam em 1991 muito poucos efectivos populacionais quer de jovens, quer de activos.

Em 2001 a situação agravou-se um pouco; as freguesias menos populosas, embora mantivessem um quantitativo aproximado de activos durante a década, registaram grandes perdas de população

nas camadas jovens, levando a um acentuado envelhecimento global da população dessas freguesias

Este envelhecimento das freguesias mais “periféricas” do município resultou do êxodo de população jovem para outros territórios em busca de novas e diferentes oportunidades de emprego, bem diferentes das reduzidas e pouco atractivas oportunidades que encontravam nas suas freguesias de naturalidade. Esta migração de jovens não ocorreu no entanto no sentido de uma concentração em torno da sede de município ou das freguesias na envolvente do IP4; de facto até mesmo essas freguesias sofreram elevadas quebras nas camadas mais jovens da sua população.

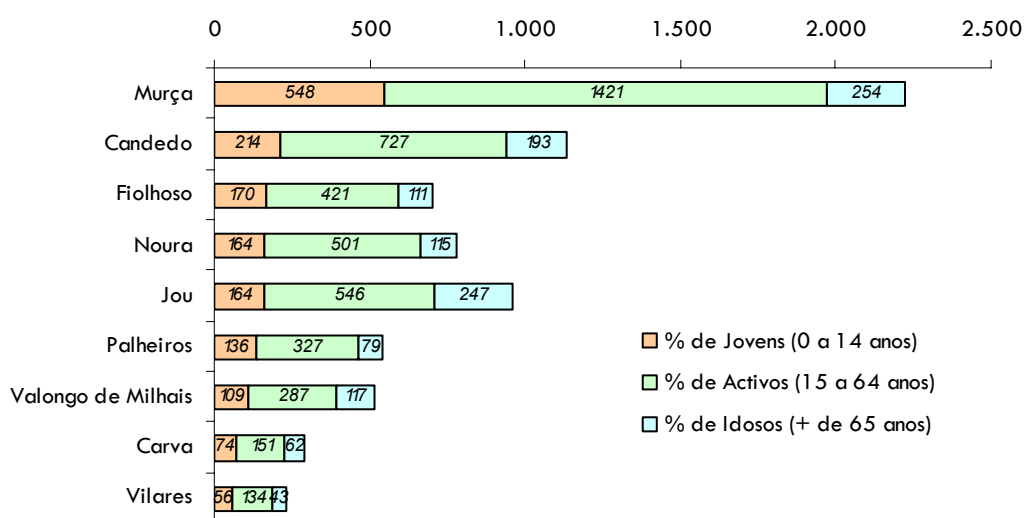


Gráfico 8. População por grandes grupos etários por freguesia em 1991
Fonte: INE, elaboração própria

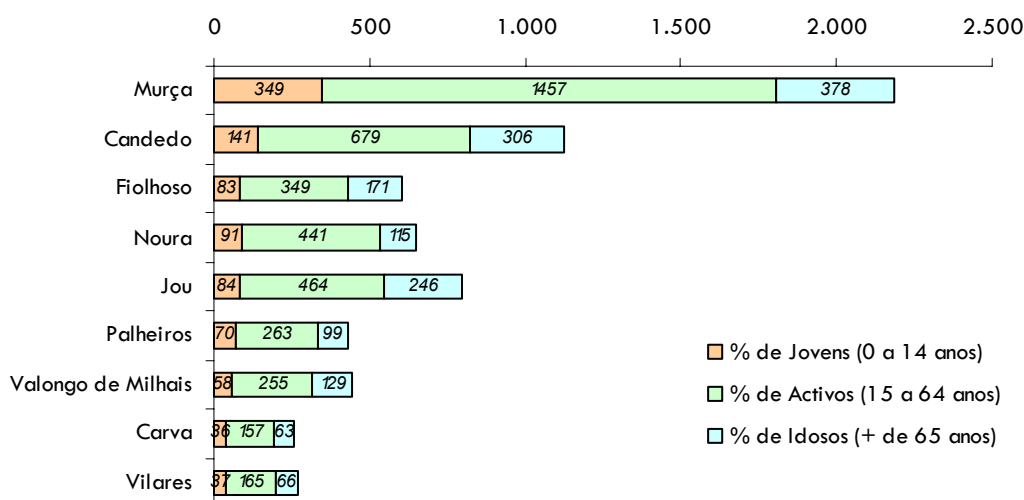


Gráfico 9. População por grandes grupos etários por freguesia em 2001
Fonte: INE, elaboração própria

Ao nível da população idosa, a evolução da última década reflecte um aumento dos efectivos em todas as freguesias (em 1991 as freguesias apresentavam em média 17% de população com mais

de 65 anos e em 2001 esse valor atinge já os 25%) com particular destaque para as freguesias de Vilares, Fiolhoso e Candedo que duplicaram o seu valor de idosos.

Em suma, conclui-se que a composição etária de Murça é desequilibrada e que os principais desafios que se colocam no futuro são o do combate ao progressivo envelhecimento da população, devendo para tal o município dotar-se de condições de vida e de dinâmicas sócio-económicas capazes de estimular a fixação das camadas jovens residentes.

2.2.4 Movimentos da População

2.2.4.1 Evolução Natural

O envelhecimento demográfico de municípios das regiões interiores do País como Murça deveu-se sobretudo à acção conjunta de três factores: a estagnação das taxas de mortalidade, a diminuição das taxas de natalidade e a direcção dos intensos fluxos migratórios de saída de população para fora do município. Entre 1960 e 2001 registou-se no município uma elevada diminuição dos valores das taxas de natalidade, tendência aliás geral a toda a região do Norte Interior. Dos **33‰** registados em Murça em 1960, desceu-se para o valor de **20.1‰** em 1981, valor esse que ainda assim se situava acima da média nacional. Na década de 80 a situação agravou-se bastante passando esta em 1991 para cerca de metade da registada na década anterior. Na década de 90 o agravamento foi ainda mais notório, levando a que o município registre uma das menores taxas de natalidade da NUT (**6,4‰**) bastante inferior aos **10,9‰** registados no País e aos **11,4‰** da Região Norte.

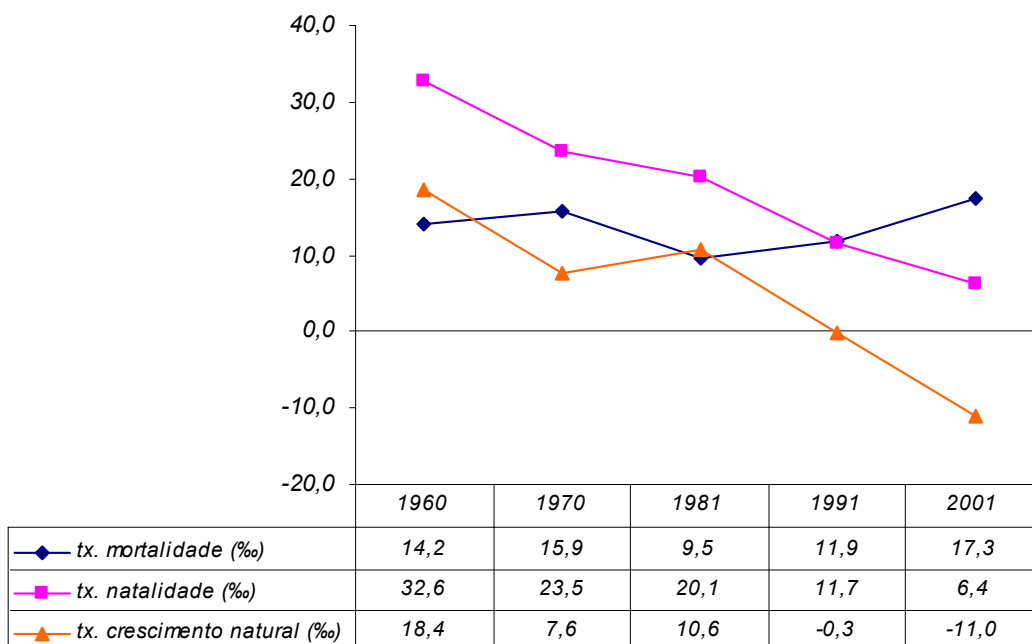


Gráfico. 10. Movimentos demográficos em Murça
Fonte: INE, elaboração própria

Ao nível da taxa de mortalidade a situação diferiu um pouco dado que esta sofreu apenas pequenas flutuações nos últimos 40 anos estabilizando-se em torno dos 12‰ em 1991 e com um acréscimo na última década algo significativo, atingindo cerca de 17‰ valor bastante superior ao do País (cerca de 10‰), aliás característico de territórios interiores e ruralizados como o de Murça. Com o aumento da taxa de mortalidade e a regressão da taxa de natalidade, os valores do crescimento natural diminuíram abruptamente atingindo mesmo, durante no início do milénio, valores negativos que rondam os -11‰.

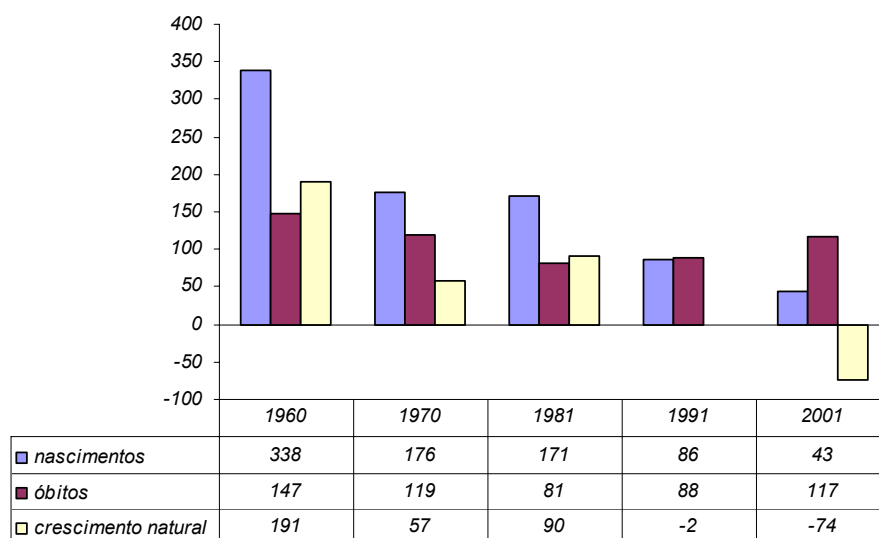


Gráfico. 11. Movimentos Naturais da população de Murça
Fonte: INE, elaboração própria

A comprovar este envelhecimento demográfico atente-se para os valores dos nascimentos e dos óbitos registados nas últimas décadas. Se por um lado o nº de óbitos tem vindo a estagnar, fruto de uma melhoria das condições de vida das populações e de um melhor serviço do sistema de saúde, com uma tendência a estabilizar em valores bastante aceitáveis, por outro lado, a forte diminuição dos nascimentos ocorrida nos últimos 40 anos confirma-nos a existência de um cenário preocupante do ponto de vista da vitalidade populacional do município e da sua capacidade de renovação geracional futura.

2.2.4.2 Movimentos migratórios

Embora a evolução demográfica de Murça tenha sido influenciada pelo comportamento do saldo fisiológico, é nos movimentos migratórios ocorridos a partir sobretudo da década de 70 que reside a principal causa de esvaziamento demográfico do município e do consequente envelhecimento da população. De facto, durante as décadas de 60 e 70, registaram-se os maiores valores de emigração em Murça, tendo afectado sobretudo as camadas da população activa e em idade fértil, agravando assim fortemente a, já de si, baixa taxa de natalidade do município, contribuindo para o agravamento do envelhecimento da população residente.

A partir da 2ª metade da década de 70, os valores da emigração sofreram uma diminuição progressiva, registando um mínimo em 1981 (2,1‰). Com a redução da emigração e o regresso de emigrantes e de indivíduos provenientes das ex-colónias portuguesas registado no final da década de 70, o saldo migratório sofreu uma atenuação dos seus valores negativos.

No entanto, durante a década de 80, os saldos migratórios voltam a sofrer variações negativas, embora desta vez devido a efeitos de migração interna: o desenvolvimento urbano-industrial de algumas áreas, exerceu sobre os municípios mais pequenos da região, como é o caso de Murça, uma forte atracção levando ao êxodo de população em idade activa em busca de mais e melhor emprego bem como de melhores condições de vida.

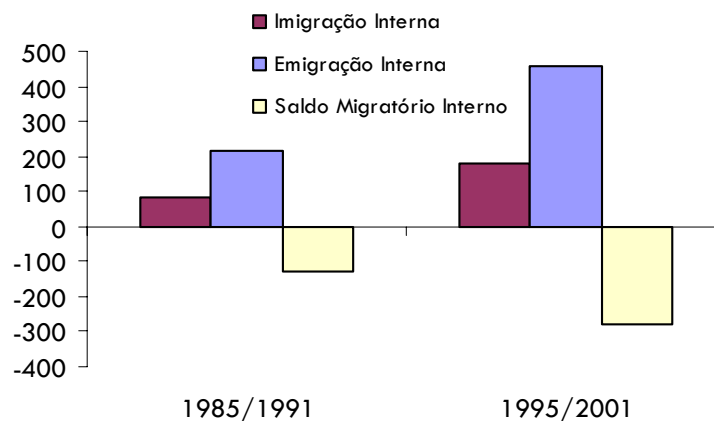


Gráfico. 12. Movimentos migratórios internos em Murça
Fonte: INE, elaboração própria

Durante a década de 90 este fenómeno consolidou-se. Comparando os valores da migração interna do final da década de 80 com os do final da década de 90 (Quadro 2), verifica-se um aumento de 3,8 % na taxa de emigração interna em períodos homólogos mas com uma tendência de aumento no futuro, como indica a variação anual registada nos últimos anos (1999/2001). A imigração interna, põe seu lado, tem vindo a diminuir denotando uma ausência de capacidade de atracção do município. Em consequência destes valores a taxa de saldo migratório aumentou para mais do dobro e os dados mais recentes denotam uma tendência de aceleração deste aumento nos últimos anos.

Período	População residente	Saldo migratório interno	Taxa de saldo migratório interno	Taxa de emigração interna	Taxa de imigração interna	Var. Anual da taxa de saldo migratório interno (%/ano)	Var. Anual da taxa de emigração interna	Var. Anual da taxa de imigração interna
			%					
1985/1991	7371	-130	-1,8	2,9	1,2	-0,33	0,55	0,22
1995/2001	6752	-278	-4,1	6,7	2,6	-0,78	1,27	0,49
1989/1991	7371	-33	-0,4	1,0	0,5	-0,34	0,74	0,40
1999/2001	6752	-83	-1,2	2,4	1,1	-0,95	1,81	0,87

Quadro. 2. Evolução dos movimentos migratórios em Murça
Fonte: INE, elaboração própria

2.2.5 Estrutura do Povoamento e Hierarquização dos Aglomerados

Este capítulo terá como base o trabalho elaborado no âmbito da revisão do PDM com vista à definição da hierarquia de aglomerados do território municipal. No caso da Carta Educativa, a definição da estrutura territorial do município, permite perceber qual o padrão e respectivas tendências de povoamento, de modo a optimizar as opções futuras de localização dos vários

equipamentos educativos e de serviços conexos à educação. O território foi desagregado ao nível da subsecção estatística, delimitação territorial definida pelo Instituto Nacional de Estatística, e usada como base territorial de trabalho para o levantamento de informação dos Censos. Destas subsecções, procedeu-se á agregação dos dados estatísticos para os vários aglomerados do município, pelas subsecções que os compõem. Foram considerados 35 aglomerados tanto em 2001 como em 1991.

Da análise da distribuição da população segundo a dimensão dos lugares em 2001 e a sua comparação com os dados de 1991 ressalta desde logo como primeira característica a tendência para a manutenção de um padrão de relativa dispersão da população por um número elevado de lugares de pequena dimensão populacional. Em 2001 o peso demográfico dos aglomerados com menos de 200 habitantes era de 39%, um valor que aumentou, embora ligeiramente, relativamente a 1991 (30%).

Ao nível dos aglomerados entre 200 e 400 habitantes, estes detêm cerca de 23% da população de Murça (1533 habitantes) e entre 1991 e 2001, verificou-se uma diminuição do quantitativo populacional e do seu peso populacional no município.

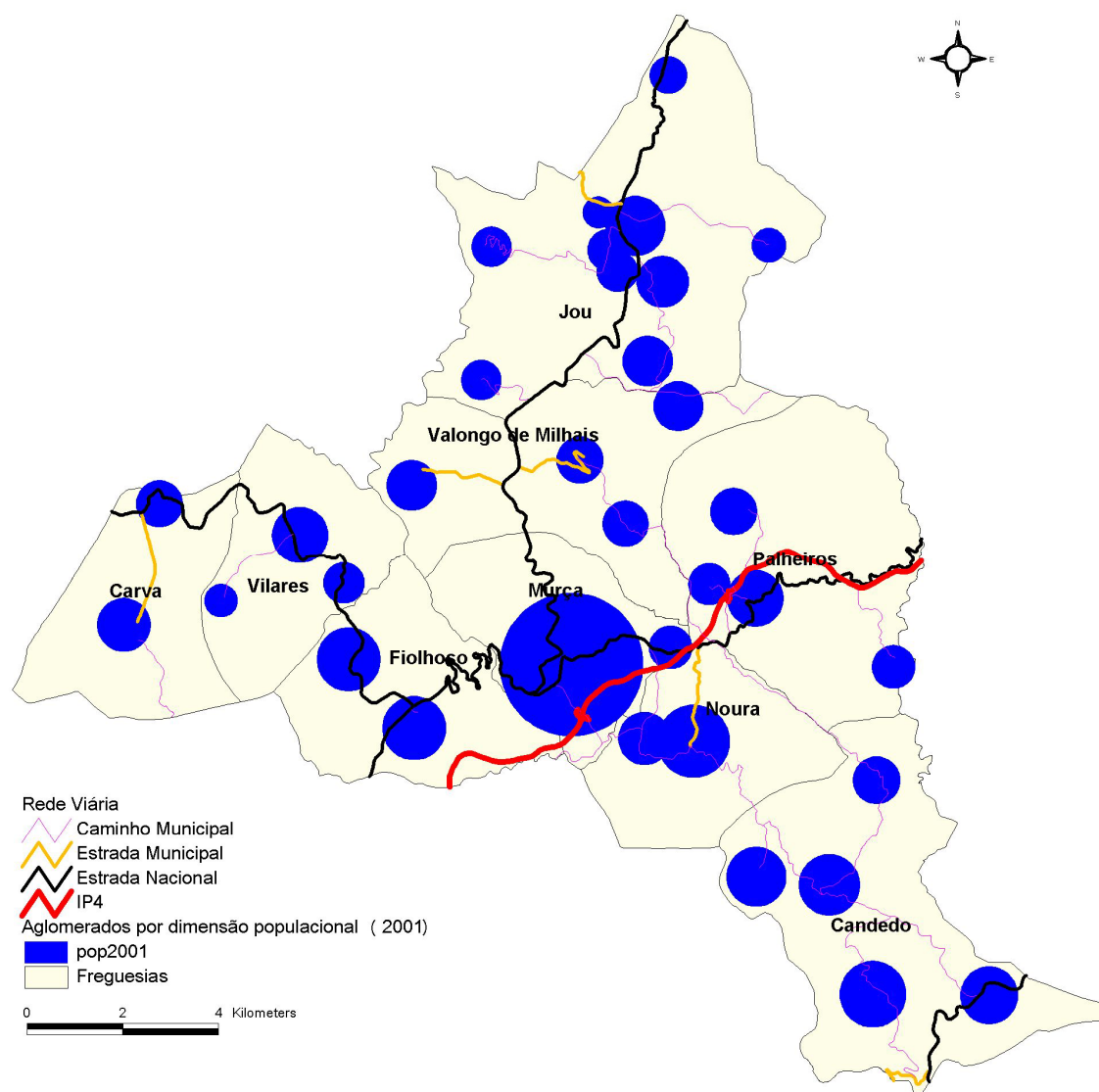
O subgrupo que registou os maiores aumentos populacionais, foi o dos aglomerados com mais de 400 habitantes, constituído apenas por dois aglomerados (sede de município e Noura) e que conseguiu registar esta evolução à custa das migrações da população dos aglomerados mais periféricos do município para a sede. O aumento da fragmentação do povoamento é notório na análise da última década; existem cada vez mais pequenos aglomerados dispersos pelo território municipal.

	1991			2001		
	Nº lugares	População total	% População total	Nº lugares	População total	% População total
< 50 Hab	5	124	1,7%	11	296	4,5%
50 a 200 Hab	19	2020	27,7%	20	2253	34,2%
200 a 400 hab	9	2475	33,9%	6	1533	23,3%
> 400 Hab	2	2678	36,7%	2	2511	38,1%

Quadro. 3.Evolução da dimensão dos lugares segunda a sua dimensão por classes (1991-2001)

Fonte: INE, elaboração própria

Analisando o mapa seguinte, é claramente visível a dispersão referida anteriormente do povoamento municipal. Nas zonas Centro e Norte do município é bem perceptível a estruturação do território em torno dos principais eixos viários do município, nomeadamente das estradas nacionais EN15 e EN314.



Mapa. 6. Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares
Fonte: INE; elaboração própria

O município é assim caracterizado por um povoamento de características rurais onde a repartição da população por uma malha dispersa de aglomerados de reduzida dimensão, acarreta dificuldades acrescidas para o município na configuração e rentabilização das infra-estruturas de saneamento básico, quer as existentes, quer as que se virão a realizar neste âmbito, bem como na gestão das redes de equipamentos públicos (Educação, Desporto, Saúde, etc.). Denota-se alguma capacidade de dinamização do centro urbano de média dimensão que é a sede do município, prevendo-se que a tendência futura continue a ser a de concentração populacional na envolvente desta à custa das migrações dos aglomerados mais periféricos e rurais do município.

2.3 Caracterização Socio-Económica Municipal

A caracterização da estrutura socio-económica do município proporciona uma leitura fundamental ao planeamento do sistema educativo municipal, nomeadamente à programação da localização da oferta educativa e dos conteúdos programáticos do sistema de ensino secundário e profissional de modo a garantir uma compatibilização com o mercado de trabalho da região. Permite igualmente a aquisição de uma percepção do padrão de deslocações pendulares internas e externas da população activa, facto importante para a definição da localização dos equipamentos educativos, particularmente os do ensino pré-escolar.

Neste sentido elaborou-se a quantificação e análise de um conjunto de indicadores estatísticos referentes à estrutura socio-económica concelhia bem como das principais actividades económicas existentes no município e da respectiva estrutura da população activa tendo sido a caracterização feita para os anos de 1991 e 2001, usando como base estatística os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

2.3.1 Dimensão e condições de vida das famílias residentes

Murça apresentava em 1991 cerca de 17% das famílias constituídas por 5 ou mais elementos e cerca de 40% com 2 ou menos elementos. Aparentemente esta estrutura familiar reflectiria um território tendencialmente urbano (muitas famílias de reduzida dimensão), o que não é o caso de Murça; esta estrutura deveu-se sobretudo ao elevado êxodo migratório das populações jovens ocorrido nas décadas anteriores que, associado a uma quebra da taxa de natalidade, originou uma forte diminuição da dimensão familiar bem como ao seu envelhecimento gradual levando a que actualmente muitas das famílias sejam constituídas maioria por 1 ou 2 elementos, muitas vezes idosos, com uma total ausência de capacidade reprodutiva.

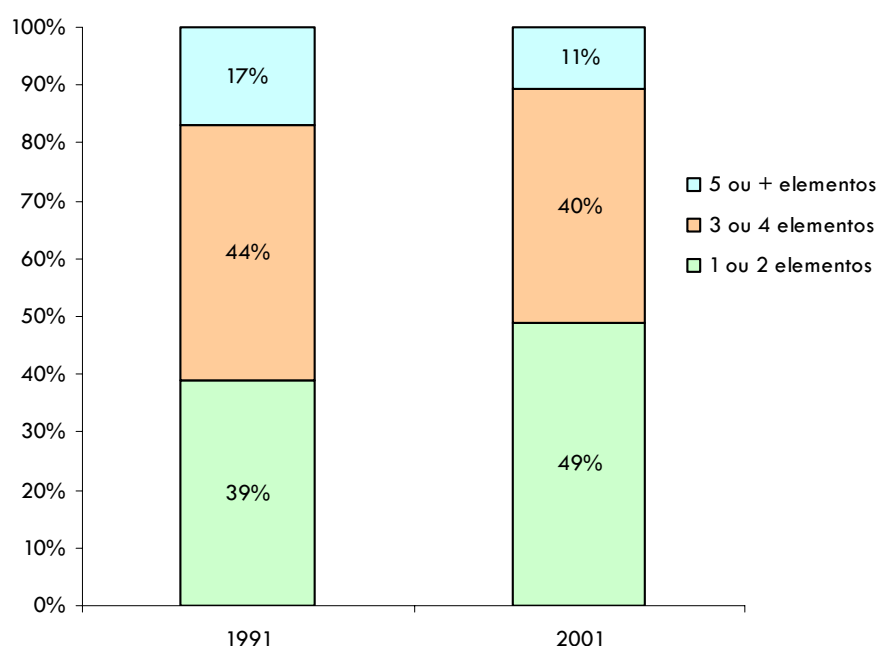


Grafico. 13. Evolução da dimensão das famílias de Murça (1991 e 2001)
Fonte: INE; Elaboração Própria

Na última década a diminuição demográfica registada contrapõe-se no entanto a um aumento do nº total de famílias do município. O nº de famílias de pequena dimensão (com 2 ou menos elementos) continuou a aumentar e em 2001 estas representavam já 49% do total de famílias do município reflectindo um aumento de 10% face a 1991. Ao nível das famílias de grande dimensão (5 ou mais elementos) a evolução foi inversa registando uma diminuição de cerca de 6% representando este conjunto actualmente cerca de 11% do total contra os 17% registados em 1991.

2.4 Nível de Escolaridade

Em termos de escolaridade da população residente, o município apresenta valores bastante baixos face às médias nacionais e regionais. Em 1991 cerca de 19% da população não possuía qualquer tipo de formação e dos que possuíam apenas 4,7% detinham ou frequentavam o ensino secundário. Ainda em 1991, mais de metade da população (51,2%) possuía apenas o 1º ciclo, dos quais cerca 31% nem sequer o tinham completado. Este cenário bastante negativo tem vindo no entanto a atenuar-se nos últimos anos; entre 1991 e 2001 o peso da população iletrada reduziu para 18,1%, estando no entanto ainda acima da média da NUT Douro (17,5%).

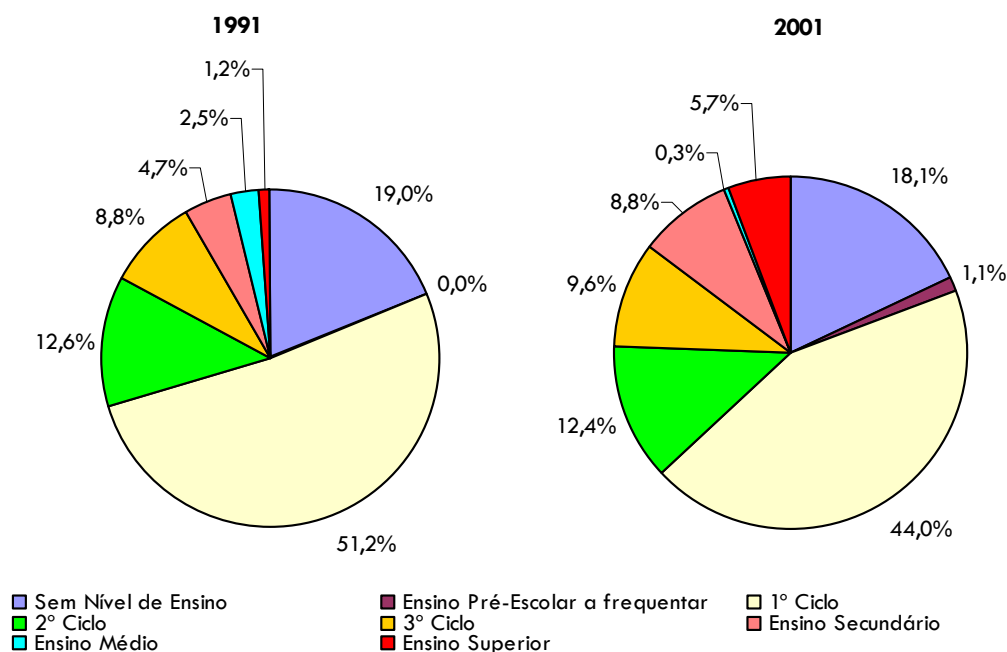


Grafico. 14. Estrutura escolar da população residente em 1991 e 2001
Fonte: INE, elaboração própria

Um aspecto bastante positivo a salientar foi o grande aumento de indivíduos residentes a frequentar ou com o ensino superior completo (cerca de 5,7% em 2001 contra uns meros 1,2% em

1991). Apesar da evolução positiva registada na última década, o município continua a apresentar índices de escolarização inferiores aos da região, o que se reflecte na estrutura socio-económica débil que caracteriza o município. No entanto o recente aumento de população com escolarização avançada (com ensino médio e superior), ainda que ligeiro, poderá indiciar um aumento da capacidade empreendedora e do dinamismo económico do município, podendo fomentar a criação de mais emprego em sectores de actividade até agora pouco significativos no município.

2.4.1 A estrutura produtiva

Em 1991 apenas 2306 habitantes encontravam-se empregados, representando cerca de 50% da população total em idade activa do município de Murça. Do total de empregados, os do sector primário representavam a maior fatia com 47% do total de activos empregados, seguido do sector terciário com 34,3%. Na década de 90 o nº de habitantes empregados sofreu uma diminuição (-11%) devido à redução de população em idade activa registada ter sido algo acentuada. A evolução da estrutura activa, que já em 1991 denotava alguma terciarização do emprego, reforça, durante a década de 90, essa tendência passando o sector terciário em 2001 a representar cerca de metade do total de empregados do município. Em função desta evolução o sector primário sofreu uma acentuada redução de activos (-42%) e o sector secundário cresceu 7%, representando actualmente 23% do total de activos empregados.

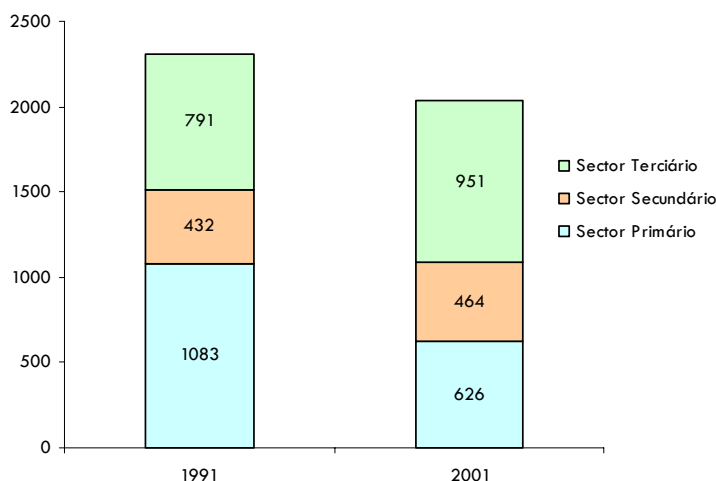
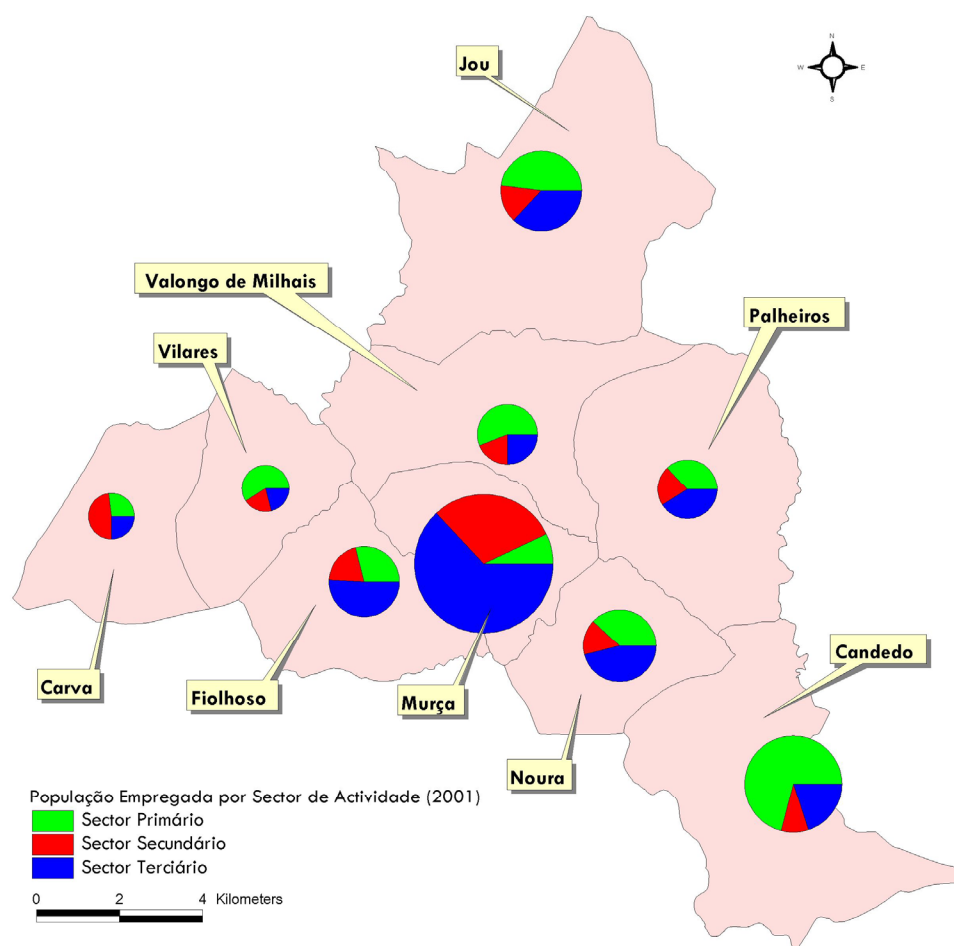


Grafico. 15. População Activa por Sector de Actividade
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Uma análise da população activa ao nível das freguesias permite-nos constatar que os territórios com maior peso do sector terciário situam-se na zona central do município, salientando-se destas a sede de concelho Murça, que obviamente concentra um conjunto de equipamentos e serviços que absorvem grande parte dos activos locais e até mesmo das freguesias circundantes como se pode constatar pelos valores registados nas freguesias de Fiolhoso e Palheiros.



Mapa. 7. População Residente Activa por Sector de Actividade em 2001
Fonte: INE, Elaboração própria

Analisando a estrutura do emprego de uma forma mais pormenorizada (por ramos de actividade económica) podemos constatar melhor a forte dependência da agricultura no município de Murça. Em 2001, cerca de 43% da população empregada encontra-se ligada a actividades agrícolas e 15% são trabalhadores da construção civil, sectores aos quais estão quase sempre associados a baixos níveis de qualificação profissional. Num segundo grupo de importância, destacam-se os trabalhadores da administração pública e os trabalhadores ligados ao comércio a retalho.

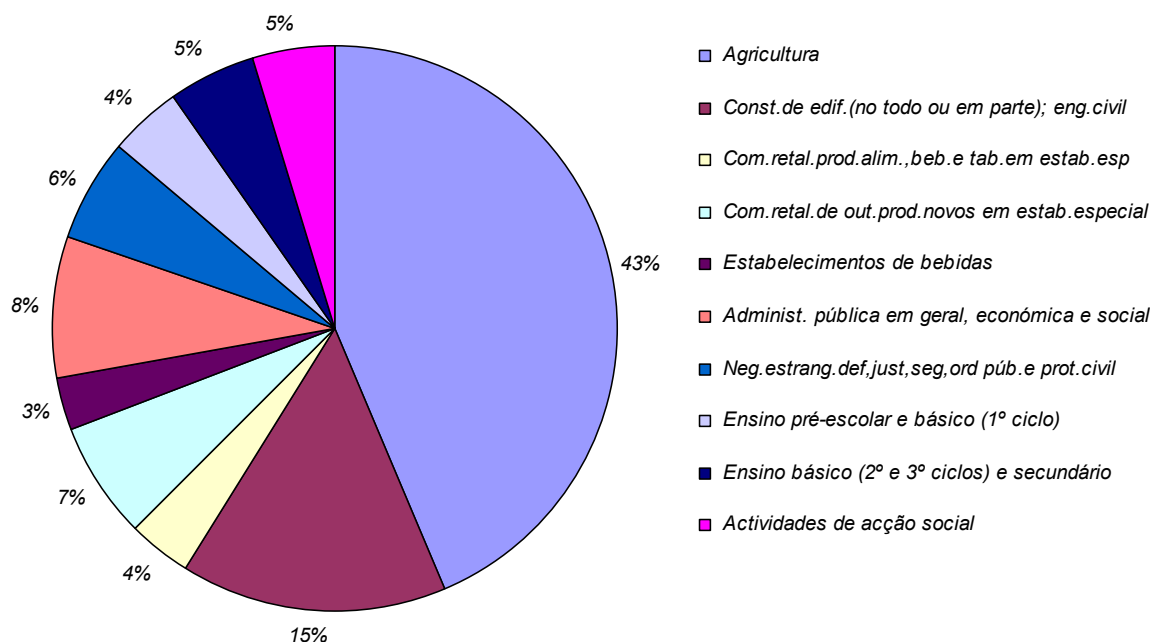
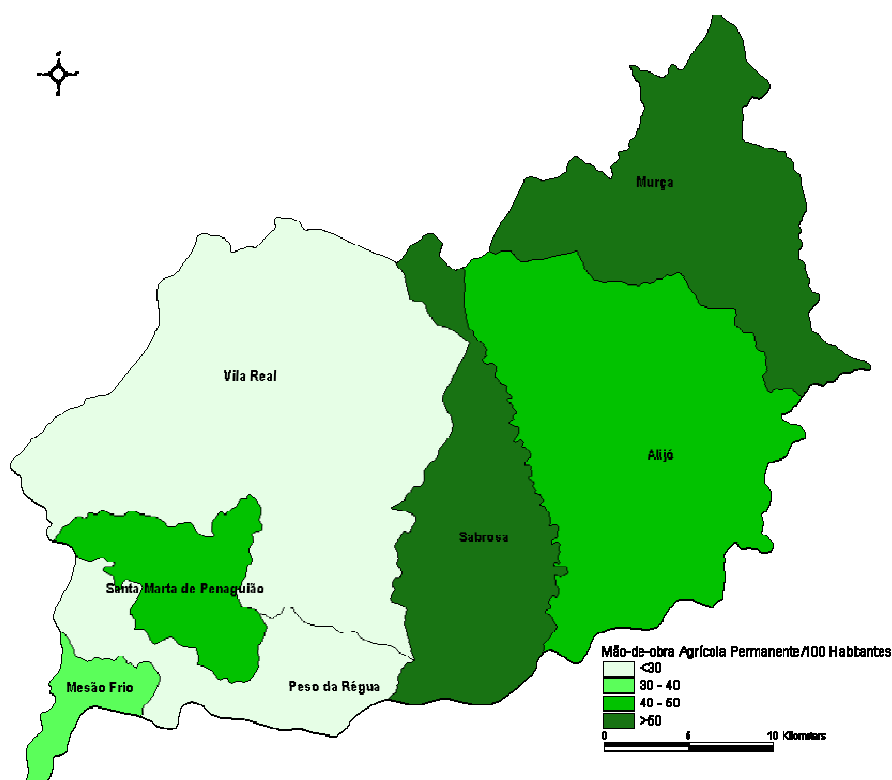


Grafico. 16. População Empregada por Ramos de Actividade Económica – 2001
Fonte: INE, Elaboração própria

A agricultura continua assim a desempenhar um papel social e económico preponderante no município. O indicador de ***mão-de-obra agrícola permanente por 100 habitantes*** apresentava em 1999 o valor de **57,9**, bem acima da média da NUT Douro (36,30), situação que de resto se verifica numa forma geral em todo o Agrupamento (Mapa 10). Contudo, esta importância tem vindo a decrescer significativamente nos últimos anos, reflexo das profundas e complexas mudanças que atingiram o sector – das quais podemos destacar a perda de rendimento das actividades agrícolas em relação a outros sectores de actividade.



Mapa. 8. Mão-de-obra agrícola permanente por 100 habitantes na AMVDN (1999)
Fonte: INE, Elaboração própria

2.5 Síntese Conclusiva

O município de Murça, em termos demográficos, é caracterizado por um acentuado declínio populacional em grande parte justificado pelos elevados fluxos emigratórios ocorridos em décadas anteriores, nomeadamente na década de 60, associados a uma quebra da taxa de natalidade, acarretando naturalmente, uma perda significativa do potencial demográfico do município, quer em termos absolutos, quer em termos do seu peso demográfico no contexto regional e nacional.

O elevado envelhecimento populacional registado provoca enormes dificuldades de renovação geracional que condicionam fortemente as tendências futuras do município em termos de crescimento demográfico. Esse envelhecimento, ocorreu principalmente nas freguesias mais “periféricas” do município, resultante do êxodo de população jovem para outros territórios em busca de novas e diferentes oportunidades de emprego, bem diferentes das reduzidas e pouco atractivas oportunidades que encontravam nas suas freguesias de naturalidade, registando no entanto nos últimos anos, um abrandamento desses fluxos migratórios.

Em termos socio-económicos, registou-se uma forte diminuição da dimensão familiar bem como ao seu envelhecimento gradual levando a que actualmente a maioria das famílias de 1 ou 2 elementos sejam constituídas por elementos idosos, com total ausência de capacidade reprodutiva.

O município continua a apresentar índices de escolarização inferiores aos da região, o que se reflecte na estrutura socio-económica débil que caracteriza o município. No entanto o recente aumento de população com escolarização avançada (com ensino médio e superior) poderá indiciar um aumento da capacidade empreendedora e do dinamismo económico do município, podendo fomentar a criação de mais emprego em sectores de actividade até agora pouco significativos no município.

O município evoluiu no sentido de uma ligeira terciarização do emprego, à custa de uma perda de activos no sector primário, reflexo das profundas e complexas mudanças que atingiram o sector – das quais podemos destacar a perda de rendimento das actividades agrícolas em relação a outros sectores de actividade.

Em suma, Murça apresenta uma estrutura activa que, para além de ser composta maioritariamente por uma população com baixos níveis de habilitações, detêm também activos com níveis de qualificação profissional muito limitados e abaixo das necessidades do tecido económico, levando a um atrofamento do dinamismo empresarial e a uma limitação das iniciativas empreendedoras.

3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL

3.1 Introdução

Este capítulo encontra-se dividido em 2 secções distintas; na 1ª iremos analisar a evolução da procura do sistema educativo, nomeadamente a procura potencial (população residente em idade escolar) e a procura efectiva (alunos inscritos) para os vários níveis de escolaridade disponíveis no município. Dar-se-á igualmente importância à análise das taxas de retenção e abandono registadas no concelho e as respectivas evoluções recentes. Dada a existência de apenas um Agrupamento vertical de escolas no município que integra todos os estabelecimentos de ensino básico existentes bem como os 5 JI da Rede de ministérios, elaborar-se-á uma análise da procura total do município desagregando, sempre que possível, os dados pelas várias freguesias que o constituem. Referenciam-se ainda de forma sucinta o ensino especial e o ensino recorrente.

Na 2ª secção iremos analisar a vertente da oferta educativa do município, onde se elaborará uma análise de todos os recursos afectos à educação existentes em Murça, ao nível das capacidades

instaladas e utilizadas, dos recursos educativos disponibilizados e das condições de conservação actuais, tendo para tal como base o levantamento de informação efectuado anteriormente e que dará origem a uma Base de Dados do Sistema Educativo Municipal (BDSEM). Esta análise abrange os três níveis previstos na L.B.S.E:

- A educação pré-escolar;
- O ensino básico;
- O ensino secundário;

Incluindo-se também o ensino profissional e a rede de transportes escolares existente no município, a sua capacidade instalada, os percursos efectuados e o nível de acessibilidade assegurado (tempos casa-escola).

3.2 A Procura Escolar

3.2.1 A Procura Potencial

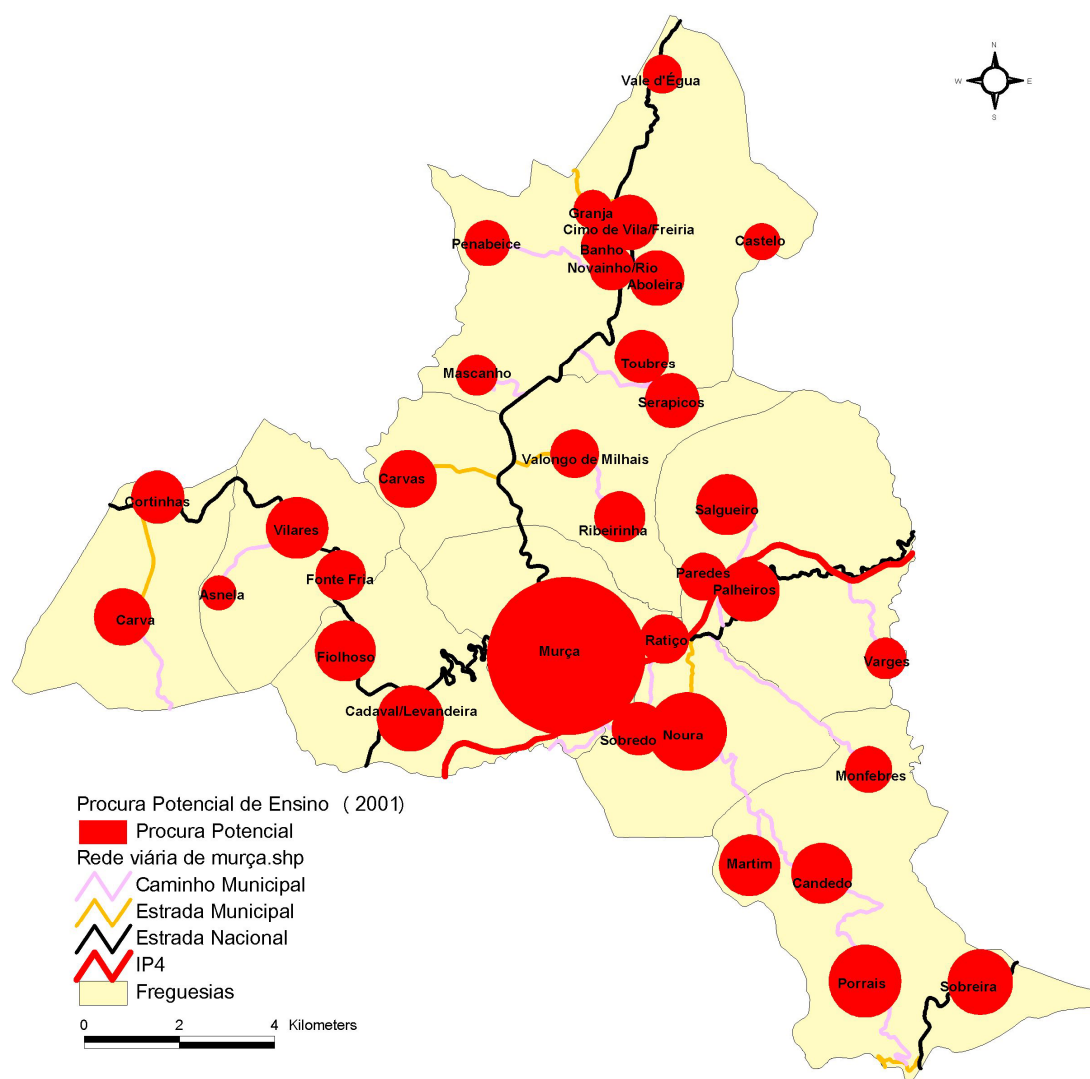
Para a avaliação da procura potencial do sistema educativo foram recolhidos dados sobre a população residente nas várias freguesias e lugares do concelho de Murça em 1991 e 2001, desagregados por grupos etários quinquenais a partir dos quais se calculou a população a escolarizar nos vários níveis de ensino. Foram apenas considerados os grupos etários que compreendem a população residente equivalente aos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário, uma vez que é sobre estes que o município deverá definir uma estratégia futura de serviço educativo, numa óptica de escolaridade obrigatória.

A informação contida no quadro seguinte constitui o quadro de referência onde assenta a procura potencial, pois tem em conta a população de base a servir e a sua distribuição espacial. A leitura deste evidencia uma clara dispersão da procura educativa de todos os níveis de ensino por todas as freguesias do município, à excepção das freguesias de Vilares e Carva onde a procura é claramente inferior às restantes freguesias vizinhas.

Analisando a distribuição da procura ao nível dos lugares podemos constatar que existe uma relação directa entre a estrutura viária e localização da população a escolarizar, uma vez que cerca de 60% (625) da procura potencial se localizar ao longo do IP4 e das EN's do município, um processo que tem vindo a intensificar-se cada vez mais ao longo da última década. Fora da zona de influência destas estradas, destacam-se ainda os lugares de Porrais (53) e Noura (69) com alguma procura potencial instalada.

Freguesias	Área (km ²)	3 a 5 anos em 2001		6 a 9 anos em 2001		10 a 14 anos em 2001		15 a 17 anos em 2001		População Escolar	
		Crianças	Crianças /km ²	Crianças	Crianças /km ²	Jovens	Jovens /km ²	Jovens	Jovens /km ²	Pop. Escolar	Pop. Escolar /km ²
Candedo	28,78	28	1,0	46	1,6	43	1,5	46	1,6	163	5,7
Carva	15,16	6	0,4	10	0,7	14	0,9	11	0,7	41	2,7
Fiolhoso	16,17	14	0,9	18	1,1	36	2,2	16	1,0	84	5,2
Jou	37,33	13	0,3	18	0,5	41	1,1	31	0,8	103	2,8
Murça	14,62	61	4,2	94	6,4	138	9,4	101	6,9	394	26,9
Noura	13,99	19	1,4	27	1,9	27	1,9	30	2,1	103	7,4
Palheiros	27,07	12	0,4	20	0,7	27	1,0	23	0,8	82	3,0
Valongo de Milhais	22,15	7	0,3	17	0,8	29	1,3	19	0,9	72	3,3
Vilares	14,19	6	0,4	12	0,8	15	1,1	16	1,1	49	3,5
Murça	189,46	166	0,9	262	1,4	370	2,0	293	1,5	1091	5,8

Quadro. 4. Distribuição da procura potencial por freguesia em 2001
Fonte: Elaboração própria



Mapa. 9. Procura Potencial total do Sistema Educativo Municipal
Fonte: Elaboração própria

Esta procura potencial tem vindo a registar forte quebras nos últimos anos, fruto do envelhecimento acentuado da estrutura demográfica. Entre 1991 e 2001 o concelho perdeu cerca de 39% do nº

de indivíduos a escolarizar (-710) o que provocou enormes transformações ao nível da capacidade utilizada do parque escolar, com forte incidência em todos os níveis escolares (Gráfico 26).

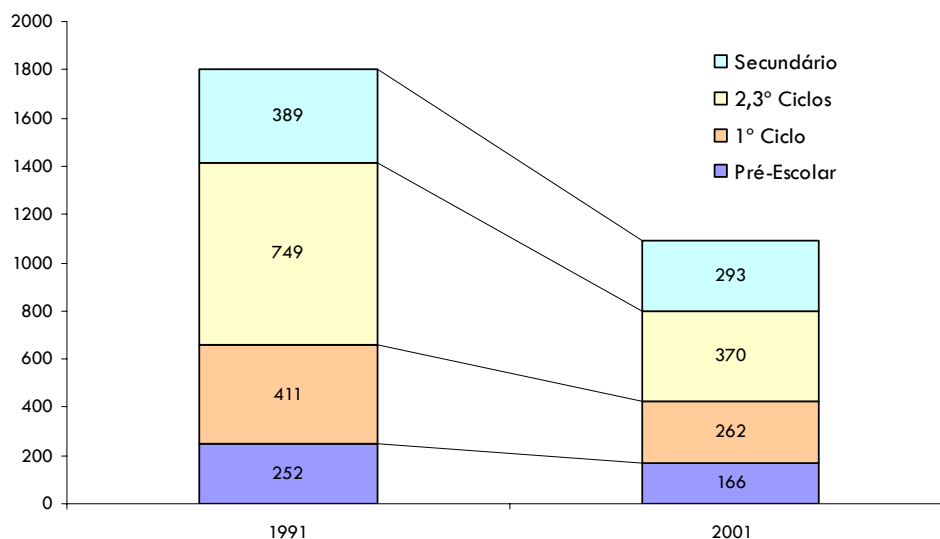


Gráfico. 17. Evolução da procura escolar potencial municipal (1991-2001)
Fonte: INE; elaboração própria

As perdas foram acentuadas em todas as freguesias do município registando-se uma média de - 40% da procura potencial dos vários níveis de ensino na última década.

Em termos percentuais, o 2º e 3º ciclos do ensino básico, sofreram a maior diminuição mas continuam a representar actualmente a maior fatia da procura potencial educativa municipal com cerca de 34% do total de indivíduos a escolarizar, seguidos do ensino secundário com 27%.

3.2.2 A Procura Efectiva

A evolução global da procura escolar nas escolas do município, intimamente associada à evolução demográfica verificada apresentou as seguintes tendências tal como se observa no quadro seguinte e nos gráficos que seguidamente se apresentam:

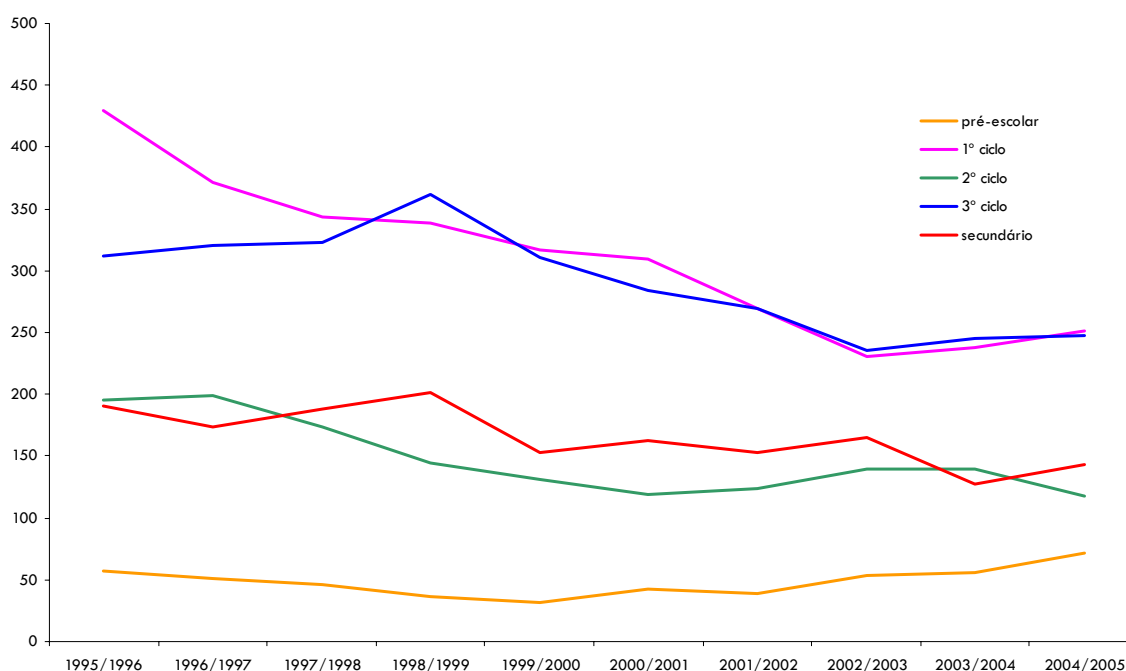
- ❖ Aumento gradual do nº de entradas no pré-escolar;
- ❖ Diminuição acentuada do nº de alunos do 1º ciclo do ensino básico com o município a registar uma perda de 41,6% de alunos inscritos neste nível de ensino;
- ❖ Diminuição progressiva do nº de alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, mas com alguma tendência de estabilização ao nível do 2º ciclo a partir do ano lectivo de 2000/2001 e a partir de 2002/03 para o 3º ciclo.
- ❖ Ligeira diminuição das entradas no ensino secundário no final da década de 90, mas com tendência para uma estabilização nos últimos anos.

Destes dados podemos facilmente constatar que, tal como na estrutura demográfica, o município sofreu fortes alterações ao nível da procura do sistema de ensino, em particular ao nível do ensino básico. Tal evolução acarreta fortes desajustamentos ao nível da oferta educativa criando situações, quer de subrendimento e subaproveitamento do parque escolar quer dos recursos afectos à educação, que importa corrigir atempadamente de modo a minimizar as assimetrias no acesso e na qualidade do serviço disponibilizado.

Ano Escolar	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
1995/1996	57	430	195	312	190
1996/1997	51	371	199	320	174
1997/1998	46	343	174	323	188
1998/1999	37	338	145	362	202
1999/2000	31	317	131	311	153
2000/2001	43	309	119	284	163
2001/2002	39	270	124	270	153
2002/2003	53	231	140	235	165
2003/2004	56	238	139	245	127
2004/2005	71	251	118	248	143

Quadro. 5. Evolução do Número de Alunos entre 1995/96 e 2004/05

Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

Gráfico. 18. Evolução do Número de Alunos entre 1995/96 e 2004/05
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

3.2.2.1 Ensino Pré-Escolar

A população com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos residente em Murça abrangida pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede de ministérios em 2004/2005 era de 71 crianças. De notar no entanto que para além da rede pública do ensino pré-escolar, existe ainda um Jardim-de-Infância de natureza privada (IPSS – Santa Casa da Misericórdia de Murça) que

possui uma capacidade instalada para 55 crianças e possuía, segundo os últimos dados disponíveis (2004), 55 crianças, estando portanto totalmente ocupado.

Estabelecimento	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Jl de Fiolhoso	-	11	14	10	14	17	17	6	3	8	8	10	10	12
Jl de Jou	-	13	10	12	15	10	9	7	8	9	12	11	12	11
Jl de Murça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	15	25
Jl de Noura	-	15	10	12	12	13	11	13	10	16	12	13	7	9
Jl de Porrais	-		19	12	16	11	9	11	10	10	7	10	12	14
Jl Srª Casa Misericórdia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55
Total	-	39	53	46	57	51	46	37	31	43	39	53	56	126

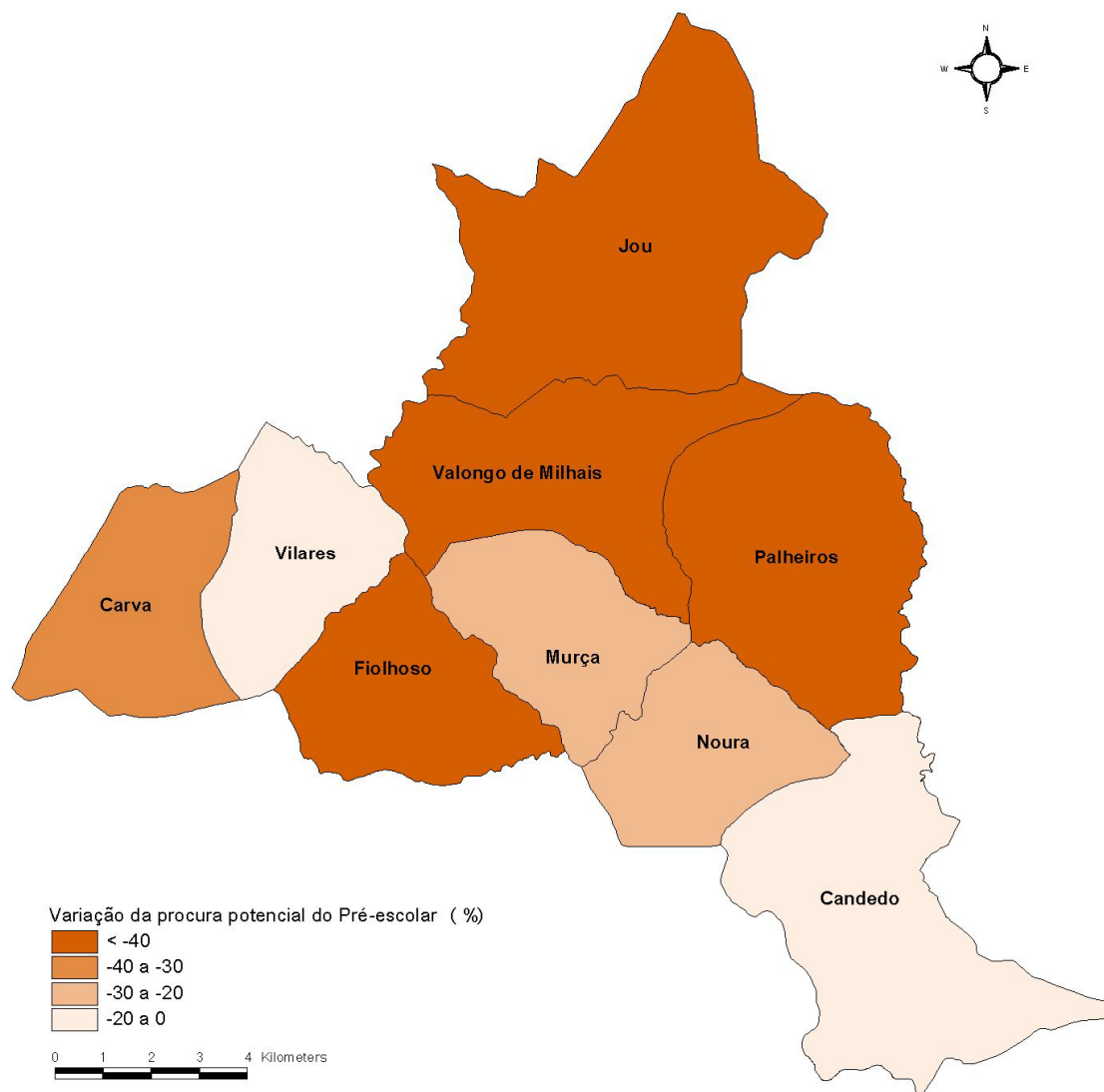
Quadro. 6.Evolução da Procura Efectiva do Pré-escolar (1991-2004)
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município, elaboração própria

O tendencial aumento do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar parece entrar em contradição com a diminuição da taxa de natalidade observada. Este facto resulta da taxa de cobertura⁷ ter vindo a aumentar, compensando assim, a diminuição da população em idade pré-escolar registada. Em 2001 o município registava uma taxa de cobertura do pré-escolar público na ordem dos 26%, um valor ainda bastante inferior ao fixado pelo governo (90% para o grupo etário de 3 a 5 anos), mas que com a evolução populacional esperada e a manutenção dos níveis de frequência registados nos últimos anos deverá atingir proximamente os valores nacionais recomendados.

Apesar desta diminuição se ter verificado em todo o território municipal, existem substanciais diferenças entre as várias freguesias do município como se poderá verificar no mapa anterior. As freguesias da zona Norte do município (Jou, Palheiros e Valongo de Milhais) foram as que mais perderam na última década intercensitária registando perdas superiores a 40% e nem mesmo a freguesia sede do município registou aumentos da procura, perdendo cerca de 30% da procura potencial do pré-escolar. As freguesias que apresentaram menores perdas foram Vilares (-14,7%) e Candedo (-12%) esta última localizada curiosamente numa zona bastante periférica do município.

Sendo um nível de ensino facultativo e de recente implantação, é de esperar, após esta fase inicial de arranque que, a médio prazo, a evolução do nº de crianças a frequentar a educação pré-escolar passe a acompanhar a evolução da taxa de natalidade.

⁷ **Taxa de Cobertura** – É a relação entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5 anos).



Mapa. 10. Evolução da Procura potencial do Pré-escolar (1991-2001)
Fonte: INE, elaboração própria

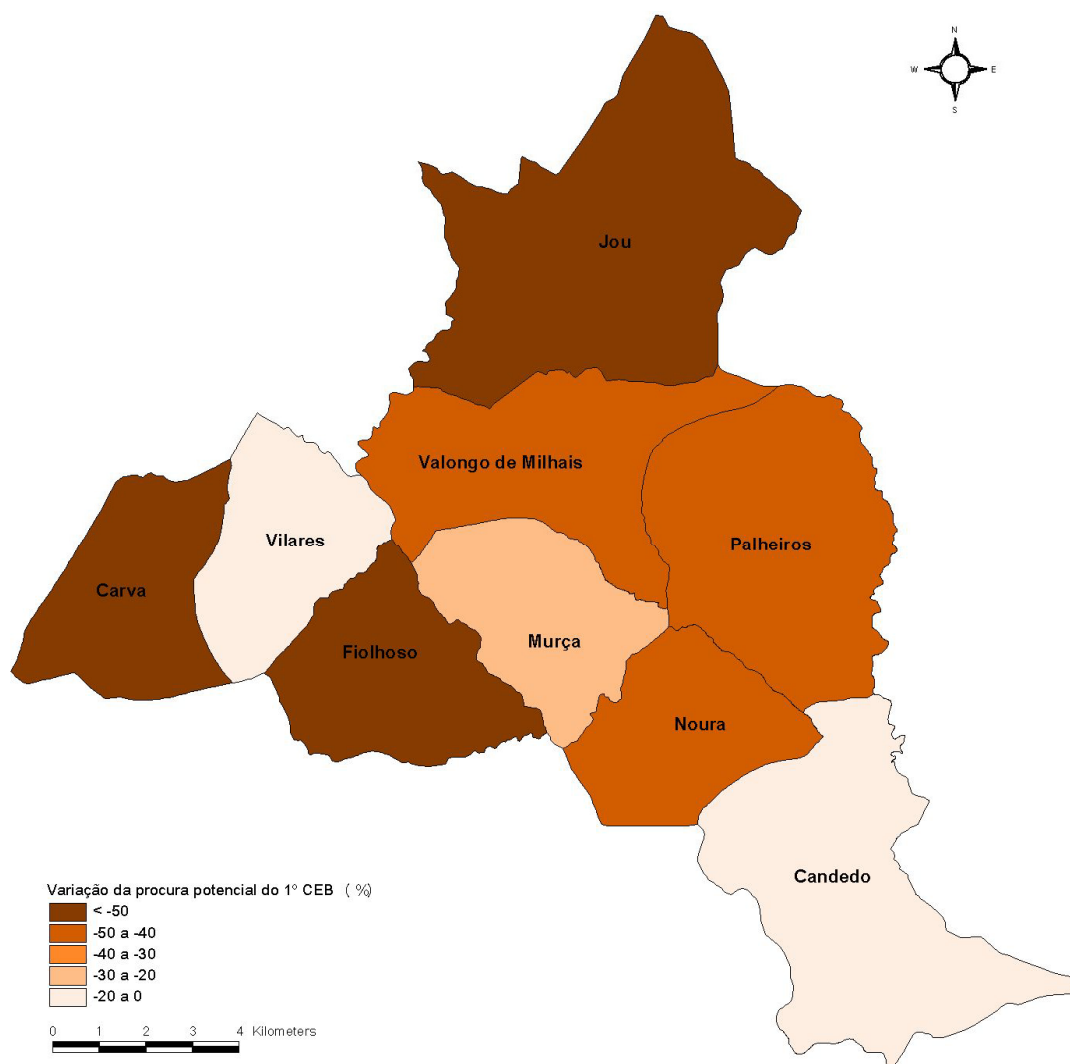
3.2.2.2 1º Ciclo do Ensino Básico

Igualmente acompanhando a evolução demográfica registada no município de Murça, este nível de escolaridade registou uma enorme quebra em termos de procura nos últimos anos. No global, o município perdeu entre os anos lectivos de 91/92 e 05/06 mais de 64% de alunos (-420). Em termos de procura potencial, as perdas foram acentuadas em praticamente todas as freguesias, com particular destaque para as freguesias a zona Norte e Oeste onde o nº de crianças entre os 6 e os 9 anos diminui mais 50% entre 1991 e 2001.

Estabelecimento	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06
EB1 de Aboleira (Cimo de Vila nº2)	20	16	15	13	10	6	7	7	6	6	3	2	3	4	2
EB1 de Cadaval	33	21	21	19	15	13	9	14	11	10	7	7	10	14	11
EB1 de Candedo	22	20	18	11	9	9	10	12	10	5	5	6	6	7	6
EB1 de Carva	28	27	15	12	7	7	4	6	7	6	5	4	5	6	7
EB1 de Carvas	11	5	7	12	10	11	11	10	10	9	9	6	3	suspensa	
EB1 de Cortinhas	8	6	7	7	8	7	9	6	9	4	6	6	3	2	2
EB1 de Fiolhoso	33	31	34	30	21	16	13	13	10	8	5	5	8	10	10
EB1 de Jou (Cimo de Vila nº1)	23	19	21	17	19	19	16	13	10	10	6	4	7	9	7
EB1 de Martim	19	18	20	11	15	10	9	7	9	11	8	7	6	6	10
EB1 de Mascanho	5	3	4	4	4	3	1	1	0	0	0	0	Suspensa		
EB1 de Monfegres	7	10	9	7	6	2	4	5	7	6	5	3	2	4	3
EB1 de Murça n.1	119	114	101	92	93	86	87	84	75	75	66	62	56	58	52
EB1 de Murça n.2	78	84	75	70	66	54	48	46	46	52	46	29	41	49	52
EB1 de Noura	50	41	19	26	25	22	21	19	15	14	11	10	16	15	14
EB1 de Palheiros	17	16	19	15	10	8	6	6	6	8	8	7	7	7	5
EB1 de Paredes	9	9	7	7	5	5	5	4	2	1	1	1	1	2	2
EB1 de Penabeice	5	2	2	2	2	4	4	3	3	2	1	0	Suspensa		
EB1 de Porrais	47	42	33	27	22	17	16	15	14	10	11	9	12	13	10
EB1 de Ribeirinha	9	7	7	9	7	7	8	9	7	2	3	3	2	2	1
EB1 de Salgueiro (Palheiros nº2)	13	13	15	13	10	7	8	8	7	12	12	13	8	4	4
EB1 de Serapicos	9	5	6	7	8	9	7	5	4	3	5	4	6	4	suspensa
EB1 de Sobredo	20	12	9	10	7	5	7	8	10	9	8	7	6	6	5
EB1 de Sobreira	9	11	14	12	8	6	7	8	14	20	15	16	14	11	12
EB1 de Toubres	14	14	13	12	10	8	3	2	4	4	5	6	6	5	5
EB1 de Vale d' Égua	4	7	7	7	5	5	3	3	3	2	1	1	Suspensa		
EB1 de Valongo de Vilhais	11	9	10	7	5	5	2	4	2	3	3	3	3	3	2
EB1 de Vargues	5	4	6	5	5	6	4	3	2	2	1	1	1	3	3
EB1 de Vilares	22	24	20	20	18	14	14	17	14	15	14	9	6	7	8
Total Alunos	650	590	534	484	430	371	343	338	317	309	270	231	238	251	230

Quadro. 7.Evolução da Procura Efectiva do 1ºCEB (1991-2005)
 Fonte: Inquérito realizado às escolas do município, elaboração própria

Quando analisada a distribuição dos alunos pelas várias escolas do município constata-se que algumas destas escolas há muito tempo ultrapassaram o limiar mínimo de funcionalidade em termos de alunos (menos de 10 segundo recomendações do ministério) e outras há que rapidamente se encontrarão nessa situação. Urge portanto a necessidade de uma reestruturação profunda da rede municipal do 1º CEB de modo a corrigir estas situações de isolamento de alunos e de subrendimento de recursos físicos e humanos.



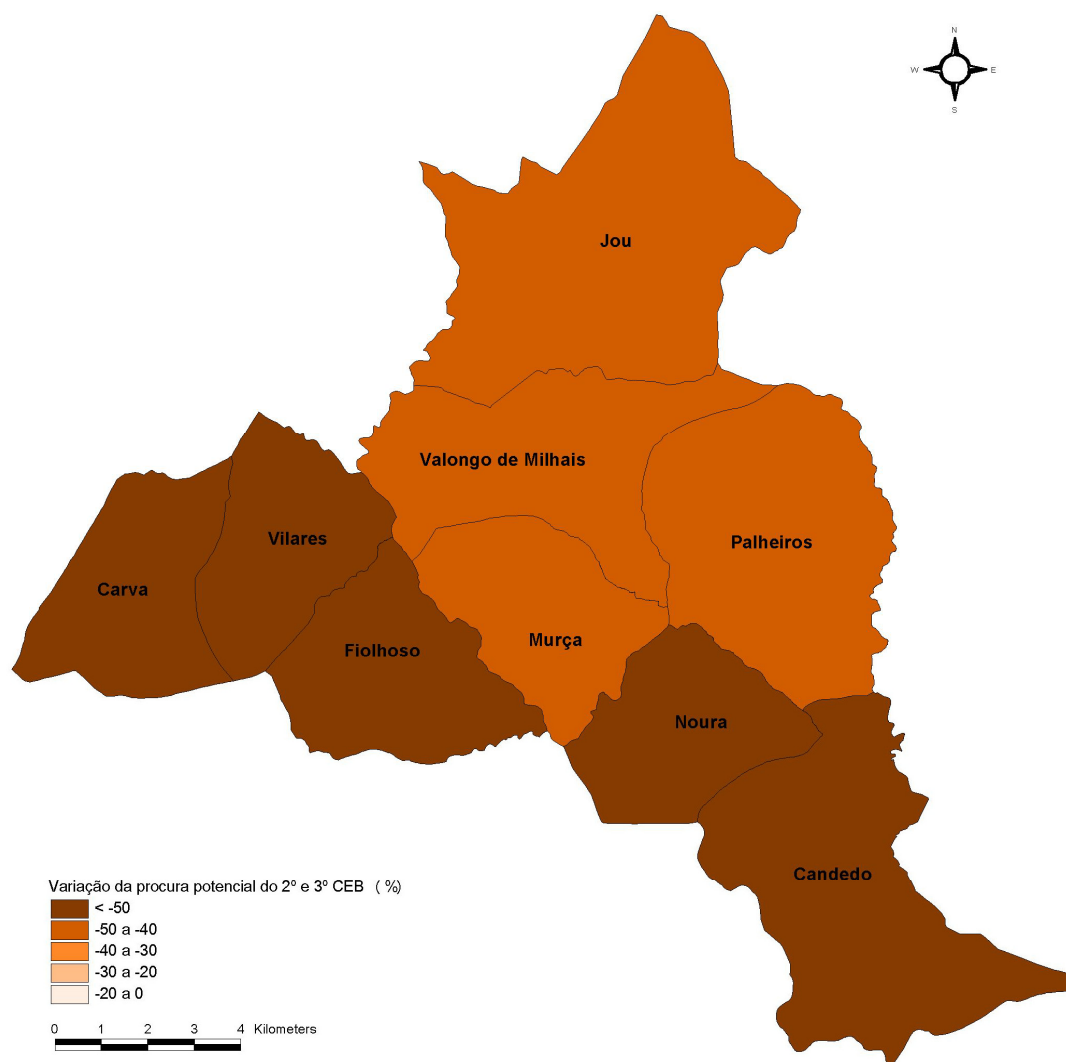
Mapa. 11. Evolução da Procura potencial do 1º CEB (1991-2001)
Fonte: INE, elaboração própria

3.2.2.3 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Ao nível dos 2 e 3º Ciclos do ensino básico a situação apresenta-se claramente pior do que nos níveis de ensino anteriores. As fortes quebras de efectivos entre os 10 e os 14 anos nas freguesias do município atingiram valores drásticos na maioria das freguesias levando a que o número de alunos inscritos acompanhasse a tendência demográfica e o município registasse uma diminuição de -39% e -21% nos 2º e 3º Ciclos do ensino básico respectivamente.

Estabelecimento		95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
EB2,3/S de Murça	2º Ciclo	195	199	174	145	131	119	124	140	139	118
	3º Ciclo	312	320	323	362	311	284	270	235	245	248

Quadro. 8. Evolução da Procura Efectiva dos 2º e 3º CEB (1995-2004)
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município, elaboração própria



Mapa. 12. Evolução da Procura potencial dos 2º e 3º CEB (1991-2001)
Fonte: INE, elaboração própria

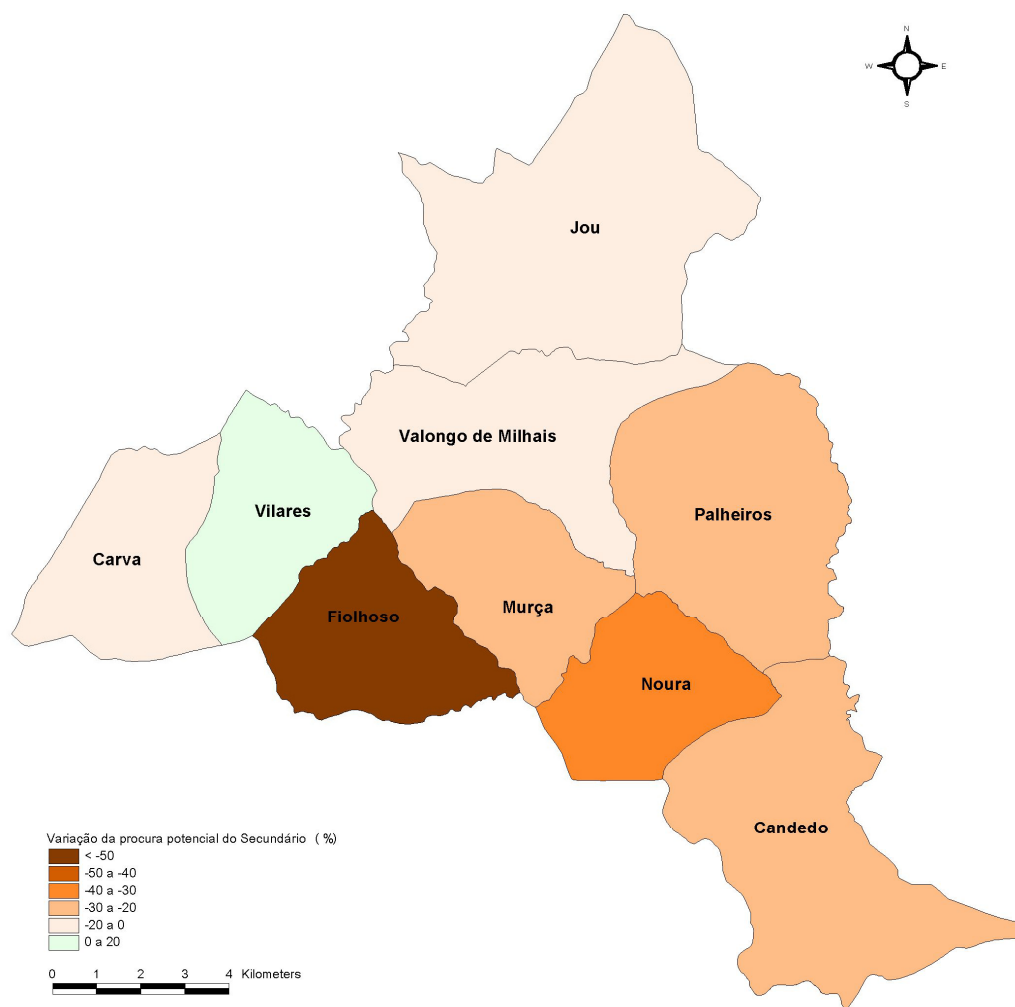
Relativamente ao ensino básico mediatizado, o município encerrou no início do ano lectivo de 2004/2005 todos os estabelecimentos mediatizados do concelho (EBM's de Jou, Candedo e Fiolhoso) não havendo portanto necessidade de se analisar esta tipologia de ensino neste trabalho.

3.2.3 Ensino Secundário

Ao nível do ensino secundário a situação é bastante diferente da registada no nível de ensino anterior; apesar do declínio demográfico registado, ter acarretado uma diminuição da procura potencial nas várias freguesias do município, com excepção para a freguesia de Vilares que viu a sua procura aumentar cerca de 18% na década de 90, o aumento das taxas de escolarização da população residente de Murça, como aliás ocorreu em praticamente toda a região, levaram a que se registasse uma diminuição menos acentuada do nº de entradas no ensino secundário

Estabelecimento	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
EB2,3/S de Murça Secundário	190	174	188	202	153	163	153	165	127	143

Quadro. 9.Evolução da Procura Efectiva do Secundário (1995-2004)
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município, elaboração própria



Mapa. 13. Evolução da Procura potencial do secundário (1991-2001)
Fonte: INE, elaboração própria

3.2.4 Ensino Profissional

O ensino profissional em Murça é disponibilizado para os níveis 2 e 3 equivalentes ao 3º ciclo e secundário respectivamente, existindo para tal um equipamento localizado na sede do município. Ao nível da procura destes níveis de ensino não foi possível recolher informação sobre a evolução recente do número de entradas, sabendo-se apenas que no ano lectivo 2004/2005, e segundo o Ministério da Educação⁸, existiam 116 alunos inscritos no nível 3 (equivalente ao ensino secundário).

⁸ <http://www.qiase.min-edu.pt/roteiro0405/info.asp?ce=1707699#Alunos>

3.2.5 Alunos com Educação Especial

Segundo o inquérito realizado às escolas do município, foram identificadas 15 crianças e com necessidades especiais no sistema de ensino de Murça. Na sua maioria estas crianças pertencem ao 1º ciclo do ensino básico. De notar no entanto que não foram disponibilizados dados sobre as necessidades especiais ao nível dos restantes ciclos do ensino básico e secundário.

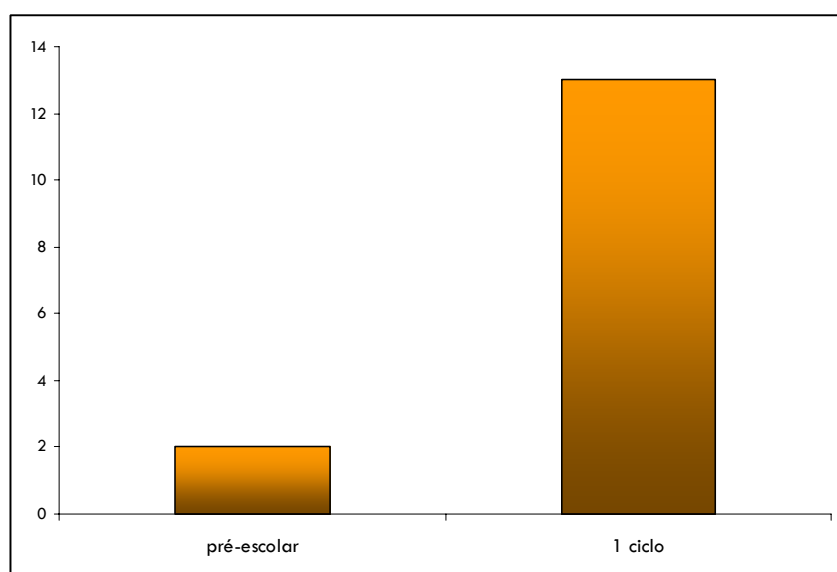


Grafico. 19. Alunos com necessidades especiais no município por nível de ensino (2004/2005)
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

3.2.6 Ensino Recorrente

O ensino recorrente é uma modalidade especial de educação escolar permite a indivíduos que já não se encontram em idade de frequentar os ensinos básico e secundário que o façam, adquirindo competências para a vida activa e para melhor integrar o mercado de trabalho. Neste tipo de ensino, os planos e métodos de estudo são adaptados à experiência e vida pessoal dos educandos, em conformidade com os seus tempos de aprendizagem, ritmos e disponibilidades. No município de Murça esta modalidade é leccionada ao nível do 1º, 2º ciclos e 3º ciclos do ensino básico e no curso geral do secundário, sendo estes dois últimos disponibilizados na EB2,3/S de Murça em regime nocturno. A evolução da frequência dos alunos inscritos apenas se encontra disponível para os 2 primeiros ciclos do ensino básico conforme podemos constatar no gráfico seguinte.

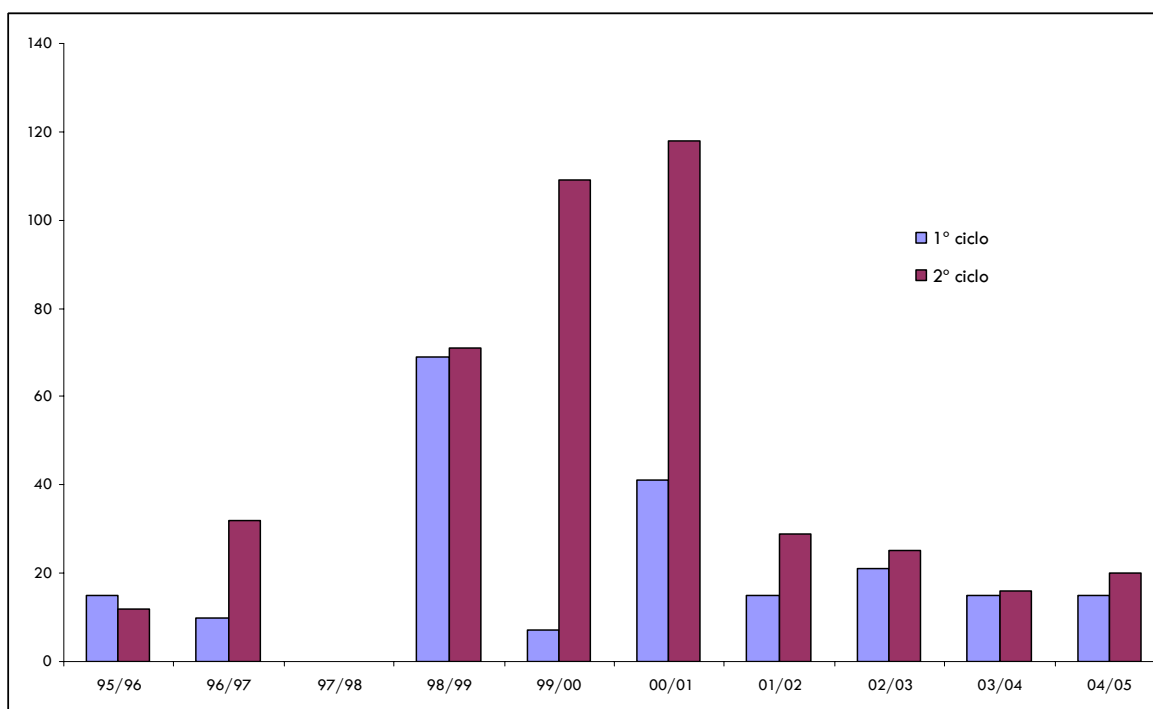


Grafico. 20. Evolução do ensino recorrente no município
 Fonte: Centro de Área Educativa (CAE) de Vila Real, elaboração própria

O gráfico anterior demonstra-nos que a evolução do ensino recorrente na última década tem sido algo irregular; após um aumento registado em meados da década de 90, a tendência recente revela-nos uma quebra progressiva deste tipo de ensino que importa combater. Face aos reduzidos níveis e escolaridade registados no município, esta componente do ensino deverá assim ser alvo de particular reforço, de modo a melhorar os níveis de escolaridade das populações locais, facto indispensável para um aumento da vitalidade e qualidade socio-económica municipal.

3.2.7 A procura do Ano Lectivo de Referência (2004/2005)

Um sistema de educação e ensino municipal envolve sempre um elevado nº de pessoas, desde alunos e professores a auxiliares de acção educativa e pessoal administrativo passando por outras actividades relacionadas com serviços conexos à educação. Este significativo peso realça a importância desta componente dos equipamentos colectivos como elemento estruturante e dinamizador do espaço urbano. O gráfico seguinte sintetiza a distribuição da população escolar que frequenta o ensino no município no corrente ano (2004/2005).

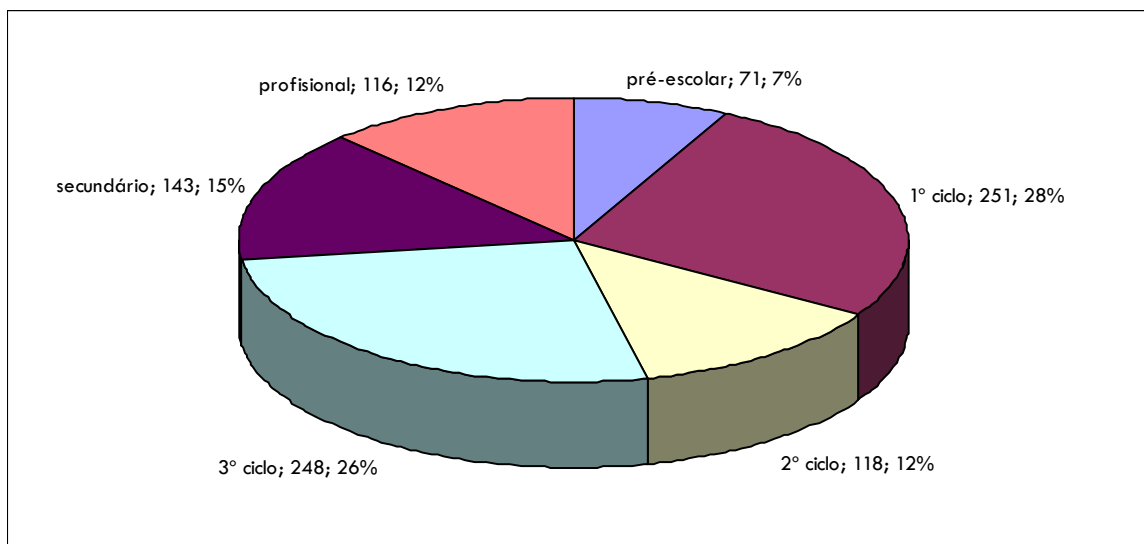


Gráfico. 21. Distribuição dos alunos inscritos pelos diferentes níveis de ensino (2004/2005)
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

Estes dados referem-se exclusivamente a alunos inscritos no ensino público. Os 1º e 3º CEB representam as maiores fatias (28% e 26% respectivamente) seguidos do secundário com 15%. De notar no entanto que se adicionarmos os alunos inscritos no ensino profissional com os do secundário, dado serem do mesmo nível de ensino, o peso do total de alunos do secundário assume uma relevância significativa.

3.3 A Oferta Escolar

Neste Capítulo procede-se à análise da oferta em termos de equipamentos escolares e para os diferentes níveis de ensino. Ao nível da oferta educativa o diagnóstico incidirá sobre um levantamento exaustivo de todo o parque escolar existente no município abordando as seguintes características dos equipamentos educativos⁹:

- ❖ Tipologia, localização e ano de construção;
- ❖ Estado de conservação e adequação dos espaços;
- ❖ Capacidade/Saturação dos espaços (taxas de ocupação);
- ❖ Instalações de apoio educativo (laboratórios, desporto, Internet, áreas de recreio, etc.);
- ❖ Rede de serviços disponibilizados (cantina, material didático, apoio social, etc.);
- ❖ Acessibilidade e meios de transporte;

⁹ Os equipamentos educativos" são o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didático e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados para a conveniente realização da actividade educativa." (n.º 1 do art. 14.º do Decreto-Lei 7/2003).

Para a elaboração deste capítulo estruturou-se uma ficha de caracterização para cada equipamento educativo que abrange os vários pontos anteriormente referidos e que depois de devidamente preenchidas pelas entidades competentes de cada equipamento escolar deram lugar a uma base de dados alfanuméricos que servirá como base de suporte para todo o processo de elaboração das propostas de reordenamento da rede educativa do município, bem como para a posterior monitorização e avaliação da implementação da carta educativa.

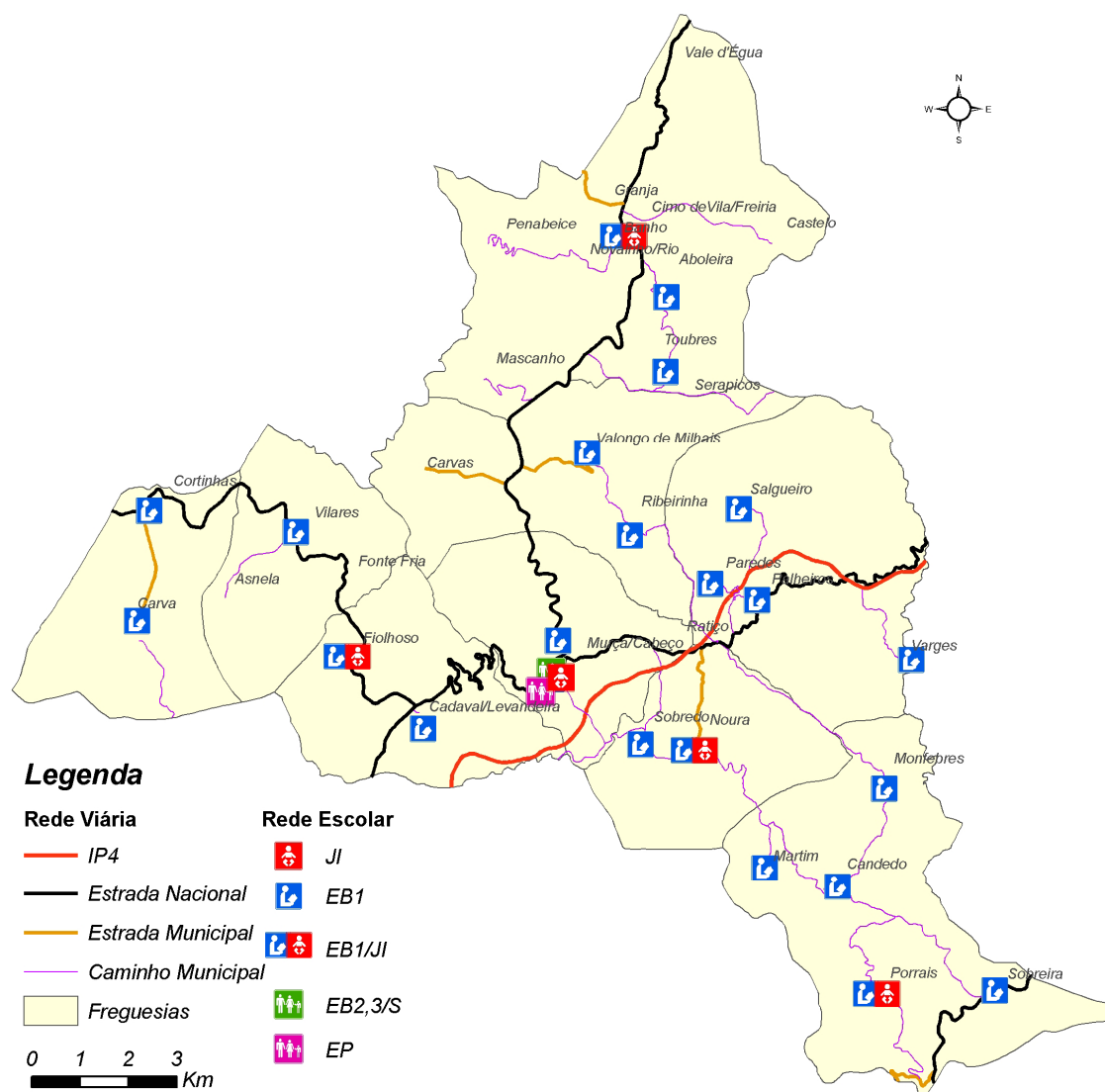
3.3.1 A oferta em equipamentos de Educação e Ensino

A Rede de equipamentos escolares do município de Murça apresenta actualmente a distribuição geográfica representada no mapa seguinte. Esta rede é constituída por 26 equipamentos escolares desagregados pelos vários níveis de ensino conforme se apresentam no quadro seguinte.

Tipologia dos Equipamentos	Nº
Jardim-de-infância	2
Escola Básica do 1º Ciclo com JI	4
Escola Básica do 1º Ciclo	19
Escola Básica do 2º e 3º Ciclos com Secundário	1
Escola Profissional	1
TOTAL	26

Quadro. 10. Distribuição dos Equipamentos Escolares por Tipologias (2005/2006)
Fonte: Câmara Municipal de Murça; Elaboração própria

Existem todavia mais equipamentos destinados à educação, nomeadamente ao 1º ciclo do ensino básico, mas que se encontram actualmente encerrados, não sendo portanto alvo de análise neste trabalho específico, e ao nível do pré-escolar privado sobre os quais não se possuem quaisquer informações. No entanto, ao nível do 1º ciclo, poderão ser considerados esses espaços nas propostas de reordenamento a serem elaboradas futuramente numa óptica de reconversão do parque escolar a desafectar em equipamentos de utilização complementar da educação ou porventura noutros usos considerados mais pertinentes e úteis para as populações locais em conformidade com os desejos da autarquia.



Mapa. 14. Distribuição Geográfica dos Equipamentos Escolares (2004/2005)
Fonte: Elaboração própria

3.3.1.1 Oferta de Ensino Pré-Escolar

O ensino pré-escolar é assegurado por 5 Jardins-de-infância integrados na rede de ministérios e 1 privado. Esta oferta, ao nível concelhio, tem evoluído positivamente registando no entanto uma taxa de cobertura ainda inferior à média nacional como já referido anteriormente, assegurando no ano lectivo de 2004/2005 o serviço a 126 crianças. Metade destes Jardins-de-Infância (3) funciona em complementaridade com o 1º Ciclo, uma vez que se encontram no mesmo espaço físico das escolas EB1, funcionando assim numa lógica de integração vertical dos níveis de ensino tal como recomenda o Ministério da Educação.

Natureza Institucional	Freguesia	Tipologia do Estabelecimento	Designação
Redes dos Ministérios	Jou	EB1/JI	Jardim-de-infância de Jou
	Candedo	Jl	Jardim-de-infância de Porrais
	Noura	EB1/JI	Jardim-de-infância de Noura
	Fiolhoso	EB1/JI	Jardim-de-infância de Fiolhoso
	Murça	Jl	Jardim-de-infância de Murça
IPSS	Murça	Jl Privado	Jardim-de-Infância da St.ª Casa da Misericórdia de Murça

Quadro. 11. Equipamentos Pré-escolares por freguesia
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

Todos os JI encontram-se em funcionamento em salas normais, e devido à sua integração física no espaço dos estabelecimentos das EB1, asseguram um conjunto de recursos partilhados permitindo-lhes assegurar um nível de serviço aceitável. As taxas de ocupação actuais reflectem um razoável ajuste da oferta face à procura actual ao nível da sede do município, mas algum sobredimensionamento nos restantes estabelecimentos. No entanto, considerando a possibilidade de se pretender atingir a médio/longo prazo valores de cobertura do pré-escolar na ordem dos 100%, importa referir que a actual oferta se ajustará gradualmente à procura, podendo mesmo haver necessidade de expansão do parque escolar no futuro próximo.

Designação	Nº de Salas	Nº de Alunos Inscritos	Taxa de Ocupação
Jardim-de-infância de Jou	1	11	44%
Jardim-de-infância de Porrais	1	14	56%
Jardim-de-infância de Noura	1	9	36%
Jardim-de-infância de Fiolhoso	1	12	48%
Jardim-de-infância de Murça	1	25	100%
Jardim de Infância da Stª Casa de Murça	2	55	100%

Quadro. 12. Taxas de Ocupação do Pré-escolar no ano lectivo de 2004/2005
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

Ao nível dos espaços disponibilizados, todos os estabelecimentos encontram-se equipados com WC em razoável ou bom estado de conservação mas em nº insuficiente no caso do JI de Fiolhoso. Possuem igualmente espaços de convívio (coberto ou descoberto) embora insuficiente no caso do JI de Murça em termos de espaços cobertos bem com parque infantil estando a maioria em bom estado de conservação (excepção feita ao de Murça que se encontra em mau estado e ao JI de Jou que não possui). O JI de Murça possui na verdade 2 salas de aula tendo no ano lectivo de 2005/2006, começado a funcionar em pleno possuindo assim uma capacidade para 50 crianças e estando inscritas 43, atingindo assim uma taxa de 86%. Para além dos espaços normais referidos anteriormente, possui ainda uma cantina e uma sala de professores, ambos em bom estado de conservação e suficientes para a capacidade instalada assim como um campo de jogos que se encontra em bom estado mas não é suficiente para as necessidades presentes. O JI de Noura usufrui ainda de uma biblioteca nas suas instalações.

Ao nível da dotação de equipamentos a dotação é razoável sobretudo ao nível de computadores e impressoras bem como de meios audiovisuais (TV). Refira-se ainda que, à excepção do JI de Noura, todos os estabelecimentos usufruem de ligação à INTERNET.

As tendências demográficas esperadas para o município de Murça serão alvo de estudo aprofundado mais adiante neste trabalho, com as quais serão estimadas as necessidades futuras do município em termos de ensino pré-escolar, no entanto salienta-se desde já que, a haver necessidade de expansão do parque pré-escolar, estas novas instalações deverão continuar a localizar-se preferencialmente fisicamente integradas com o 1ºCEB.

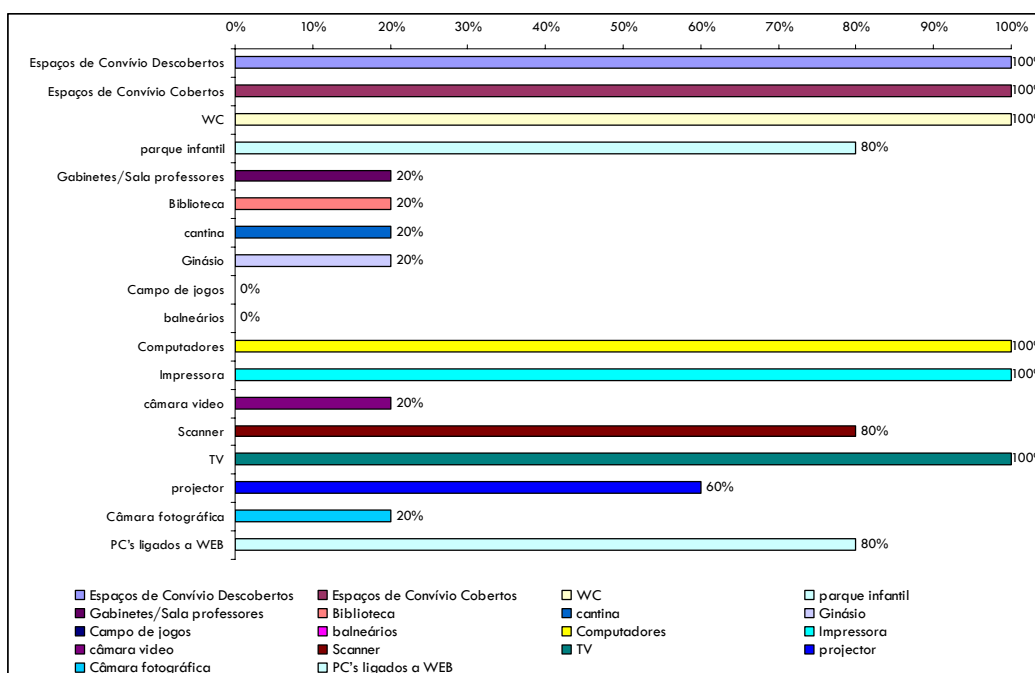
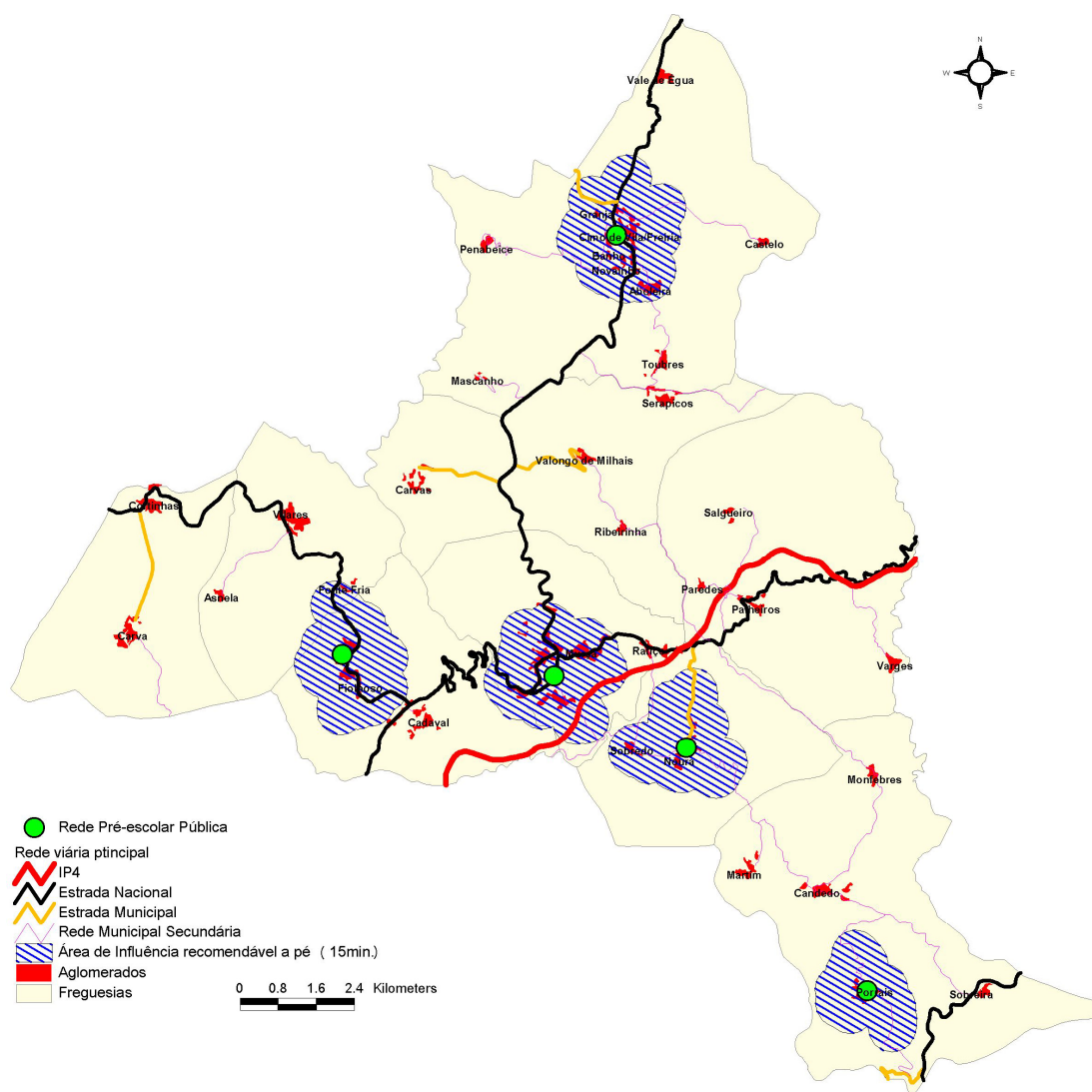


Gráfico. 22. Dotação de espaços e recursos complementares
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município, Elaboração própria

Analisando o mapa seguinte podemos verificar que com a actual rede escolar do ensino pré-escolar em funcionamento, uma grande parte do território municipal não se encontra servido por um JI a menos de 15 minutos de distância a pé, (valor recomendado pelo ME/MPAT). De notar no entanto que se considerarmos os tempos máximos admissíveis em transporte público para o pré-escolar (20 minutos), todo o território municipal passa a estar coberto pela rede actual.

Do ponto de vista da acessibilidade das populações aos equipamentos do pré-escolar poder-se-á afirmar que a rede actual está aquém do necessário face à procura registada no território, havendo por isso necessidade de se proceder a algumas alterações. Esta questão será abordada mais adiante neste estudo, aquando da elaboração das estratégias de reordenamento da rede educativa municipal, uma vez que a consequente alteração na rede do 1º CEB poderá levar a alterações na rede pré-escolar de modo a garantir uma óptima compatibilização entre ambas.



Mapa. 15. Áreas de Influência do ensino pré-escolar
Fonte: Elaboração própria

3.3.1.2 Oferta de Ensino Básico do 1º Ciclo

No Município de Murça a actual rede do 1º Ciclo do Ensino Básico é composta por 23 escolas públicas garantindo o serviço a 230 alunos, estando estas distribuídas por todas as freguesias do território municipal. Em termos de taxa bruta de escolarização e referenciando-nos ao ano de 2001, esta situava-se na ordem dos 96%, garantindo assim a cobertura total da procura potencial do município.

A totalidade destas escolas encontra-se integrada no agrupamento vertical de Escolas de Murça que tem como escola sede Escola básica dos 2º e 3º ciclos com ensino secundário de Murça, constituindo-se assim apenas um Território Educativo para todo o município. Quanto à idade do parque escolar, o levantamento realizado permite concluir que a maioria das escolas foram

construídas nas décadas de 60 e 70 (Plano Centenário), constituindo portanto um parque escolar algo envelhecido e desajustado para as actuais necessidades do ensino básico.

A capacidade destes estabelecimentos escolares deve ser ajustada às características da população residente e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos de forma a garantir boas condições pedagógicas e contribuir para o sucesso educativo. Ora este princípio seria relativamente fácil de cumprir se estivéssemos perante uma situação de crescimento moderado ou de manutenção demográfica; no entanto o município regista fortes perdas populacionais, sobretudo ao nível das camadas jovens, originando fortes desajustamentos na distribuição da procura do 1º ciclo. O município vive a braços com uma situação de sobredimensionamento do parque escolar do 1º ciclo básico e a principal questão que se coloca é a de se saber quais os recursos que deverão ser mantidos e quais os que deverão ser “encerrados” ou “reconvertidos”. A situação actual apresenta 15 EB1 com menos do que 10 alunos e pelo menos mais 6 muito perto desse limiar mínimo estipulado pelo Ministério da Educação como o valor a partir do qual uma escola deverá não se deverá manter em actividade. Obviamente que as decisões sobre encerrar ou não uma escola não deverão se reger apenas por esta condição numérica; existem muitas outras variáveis que pesam na decisão de manter ou encerrar uma escola (sociais, económicas, culturais, políticas, etc.) que deverão igualmente ser contabilizadas no processo de decisão.

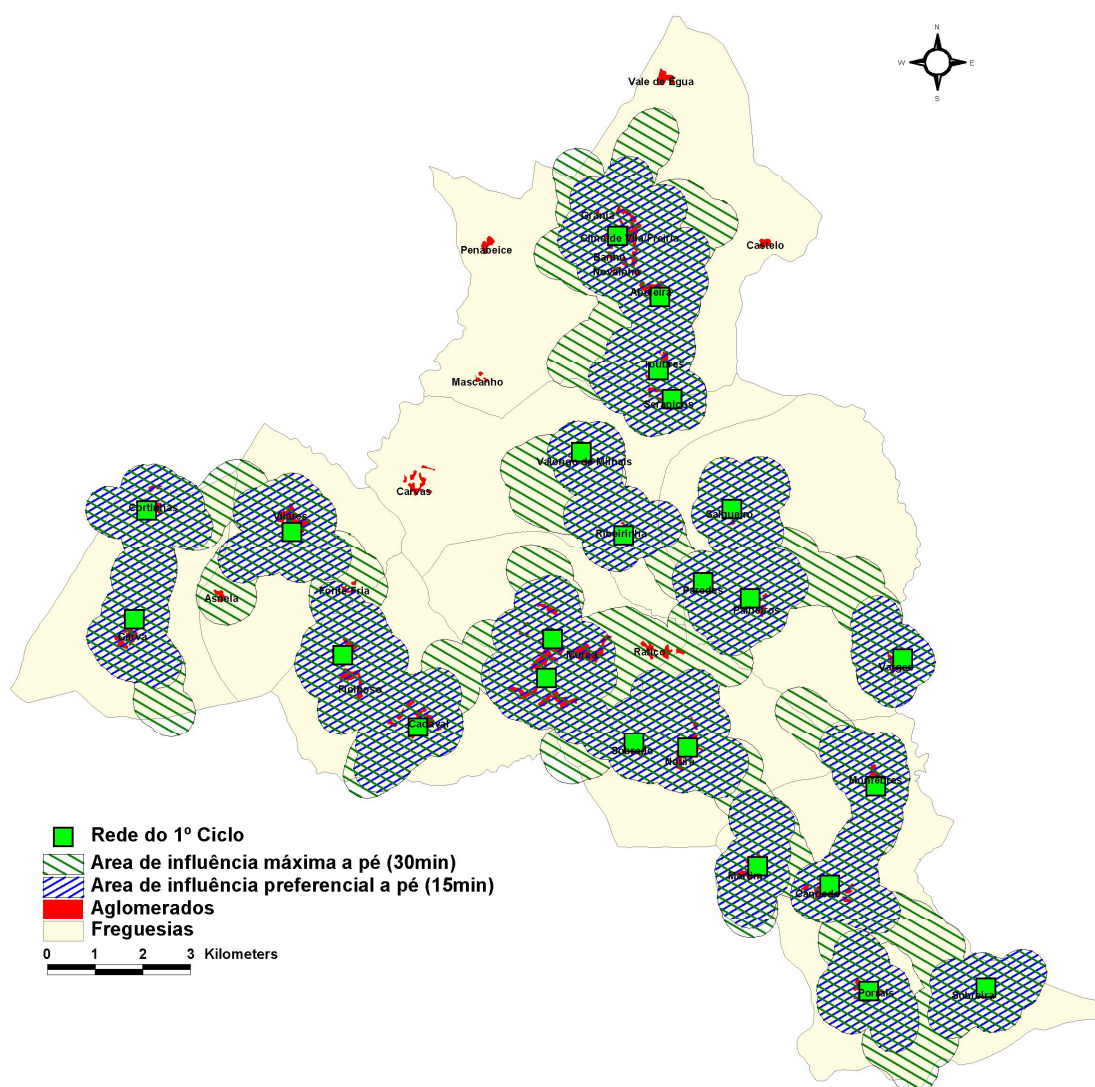
Designação	Alunos inscritos	Salas	Capacidade	Taxa de Ocupação
EB1 de Noura	14	1	20	70%
EB1 de Murça n.1	52	4	80	65%
EB1 de Murça n.2	52	4	80	65%
EB1 de Sobreira	12	1	20	60%
EB1 de Cadaval	11	1	20	55%
EB1 de Porrais	10	1	20	50%
EB1 de Fiolhoso	10	1	20	50%
EB1 de Vilares	8	1	20	40%
EB1 de Jou (Cimo de Vila nº1)	7	1	20	35%
EB1 de Palheiros nº1	5	1	20	25%
EB1 de Sobredo	5	1	20	25%
EB1 de Toubres	5	1	20	25%
EB1 de Martim	10	2	40	25%
EB1 de Salgueiro (Palheiros nº2)	4	1	20	20%
EB1 de Carva	7	2	40	18%
EB1 de Monfobres	3	1	20	15%
EB1 de Candedo	6	2	40	15%
EB1 de Varges	3	1	20	15%
EB1 de Aboleira (Cimo de Vila nº2)	2	1	20	10%
EB1 de Valongo de Milhais	2	1	20	10%
EB1 de Cortinhas	2	1	20	10%
EB1 de Paredes	2	1	20	10%
EB1 de Ribeirinha	1	1	20	5%

Quadro. 13. Taxas de Ocupação do 1º CEB no ano lectivo de 2005/2006
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

Outro elemento importante na avaliação da qualidade da oferta é a taxa de ocupação das escolas. Este indicador corresponde à razão entre o número de turmas em funcionamento em cada

estabelecimento e capacidade em turmas das respectivas instalações (20 alunos / turma / sala). O quadro que se segue ordena as escolas do 1º ciclo por ordem decrescente deste indicador, expressando na maioria dos casos (22 escolas) uma taxa de ocupação inferior a 70%: 9 escolas com ocupação inferior a 20%, 7 com taxas entre 20% e 50% e 6 entre os 50% e os 70%. Apenas a escola Murça nº1 apresenta uma taxa de ocupação dentro dos valores aconselháveis (+ de 70%).

Em termos de procura, se utilizarmos os critérios de Planeamento do ME/MPAT, todas as escolas se encontram com nº de alunos abaixo do valor mínimo recomendado (60 alunos), no entanto, face à realidade e dimensão local do município considera-se que estes valores deverão ser reajustados à escala do município de Murça.



Mapa. 16. Áreas de Influência das EB1
Fonte: Elaboração própria

Analisando o mapa anterior podemos verificar que com a actual rede escolar do 1º CEB em funcionamento, praticamente todos os aglomerados do município encontram-se servidos por uma escola básica do 1º ciclo a menos de 15 minutos, (valor recomendado pelo ME/MPAT para deslocações a pé, sendo máximo aceitável 30min.), existindo apenas alguns aglomerados na zona norte do município que se encontram a mais tempo de distância, estando no entanto dentro do limite máximo admissível em transporte público (40 minutos).

Se do ponto de vista da acessibilidade das populações aos equipamentos do 1ºCEB esta esteja perfeitamente assegurada, a verdade é que do ponto de vista da optimização da rede existe um claro excedente de oferta face à procura existente no município, levando a afirmar que a rede deverá ser rapidamente reformulada de modo a evitar situações de isolamento de alunos como se verifica actualmente. Esta questão será abordada mais adiante neste estudo, aquando da elaboração das estratégias de reordenamento da rede educativa municipal.

3.3.1.2.1 Infra-estruturas Básicas

Em termos de infraestruturas básicas, todas as escolas básicas do 1º ciclo encontram-se servidas pelas redes públicas de abastecimento de água e de energia eléctrica. Quanto à drenagem de águas residuais apenas 18 escolas encontram-se ligadas à rede pública de saneamento básico, enquanto as seguintes escolas possuem fossas sépticas independentes:

- ❖ EB1 de Carva:
- ❖ EB1 de Cortinhas
- ❖ EB1 de Salgueiro
- ❖ EB1 de Paredes
- ❖ EB1 de Vargues

Importa referir que no caso destas escolas, elas situam-se em aglomerados que não possuem qualquer cobertura de recolha de águas residuais, no entanto, os recentes projectos da autarquia ao nível da expansão da rede de saneamento, deverão passar a cobrir num futuro próximo estes aglomerados e consequentemente estas escolas.

3.3.1.2.2 Espaços e Serviços Complementares

Ao nível destes espaços, o levantamento efectuado permite retirar as seguintes apreciações:

- ❖ As estruturas sanitárias existentes encontram-se em razoável estado de conservação e em nº suficiente face à procura registada, com excepção das EB1 de Porrais, Salgueiro, e

Sobreira onde as condições sanitárias são más e das EB1 de Candedo, Jou e Ribeirinha onde são insuficientes para a capacidade instalada;

- ❖ Todas as escolas básicas em actividade possuem espaços de convívio para os alunos tanto descobertos (100%) como cobertos (83%);
- ❖ Apenas a EB1 de Murça nº2 possui 1 gabinete de apoio para os docentes;
- ❖ As EB1 de Murça, Noura e Sobredo encontram-se equipadas com biblioteca/ludoteca;
- ❖ Apenas 1 escola encontra-se equipada com cantina (EB1 de Palheiros);
- ❖ Existem ainda 5 escolas equipadas com campo de jogos, mas na sua maioria apresentam-se ora insuficientes ora em mau estado de conservação, não possuindo nenhum deles balneários de apoio.

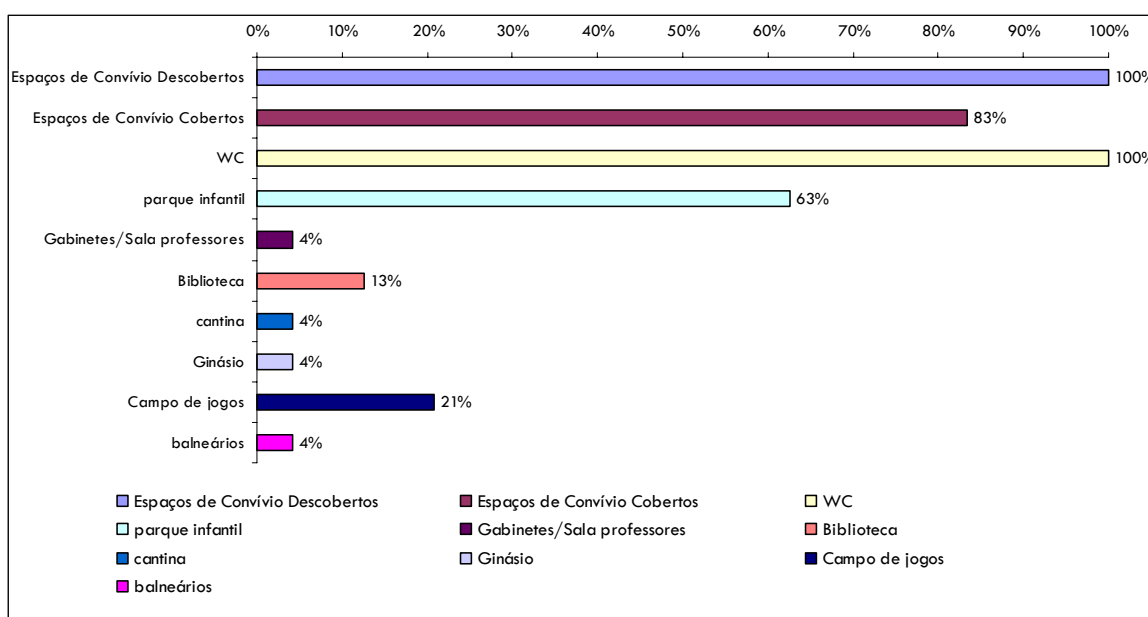


Gráfico. 23. Dotação de espaços e serviços complementares
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

3.3.1.2.3 Equipamentos e Recursos Escolares

Quanto a equipamento de apoio ao 1º ciclo do ensino básico, o agrupamento vertical, ao nível dos recursos existentes nas EB1, encontra-se razoável ao nível das dotações ideais que garantam um ensino de qualidade. A taxa de cobertura de computadores e impressoras do agrupamento é elevada (100%), estando todas as escolas do município equipadas pelo menos com um computador pessoal, estando praticamente todos os PC's existentes ligados à Internet, no entanto ao nível dos restantes recursos a dotação é algo baixa.

Refira-se ainda que nenhum dos edifícios do 1º ciclo se encontra acessível a cidadãos com mobilidade condicionada e em muitos dos casos os espaços exteriores dos edifícios, apesar de

vedados na sua maioria, não apresentam tratamento adequado do pavimento, sendo a maioria destes em terra batida.

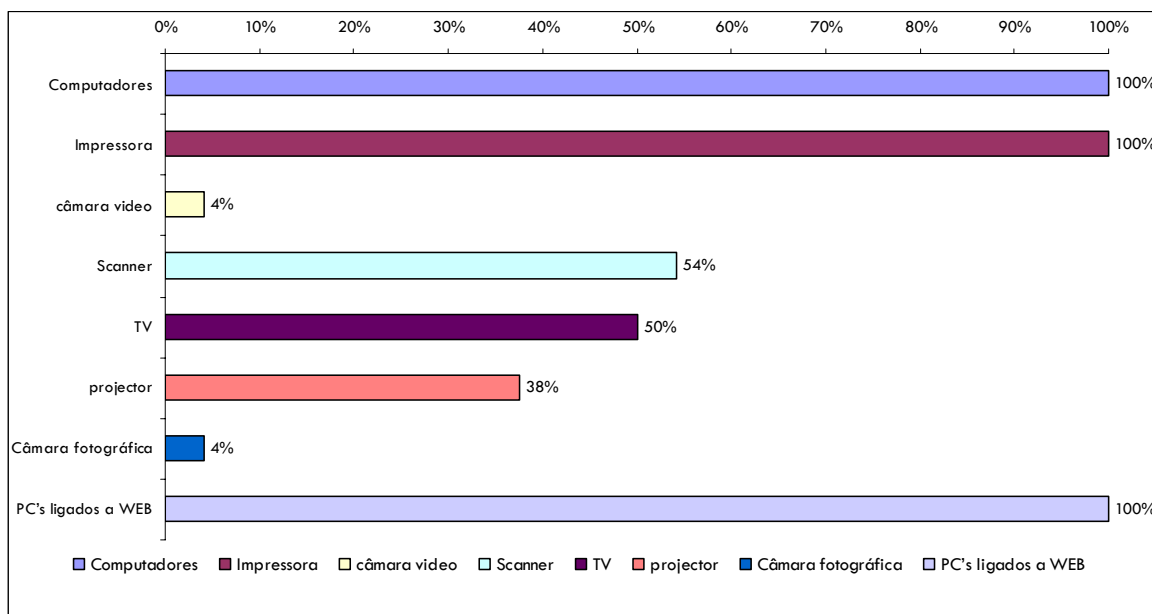


Gráfico. 24. Dotação de equipamentos e recursos escolares
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

3.3.1.3 Oferta de Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos

A actual rede de estabelecimentos públicos do 2º e 3º ciclo e secundário do município de Murça é constituída actualmente apenas por um equipamento – a Escola básica dos 2º e 3º ciclos com ensino secundário de Murça – localizada na freguesia de Murça e que assegura a sequencialidade dos três ciclos nos termos da L.B.S.E.

O princípio da integração vertical numa única escola é proporcionado a 100% dos alunos (10-17 anos). Com efeito, existe a possibilidade dos alunos permanecerem ligados ao mesmo estabelecimento durante um período mais longo da sua vida, evitando que a cada mudança de ciclo corresponda uma mudança de escola.

3.3.1.3.1 **Caracterização Física**

A escola localizada na sede de município detém uma capacidade de oferta de 25 turmas no ano lectivo de 2004/2005. Este estabelecimento foi construído todo de raiz para o ensino. A escola é de construção relativamente recente (cerca de 20 anos) e não apresenta problemas significativos ao nível das instalações, pese embora existam algumas necessidades de conservação e/ou ampliação de alguns espaços escolares de modo a melhorar os serviços prestados por este

estabelecimento. Esta escola proporciona uma oferta de salas de aula e salas afectas a disciplinas que requerem equipamento específico (Trabalhos Manuais, Ciências da Natureza), estando igualmente apetrechada com os seguintes espaços de apoio:

- ❖ 1 Mediateca;
- ❖ 1 Refeitório Escolar;
- ❖ 1 Bufete Escolar
- ❖ 1 Sala de Professores;
- ❖ 1 Reprografia;
- ❖ Laboratórios;
- ❖ Papelaria Escolar;
- ❖ Gimnodesportivo;
- ❖ Zona de convívio descoberta.
- ❖ Zona de convívio coberta.

Por outro lado, em termos e infra-estruturas básicas (água, electricidade e esgotos), a escola encontra-se totalmente dotada, encontrando-se estas em bom estado de conservação. A caracterização geral das instalações está sintetizada no quadro seguinte. No que se refere às instalações gimnodesportivas a dotação existente é suficiente face à capacidade instalada neste equipamento escolar.

Escola		Murça
Freguesia		Murça
Tipo/Modelo		EB2,3 c/ Sec
Ano de Construção		1985
Para o Ensino		Sim
Tipo de Projecto		Compacto
Construções Definitivas	Nº	6
Unidades/Blocos ¹⁰	Estado de conservação	Bom
Pré-Fabricados (Nº Pavilhões)		0
Infra-estruturas Básicas	Água	Existente
	Esgotos	Existente
	Electricidade	Existente
Salas de Aula	AN/ANM/ANG/CO/DA ¹¹	21
	ADC / AC1 ¹² Laboratórios	4
	AT / AT1 ¹³ Oficinas	2
Espaços de Apoio	Mediateca	Sim
	Cantina	Sim
	Recreio	Coberto e Descoberto
Instalações Gimnodesportivas	Ginásio	Razoável
	Balneários	Suficientes
	Campo de Jogos	Razoável

Quadro. 14. Caracterização Geral das Instalações da EB2,3/S de Murça
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

¹⁰ Unidades/Blocos – É toda a construção independente, fechada e coberta, destinada a instalação de espaços de ensino e de apoio, e de outras dependências para actividades inerentes ao funcionamento do estabelecimento de ensino (normas de Preenchimento do Boletim Estatístico da Organização e Recursos dos estabelecimentos de ensino – DEPEF, 1994).

¹¹ AN – Sala de Aula Normal; ANM – Sala de Música; ANG – Sala para Grandes Grupos; CO – sala de Contabilidade; DA – Sala de Dactilografia.

¹² ADC – sala de Educação Visual e Ciências da Natureza; AC1 – Sala de Físico-Química.

¹³ AT – Sala de Trabalhos Manuais; AT1 – Sala de Trabalhos Oficiais.

3.3.1.3.2 Ocupação do Estabelecimento

No ano lectivo de 2004/05 registou-se uma taxa de ocupação algo inferior a 100% na EB2,3/ES de Murça. A evolução deste indicador na última década está fortemente relacionada com a evolução demográfica registada. As quebras de natalidade registadas anteriormente vieram alterar os padrões de procura do 2º e 3º ciclos e secundário, bem como a respectiva ocupação dos estabelecimentos. A EB2,3/ES, apresentava em 1995/96, uma taxa de ocupação de 112% um valor, ainda que ligeiramente excedentário, próximo do ideal. No entanto, na última década, a entrada de alunos tem vindo a diminuir, registando-se actualmente um valor da taxa de ocupação de cerca de 81%.

Apesar da evolução da procura denotar uma ligeiro abrandamento, a oferta destes 3 níveis de ensino parece estar ajustada às necessidades do município e a estrutura existente deverá encontrar-se ajustada para essa mesma procura durante os próximos anos. No entanto esta estrutura poderá ser alvo de algumas melhorias, nomeadamente ao nível da qualificação dos espaços, da dotação de equipamentos e espaços complementares de apoio à educação.

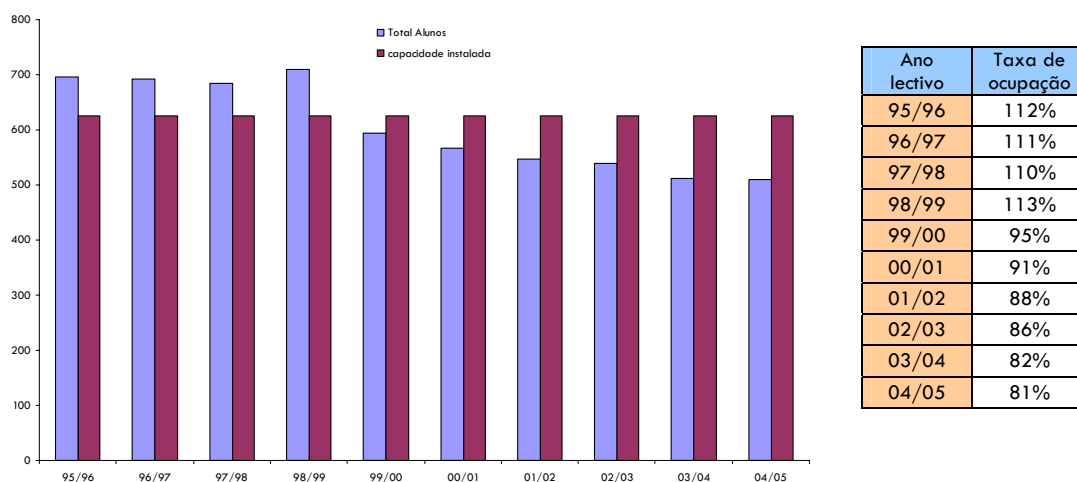


Gráfico. 25. Evolução da Taxa de Ocupação da EB2,3/S de Murça
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

3.3.1.4 Oferta de Ensino Profissional

O município disponibiliza ainda o ensino profissional através da Escola Profissional de Murça, localizada na freguesia sede de concelho. Este estabelecimento é de construção recente (1993) e possui uma capacidade para 8 turmas e uma procura actual (2004/2005) de 116 alunos repartidos por 8 turmas do Níveis III do ensino profissional. Para além das 11 salas de aula

disponíveis e dos 4 laboratórios para disciplinas específicas (Biologia/Geologia, Física, Química e Ciências Experimentais), o estabelecimento possui também os seguintes espaços de apoio:

- ❖ 6 Gabinetes;
- ❖ 1 Biblioteca;
- ❖ 1 Sala de Professores;
- ❖ 1 Mediateca;
- ❖ 1 Centro de Recursos;
- ❖ 1 Oficina de Electricidade;
- ❖ Balneários;
- ❖ Zonas de convívio descobertas;
- ❖ Zonas de convívio cobertas.

Dado ser de construção recente, furo inclusive de melhorias aplicadas recentemente ao nível da requalificação dos espaços, o estabelecimento apresenta boas condições para a prática do ensino, não se perspectivando portanto qualquer necessidade de reforço desta estrutura nos próximos anos. Avaliando a oferta de espaços existentes conjuntamente com a procura registada, não se perspectivam quaisquer propostas ao nível deste nível de ensino, devendo manter-se no futuro a oferta educativa nos mesmos moldes e condições em que se encontra actualmente.

Escola		Murça
Freguesia		Murça
Tipo/Modelo		EP
Ano de Construção		1993
Para o Ensino		Sim
Tipo de Projecto		-
Construções Definitivas Unidades/Blocos ¹⁴	Nº	1
	Estado de conservação	Bom
Pré-Fabricados (Nº Pavilhões)		-
Infra-estruturas Básicas	Água	Razoável
	Esgotos	Razoável
	Electricidade	Razoável
Salas de Aula	AN/ANM/ANG/CO/DA ¹⁵	11
	ADC / AC1 ¹⁶ Laboratórios	4
	AT / AT1 ¹⁷ Oficinas	1
Espaços de Apoio	Mediateca e Biblioteca	Sim
	W.C.	9
	Sala de Professores	1
	Cantina	Não
	Recreio	Coberto e Descoberto
Instalações Gimnodesportivas	Balneários	Suficientes
Acesso a pessoas com mobilidade condicionada		Sim

Quadro. 15. Caracterização Geral das Instalações da EP de Murça
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

¹⁴ Unidades/Blocos – É toda a construção independente, fechada e coberta, destinada a instalação de espaços de ensino e de apoio, e de outras dependências para actividades inerentes ao funcionamento do estabelecimento de ensino (normas de Preenchimento do Boletim Estatístico da Organização e Recursos dos estabelecimentos de ensino – DEPEF, 1994).

¹⁵ AN – Sala de Aula Normal; ANM – Sala de Música; ANG – Sala para Grandes Grupos; CO – sala de Contabilidade; DA – Sala de Dactilografia.

¹⁶ ADC – sala de Educação Visual e Ciências da Natureza; AC1 – Sala de Físico-Química.

¹⁷ AT – Sala de Trabalhos Manuais; AT1 – Sala de Trabalhos Oficiais.

3.3.1.4.1 Recursos Escolares

Quanto a equipamento de apoio do ensino profissional, a EB2,3/S, encontra-se bem dotada de recursos que garantam um ensino de qualidade. O N° de computadores e impressoras é satisfatório, garantindo um rácio de 1 PC para cada 5 alunos, estando praticamente todos os PC's existentes ligados à Internet.

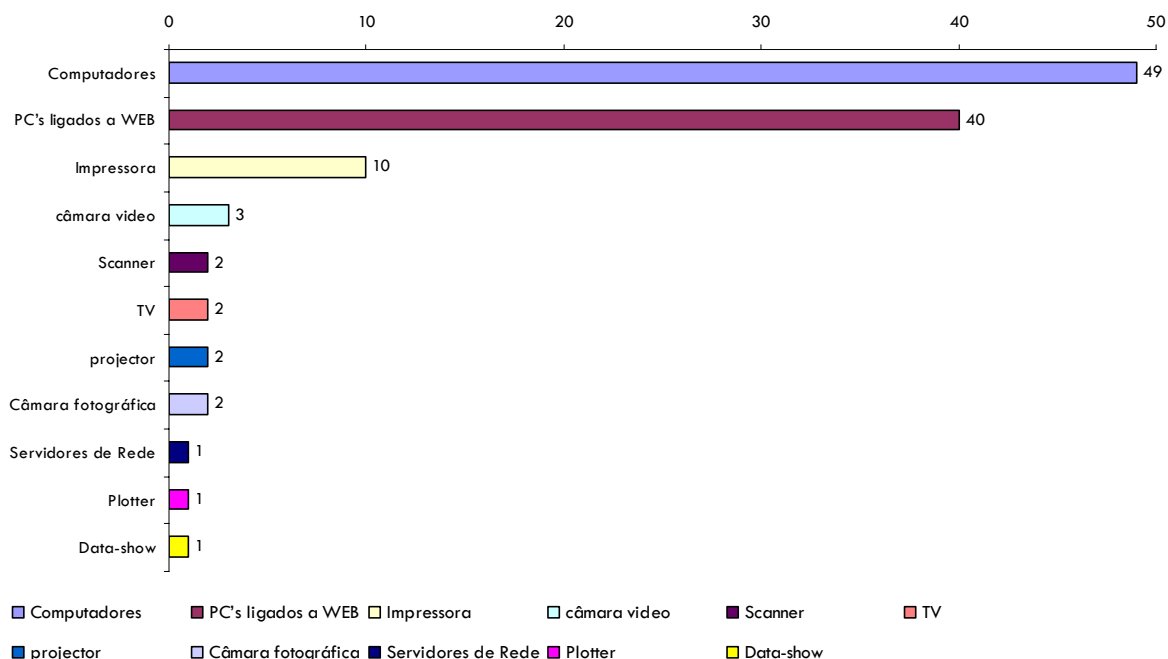


Gráfico. 26. Dotação de equipamentos e recursos escolares da escola profissional
Fonte: Inquérito realizado às escolas do município

3.4 Rede de Transportes

A rede de transportes existente no município, assegura o serviço a todo o município para alunos integrados no sistema de ensino municipal, sendo na sua maioria alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, havendo porém alguns circuitos de transporte de alunos do pré-escolar do 1º ciclo do ensino básico. O serviço de transporte é assegurado por carreiras escolares sob a forma de 7 circuitos e 9 mini-circuitos realizados por veículos da Câmara Municipal. Os veículos utilizados são 16 e têm capacidades variadas consoante o percurso efectuado.

A maioria dos circuitos fazem a recolha dos alunos nos aglomerados de origem e a entrega directa na escola, no entanto, existem 2 mini-circuitos que recolhem os utentes no aglomerado mas têm como destino outro aglomerado onde posteriormente os alunos fazem o transbordo para uma carreira particular da empresa Auto-viação do Tâmega que os leva para a escola EB2,3/S de Murça.

Em média, a distância do percurso casa-escola não ultrapassa os 20Km, um valor que se encontra dentro dos limites aceitáveis de irradiação (acesso em transporte público ≤ 20 min. para o pré-escolar, 40min. para o 1º ciclo e 60min. para os restantes ciclos, assumindo uma velocidade de circulação de cerca de 50Km/h).

O processo de concentração do 1º ciclo do ensino básico, a ocorrer, deverá ter em conta a actual configuração dos percursos escolares, de modo a que as alterações não sejam drásticas do ponto de vista das rotinas existentes, permitindo igualmente rentabilizar alguns percursos existentes onde a capacidade de transporte instalada não é totalmente rentabilizada.

3.5 Eficácia do sistema de Ensino – Retenção e Abandono

Analisaremos de seguida a evolução do principal indicador que permite medir a eficácia do sistema de ensino municipal; a Taxa de Retenção e Desistência¹⁸(TRD). No que diz respeito a este indicador até ao momento de elaboração deste diagnóstico, não foi possível obter os valores para todas as escolas do município, pelo que não foi possível avaliar a sua evolução ao longo da última década em termos locais. Contudo parecem-nos pertinentes as questões do abandono e insucesso escolares na evolução futura da procura do ensino ao nível de municípios que sofrem de enormes perdas demográficas. Assim, optou-se pela avaliação das TRD's dos vários anos lectivos referentes aos valores disponibilizados pelo GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo) para a NUT3 que engloba o município de Murça – NUT Alto Trás-os-Montes –. A análise dos gráficos seguintes permite-nos retirar algumas conclusões, nomeadamente:

- ❖ Ao nível do 1º ciclo registou-se uma melhoria dos valores de retenção ao longo da última década. No entanto, os últimos anos caracterizam-se por uma ligeira subida das taxas de retenção sobretudo ao nível dos 2º e 3º anos de escolaridade, levando a que, em termos globais, a TRD média do 1º ciclo diminui-se muito pouco na última década;
- ❖ Ao nível do 2º ciclo e 3º ciclos a situação é bastante diferente, registando-se uma diminuição mais substancial na evolução global entre 1995/96 e 2002/03, sobretudo ao nível do 2º ciclo e nos anos mais recentes. Os maiores valores registam-se ao nível do 7º ano de escolaridade rondando os 26%.

¹⁸ **Taxa de retenção e desistência:** relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo

- ❖ Ao nível do secundário a evolução recente demonstra uma manutenção na NUT mas apresentando ainda valores muito elevados embora ainda abaixo das médias nacionais. De notar que apesar de em termos médios a evolução da TRD no ensino secundário ter sido diminuta, ao nível do 12º ano registou-se um aumento de cerca de 10% deste valor, situando-se actualmente nos 46%.

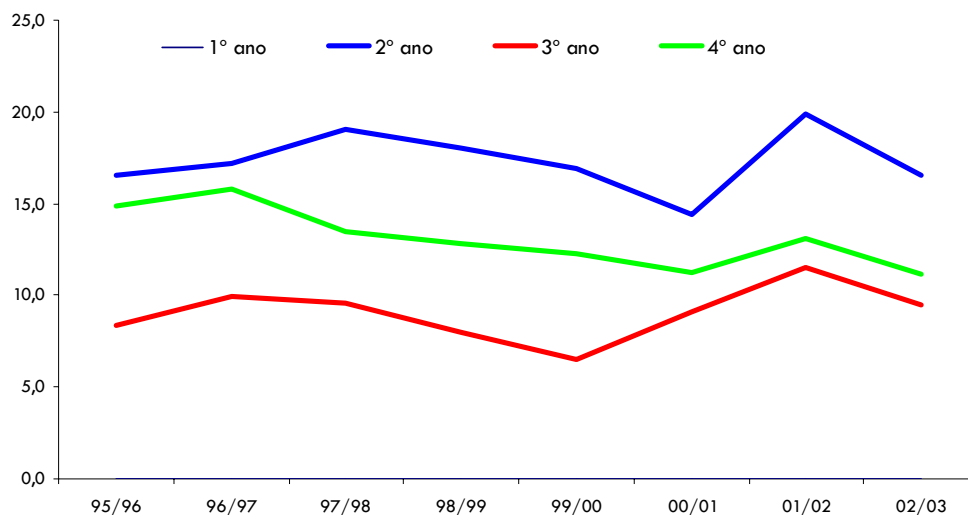


Gráfico. 27. Evolução da TRD no 1º ciclo do ensino básico
Fonte: GIASE – Ministério da Educação

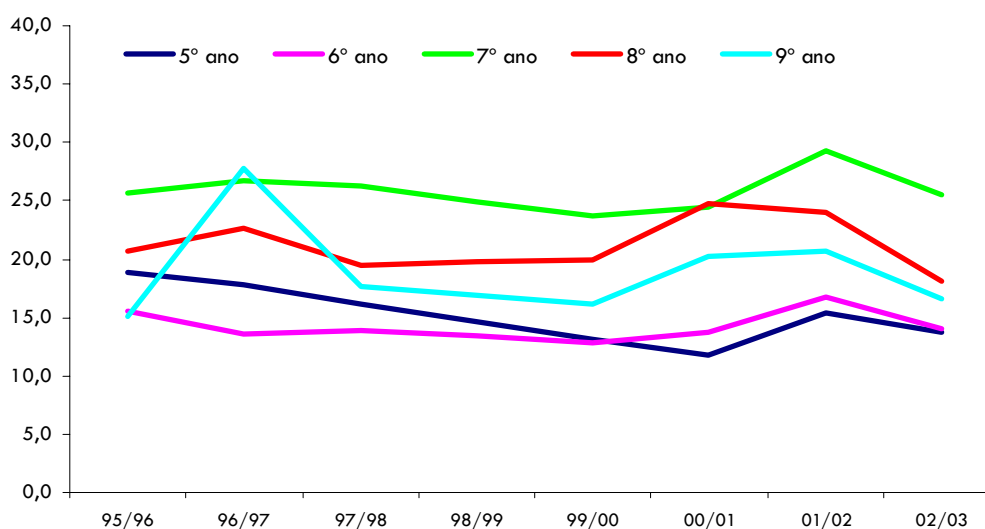


Gráfico. 28. Evolução da TRD no 2º e 3º ciclos do ensino básico
Fonte: GIASE – Ministério da Educação

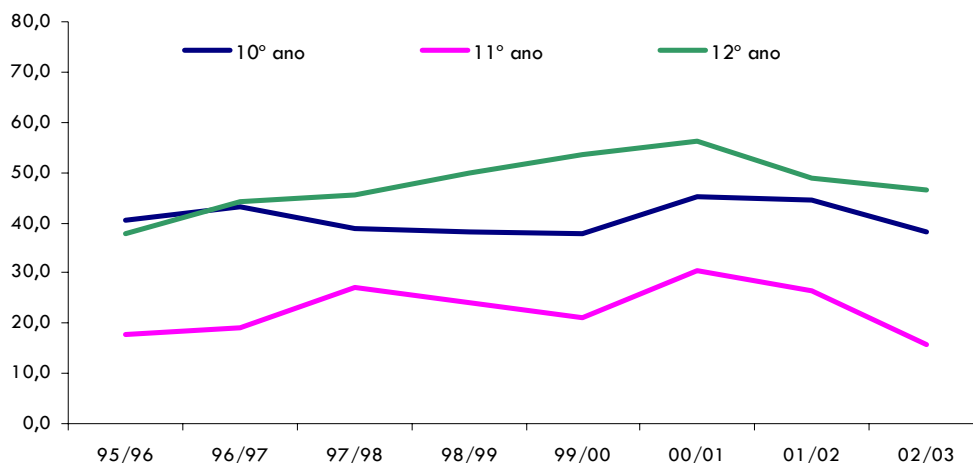


Gráfico. 29. Evolução da TRD no ensino secundário
Fonte: GIASE – Ministério da Educação

3.6 Síntese conclusiva

Em termos globais, o sistema educativo municipal de Murça regista uma procura muito inferior à oferta, tendo esta registado na última década enormes decréscimos, fruto do envelhecimento acentuado da estrutura demográfica e das fortes quebras da natalidade registadas, alterando significativamente a estrutura da procura no município.

Apenas o ensino pré-escolar regista um aumento dos valores da procura, contrariando a tendência demográfica, graças ao aumento da taxa de cobertura registado.

Ao nível do 1º ciclo registaram-se as maiores quebras escolares, levando a um forte desajustamento do parque escolar, criando situações, quer de subrendimento e subaproveitamento do parque escolar quer dos recursos afectos à educação, que importa corrigir atempadamente de modo a minimizar as assimetrias no acesso e na qualidade do serviço disponibilizado. A rede actual apresenta 17 EB1 com menos do que 10 alunos. O nível de infraestruturação básica é bastante aceitável e quanto aos recursos disponibilizados nas EB1, existe ainda alguma falta de meios que garantam um ensino de qualidade.

Quanto aos 2º e 3º ciclos e Secundário, registou-se igualmente uma diminuição da procura, havendo no entanto uma tendência recente para a estabilização.

O único edifício que comporta estes níveis de ensino, localiza-se na área urbana da sede e encontra-se na sua maioria em bom estado de conservação, não apresentando problemas ao nível da qualificação dos espaços.

O município garante o transporte escolar a alunos, na sua quase totalidade frequentadores dos 2º e 3º ciclos e secundário, embora disponibilize alguns circuitos afectos ao 1º ciclo e pré-escolar. A distância média de percurso é de 20Km, um valor razoável em termos de acessibilidade ao ensino, fruto das reduzidas dimensões do município, que garantem uma boa proximidade entre os vários aglomerados.

4 DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

Com base na actual rede de equipamentos do sistema educativo municipal, e recorrendo à elaboração de cenários da procura escolar até 2014, elabora-se agora um diagnóstico prospectivo que procura identificar os principais problemas que virão a ocorrer (ou a intensificar-se) se o processo de reordenamento da rede não ocorrer num futuro próximo. **Perante o actual desajustamento da rede educativa, o que ocorrerá nos próximos anos se nada fizermos?**

4.1 Projecções da População Escolar

O primeiro passo para podermos antecipar os problemas futuros da rede educativa municipal é quantificarmos qual a procura a que esse mesmo sistema deverá dar resposta nos próximos anos, recorrendo para tal à elaboração de projecções da procura escolar.

Assim, as perspectivas da população escolar para o município de Murça foram feitas a partir do conhecimento do comportamento da natalidade nos últimos 48 anos (entre 1955 e 2002). A população esperada entre 2005 e 2014 foi calculada com base nas projecções da natalidade e assumindo que o saldo migratório ocorrido no município seria nulo bem como o valor da mortalidade infantil durante o período de análise.

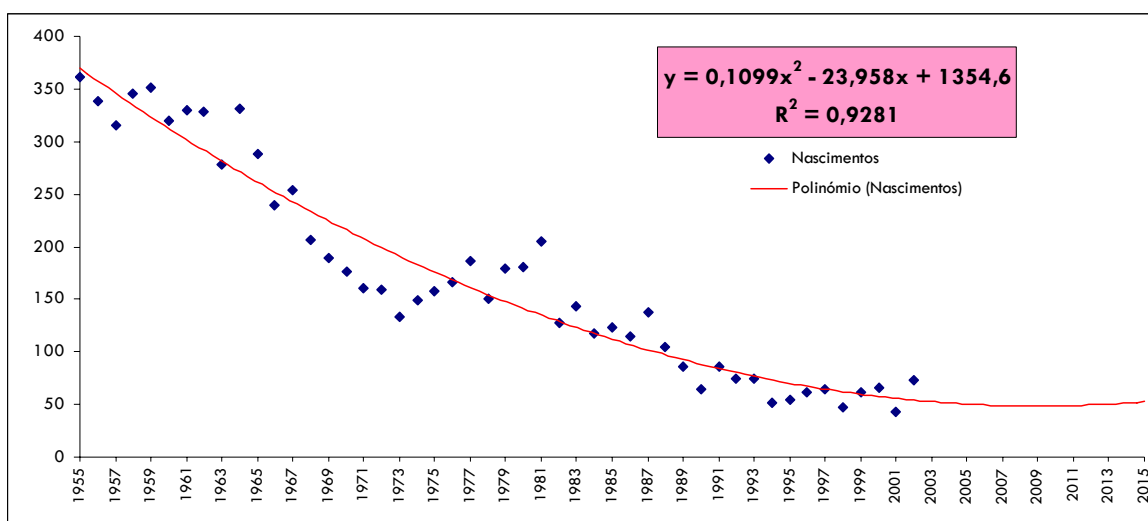


Grafico. 30. Evolução dos nados-vivos no município (1955-2002)

Fonte: INE, elaboração própria

Após a determinação da população total entre os 3 e os 6 anos do município, procedeu-se à distribuição destes totais pelas várias freguesias que o constituem, partindo do pressuposto de que a distribuição dos efectivos pelas várias freguesias respeitaria a média do peso dos nados vivos registados entre 1997 e 2001 (5 anos) nessas mesmas freguesias.

4.1.1 Pré-escolar

Os dados obtidos pelas projecções estão sintetizados no seguinte gráfico e referem-se ao nº total de crianças entre 3 e 5 anos até 2014 do município de Murça.

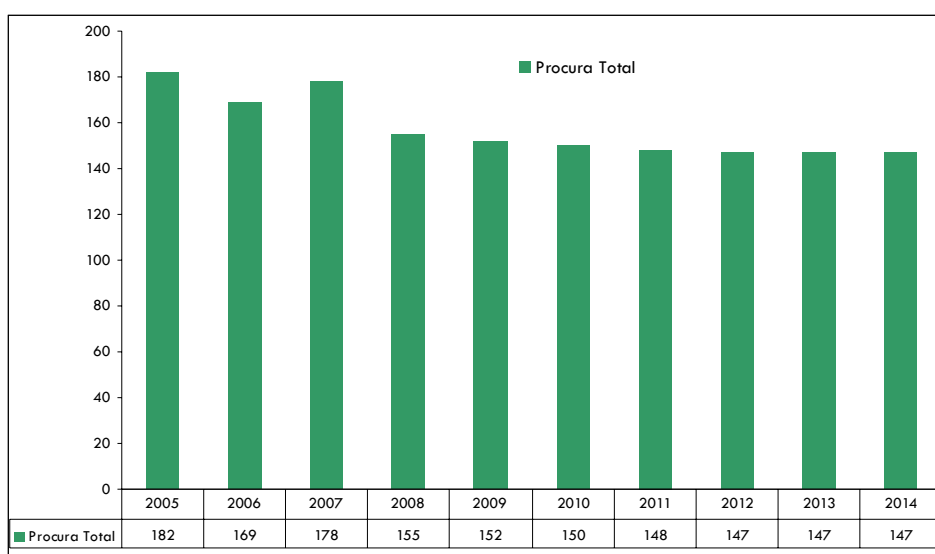


Grafico. 31. Projecção da procura do ensino pré-escolar (2005-2014)
Fonte: Elaboração própria

A procura do ensino pré-escolar irá assim registar um decréscimo gradual ao longo da próxima década, com uma tendência para a estagnação a partir de 2010, perdendo o município 19,2% (- 35 crianças) até 2014.

Freguesias	Procura potencial do pré-escolar		
	2005	2009	2014
CANEDO	27	23	22
CARVA	7	6	6
FIOLHOSO	17	14	14
JOU	14	11	11
MURCA	82	69	66
NOURA	15	13	12
PALHEIROS	12	10	10
VALONGO DE MILHAIS	2	1	1
VILARES	5	4	4
Murça	182	152	147

Quadro. 16. Procura potencial do ensino pré-escolar por freguesia (2005-2014)
Fonte: Elaboração própria

Essa diminuição reflecte-se em todas as freguesias do município como se pode verificar pelo quadro seguinte onde se apresenta a distribuição da procura potencial pelas várias freguesias do município para o período em análise. As freguesias de Murça e Candedo continuarão a deter a maior fatia de crianças deste nível de ensino totalizando mais de 85% do total do município.

4.1.2 Ensino Básico e Secundário

Com base nas projecções demográficas anteriormente referidas estabeleceu-se o número de alunos com 6 anos de idade que correspondem às entradas no 1º ano do ensino básico. Para efeitos de cálculo, considerou-se que o valor de efectivos a frequentar o ensino corresponderia ao valor estatístico encontrado, considerando-se assim que todas as crianças que residem no município, frequentarão o ensino nesse mesmo município.

Seguidamente elaboraram-se 2 hipóteses de evolução da população escolar até ao ano lectivo 2014/2015, tendo em conta o rendimento do sistema educativo, utilizando-se os valores da taxa de retenção e desistência do sistema educativo da NUT Alto de Trás-os-Montes do ano de referência.

Assim, a 1ª hipótese (Hipótese A) de evolução de produtividade do sistema entre 2004/2005 e 2014/2015 partiu de taxas de retenção e desistência verificadas em 2002/2003 na NUT Alto Trás-os-Montes a qual se pressupôs manter-se inalterável até ao final do período de análise.

Ano de Escolaridade	2002/2003
	TRD (%)
1	0,0
2	16,6
3	9,5
4	11,2
5	13,8
6	14,0
7	25,5
8	18,1
9	16,6
10	38,2
11	15,6
12	46,5

Quadro. 17.

Valores de Referência do rendimento educativo em 2002/2003

Fonte: GIASE – Ministério da Educação

Elaborou-se uma segunda hipótese (Hipótese B) em que os valores da retenção e desistência diminuem consideravelmente de 2004 a 2014 (redução para metade do valor registado em 2002/2003) aumentando consequentemente os valores relativos à progressão.

4.1.3 Tendências Verificadas

4.1.3.1 (Hipótese A)

A leitura da cohort e do gráfico das estimativas do número de alunos aponta as tendências que seguidamente se sintetizam:

- ❖ O 1º ciclo, no conjunto dos outros ciclos, apresenta um decréscimo do seu peso relativo. Em termos absolutos, o total de alunos diminui de 2005 até 2014 de uma forma regular registando uma perda total de -10% (-25 alunos);
- ❖ O 2º ciclo registará uma estagnação ao longo do período de análise apresentando em 2014 valores semelhantes aos actuais;
- ❖ O 3º ciclo diminui em termos absolutos; há um decréscimo gradual até 2008 após o qual “estagna” até 2014. O seu peso relativo sofre diminuições igualmente graduais ao longo da cohort mas que poderão tendencialmente aumentar, com a perspectiva da entrada em vigor dos 12 anos de escolaridade obrigatória.
- ❖ Ao nível do secundário prevê-se uma evolução em duas fases; até 2009 a procura deverá aumentar significativamente e a partir de 2010 até 2014 prevê-se uma ligeira diminuição. Entre 2005 e 2014 o município registará assim um aumento global de 100 alunos (+62%).

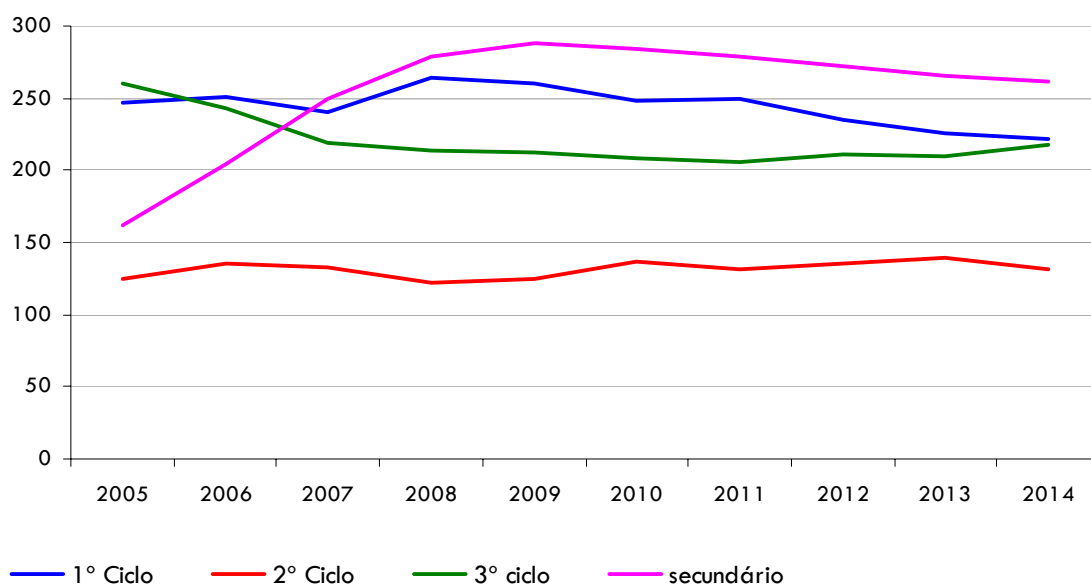


Gráfico. 32. Estimativa do nº de alunos (Hipótese A)
Fonte: Elaboração própria

4.1.3.2 (Hipótese B)

- ❖ O 1º ciclo apresenta igualmente neste cenário um decréscimo do seu peso relativo. Em termos absolutos, o total de alunos diminui de 2005 até 2014 de uma forma regular,

embora com maior intensidade do que a hipótese anterior, registando uma perda total de -14% (-35 alunos);

- ❖ No 2º ciclo regista uma evolução semelhante à da hipótese A, embora registando valores de procura no final do período um pouco superiores aos anteriores.
- ❖ O 3º ciclo aumenta em termos absolutos; há igualmente um decréscimo gradual até 2008 após o qual se inverte até 2014. O seu peso relativo sofre decréscimos igualmente graduais um pouco superiores aos da hipótese A, mas com uma recuperação no final do período, levando a que a variação efectiva ao longo do período seja inferior à do cenário anterior.
- ❖ Ao nível do secundário prevê-se igualmente um aumento significativo do nº de alunos até 2009, mas a diminuição das taxas de retenção levam a que no final do período em análise esse acréscimo não seja tão acentuado.

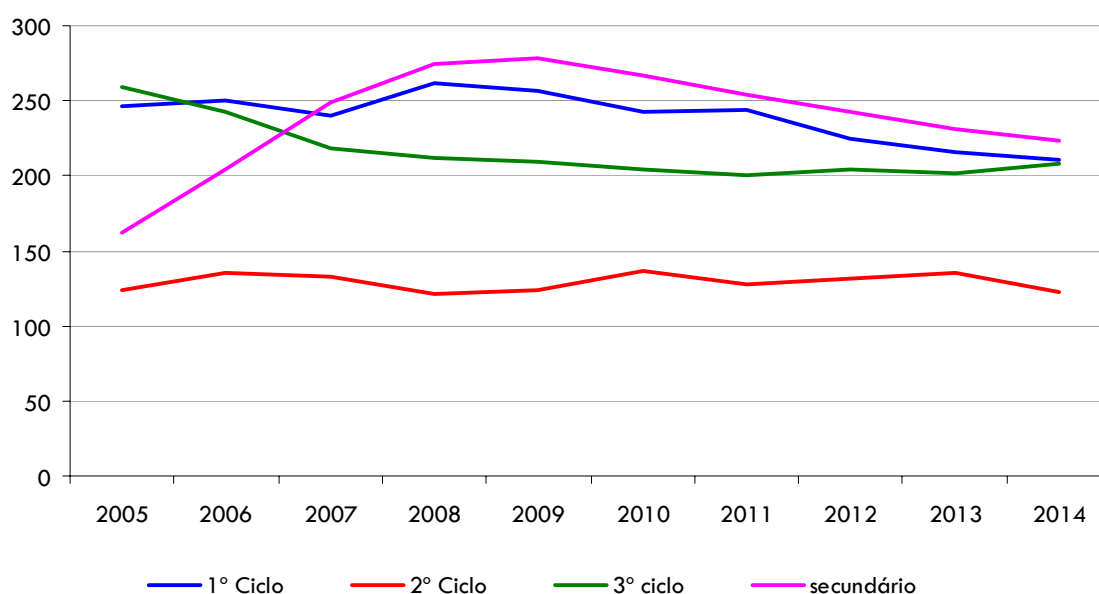


Grafico. 33. Estimativas da população escolar (Hipótese B)
Fonte. Elaboração própria

Verificou-se, que esta hipótese (Hipótese B) exercia modificações algo distintas das projecções da hipótese A, sobretudo ao nível do 1º ciclo do ensino básico e do secundário, indiciando um cenário mais optimista que nos parece concordante com as alterações que se pretende virem a ser implementadas pela carta educativa visando a melhoria do ensino e a diminuição da retenção e do abandono escolar. Toda a análise subsequente será feita com base nos resultados desta segunda hipótese da procura.

Assim, e utilizando a mesma metodologia da distribuição da procura do pré-escolar pelas freguesias do município, obtemos os valores para os 3 ciclos do ensino básico e secundário que se apresentam no quadro seguinte.

De notar que os valores da procura para o 3º ciclo do ensino básico e para o secundário não têm em conta os valores registados actualmente na escola profissional de Murça, uma vez que não se possuem dados sobre o nº de alunos inscritos em cada ano nesse estabelecimento. Este facto leva a que a evolução inicial sobretudo do ensino secundário esteja algo inflacionada uma vez que apenas considera em 2005 os alunos registados no ensino público do município. No entanto, para o ano horizonte de projecto, dever-se-á ter em conta que a rede municipal deverá dar resposta à procura estimada através da rede pública e da rede privada, tanto ao nível do 3º ciclo como do secundário, devendo-se para tal afectar uma percentagem estimada da procura total do município, ao ensino particular.

Freguesias	Procura potencial do Ensino Básico e Secundário											
	2005				2009				2014			
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
CANEDO	37	19	39	24	39	19	32	42	32	19	31	34
CARVA	10	5	10	6	10	5	8	11	8	5	8	9
FIOLHOSO	23	12	25	15	24	12	20	27	20	12	20	21
JOU	18	9	19	12	19	9	16	21	16	9	16	17
MURCA	112	56	118	74	117	56	95	126	96	56	93	100
NOURA	21	10	22	14	22	10	18	23	18	10	18	19
PALHEIROS	17	9	18	11	18	9	14	19	14	8	14	15
VALONGO DE MILHAIS	2	1	2	2	2	1	2	3	2	1	2	2
VILARES	6	3	7	4	7	3	5	7	5	3	5	6
MURÇA	246	124	260	162	256	124	210	279	211	123	207	223

Quadro. 18.

Projeção da evolução da procura potencial dos ensinos básico e secundário por freguesia

Fonte: Elaboração própria

CENÁRIO 1 (MANUTENÇÃO da retenção e desistência)																					
nível/Ano	2004/2005	Retenção e Desistência	2005/2006	Retenção e Desistência	2006/2007	Retenção e Desistência	2007/2008	Retenção e Desistência	2008/2009	Retenção e Desistência	2009/2010	Retenção e Desistência	2010/2011	Retenção e Desistência	2011/2012	Retenção e Desistência	2012/2013	Retenção e Desistência	2013/2014	Retenção e Desistência	2014/2015
1	48	0,000	61	0,000	66	0,000	43	0,000	73	0,000	53	0,000	52	0,000	51	0,000	50	0,000	49	0,000	49
Transição	1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		
2	62	0,166	58	0,166	71	0,166	78	0,166	56	0,166	82	0,166	67	0,166	63	0,166	61	0,166	60	0,166	59
Transição	0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		
3	68	0,095	58	0,095	54	0,095	64	0,095	71	0,095	53	0,095	74	0,095	63	0,095	59	0,095	57	0,095	56
Transição	0,905		0,905		0,905		0,905		0,905		0,905		0,905		0,905		0,905		0,905		
4	65	0,112	69	0,112	60	0,112	56	0,112	64	0,112	71	0,112	56	0,112	73	0,112	65	0,112	60	0,112	58
Transição	0,888		0,888		0,888		0,888		0,888		0,888		0,888		0,888		0,888		0,888		
5	58	0,138	66	0,138	70	0,138	63	0,138	58	0,138	65	0,138	72	0,138	60	0,138	73	0,138	68	0,138	63
Transição	0,862		0,862		0,862		0,862		0,862		0,862		0,862		0,862		0,862		0,862		
6	60	0,140	58	0,140	65	0,140	70	0,140	64	0,140	59	0,140	64	0,140	71	0,140	62	0,140	72	0,140	68
Transição	0,860		0,860		0,860		0,860		0,860		0,860		0,860		0,860		0,860		0,860		
7	111	0,255	80	0,255	71	0,255	74	0,255	79	0,255	75	0,255	70	0,255	73	0,255	80	0,255	74	0,255	80
Transição	0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		0,745		
8	89	0,181	99	0,181	77	0,181	67	0,181	67	0,181	71	0,181	69	0,181	65	0,181	66	0,181	72	0,181	68
Transição	0,819		0,819		0,819		0,819		0,819		0,819		0,819		0,819		0,819		0,819		
9	48	0,166	81	0,166	94	0,166	79	0,166	68	0,166	66	0,166	69	0,166	68	0,166	64	0,166	65	0,166	69
Transição	0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		0,834		
10	71	0,382	67	0,382	93	0,382	114	0,382	110	0,382	98	0,382	93	0,382	93	0,382	92	0,382	89	0,382	88
Transição	0,618		0,618		0,618		0,618		0,618		0,618		0,618		0,618		0,618		0,618		
11	32	0,156	49	0,156	49	0,156	65	0,156	81	0,156	80	0,156	73	0,156	69	0,156	68	0,156	68	0,156	65
Transição	0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		0,844		
12	40	0,465	46	0,465	62	0,465	70	0,465	88	0,465	109	0,465	118	0,465	117	0,465	112	0,465	110	0,465	108
CICLOS	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1º	243	32,3	246	31,1	251	30,1	241	28,5	264	30,1	260	29,4	249	28,3	250	28,8	235	27,5	226	26,9	222
2º	118	15,7	124	15,7	135	16,2	133	15,8	123	14,0	124	14,1	137	15,6	131	15,2	135	15,8	139	16,5	131
3º	248	33,0	260	32,8	242	29,1	219	26,0	213	24,3	212	24,0	208	23,7	206	23,8	211	24,7	210	25,0	218
Secundário	143	19,0	162	20,4	205	24,6	250	29,7	278	31,7	288	32,5	284	32,4	279	32,2	273	32,0	266	31,6	262
Total	752	100,0	792	100,0	833	100,0	843	100,0	878	100,0	884	100,0	878	100,0	865	100,0	853	100,0	842	100,0	832

Quadro. 19. Projeções da procura escolar até 2014 (Cenário A)
Fonte. Elaboração própria

CENÁRIO 2 (redução para metade da retenção e desistência)																					
nível/Ano	2004/2005	Retenção e Desistência	2005/2006	Retenção e Desistência	2006/2007	Retenção e Desistência	2007/2008	Retenção e Desistência	2008/2009	Retenção e Desistência	2009/2010	Retenção e Desistência	2010/2011	Retenção e Desistência	2011/2012	Retenção e Desistência	2012/2013	Retenção e Desistência	2013/2014	Retenção e Desistência	2014/2015
1	48	0,000	61	0,000	66	0,000	43	0,000	73	0,000	53	0,000	52	0,000	51	0,000	50	0,000	49	0,000	49
Transição		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000		1,000	
2	62	0,166	58	0,156	70	0,147	76	0,138	54	0,129	80	0,120	63	0,110	59	0,101	57	0,092	55	0,083	54
Transição		0,834		0,844		0,853		0,862		0,871		0,880		0,890		0,899		0,908		0,917	
3	68	0,095	58	0,090	54	0,084	64	0,079	71	0,074	52	0,069	74	0,063	60	0,058	56	0,053	55	0,048	53
Transição		0,905		0,910		0,916		0,921		0,926		0,931		0,937		0,942		0,947		0,952	
4	65	0,112	69	0,105	60	0,099	56	0,093	64	0,087	71	0,081	54	0,074	73	0,068	62	0,062	57	0,056	55
Transição		0,888		0,895		0,901		0,907		0,913		0,919		0,926		0,932		0,938		0,944	
5	58	0,138	66	0,130	70	0,122	63	0,115	58	0,107	65	0,099	72	0,092	57	0,084	73	0,077	64	0,069	58
Transição		0,862		0,870		0,878		0,885		0,893		0,901		0,908		0,916		0,923		0,931	
6	60	0,140	58	0,132	65	0,125	70	0,117	64	0,109	59	0,101	65	0,093	71	0,086	58	0,078	72	0,070	64
Transição		0,860		0,868		0,875		0,883		0,891		0,899		0,907		0,914		0,922		0,930	
7	111	0,255	80	0,241	70	0,227	73	0,213	77	0,199	72	0,184	66	0,170	70	0,156	76	0,142	64	0,128	75
Transição		0,745		0,759		0,773		0,787		0,801		0,816		0,830		0,844		0,858		0,872	
8	89	0,181	99	0,171	78	0,161	67	0,151	67	0,141	71	0,131	68	0,121	63	0,111	66	0,101	72	0,090	63
Transição		0,819		0,829		0,839		0,849		0,859		0,869		0,879		0,889		0,899		0,910	
9	48	0,166	81	0,157	95	0,148	79	0,138	67	0,129	67	0,120	70	0,111	68	0,102	63	0,092	65	0,083	71
Transição		0,834		0,843		0,852		0,862		0,871		0,880		0,889		0,898		0,908		0,917	
10	71	0,382	67	0,361	92	0,340	112	0,319	104	0,297	90	0,276	83	0,255	83	0,234	80	0,212	74	0,191	74
Transição		0,618		0,639		0,660		0,681		0,703		0,724		0,745		0,766		0,788		0,809	
11	32	0,156	49	0,147	50	0,139	68	0,130	85	0,121	83	0,113	74	0,104	70	0,095	71	0,087	69	0,078	65
Transição		0,844		0,853		0,861		0,870		0,879		0,887		0,896		0,905		0,913		0,922	
12	40	0,465	46	0,439	62	0,413	69	0,387	86	0,361	106	0,336	109	0,310	100	0,284	92	0,258	88	0,232	84
CICLOS	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1º	243	32,3	246	31,1	251	30,1	239	28,5	262	30,1	256	29,5	243	28,5	243	29,5	225	28,0	216	27,6	211
2º	118	15,7	124	15,7	135	16,2	132	15,8	122	14,0	124	14,2	136	16,1	128	15,5	131	16,3	136	17,3	123
3º	248	33,0	260	32,8	242	29,1	218	26,0	212	24,3	210	24,2	204	24,0	200	24,3	205	25,5	201	25,7	209
Secundário	143	19,0	162	20,4	204	24,5	249	29,6	275	31,6	279	32,1	267	31,4	254	30,7	242	30,2	231	29,5	223
Total	752	100,0	792	100,0	832	100,0	839	100,0	870	100,0	868	100,0	850	100,0	825	100,0	803	100,0	784	100,0	766

Quadro. 20. Projeções da procura escolar até 2014 (Cenário B)
Fonte. Elaboração própria

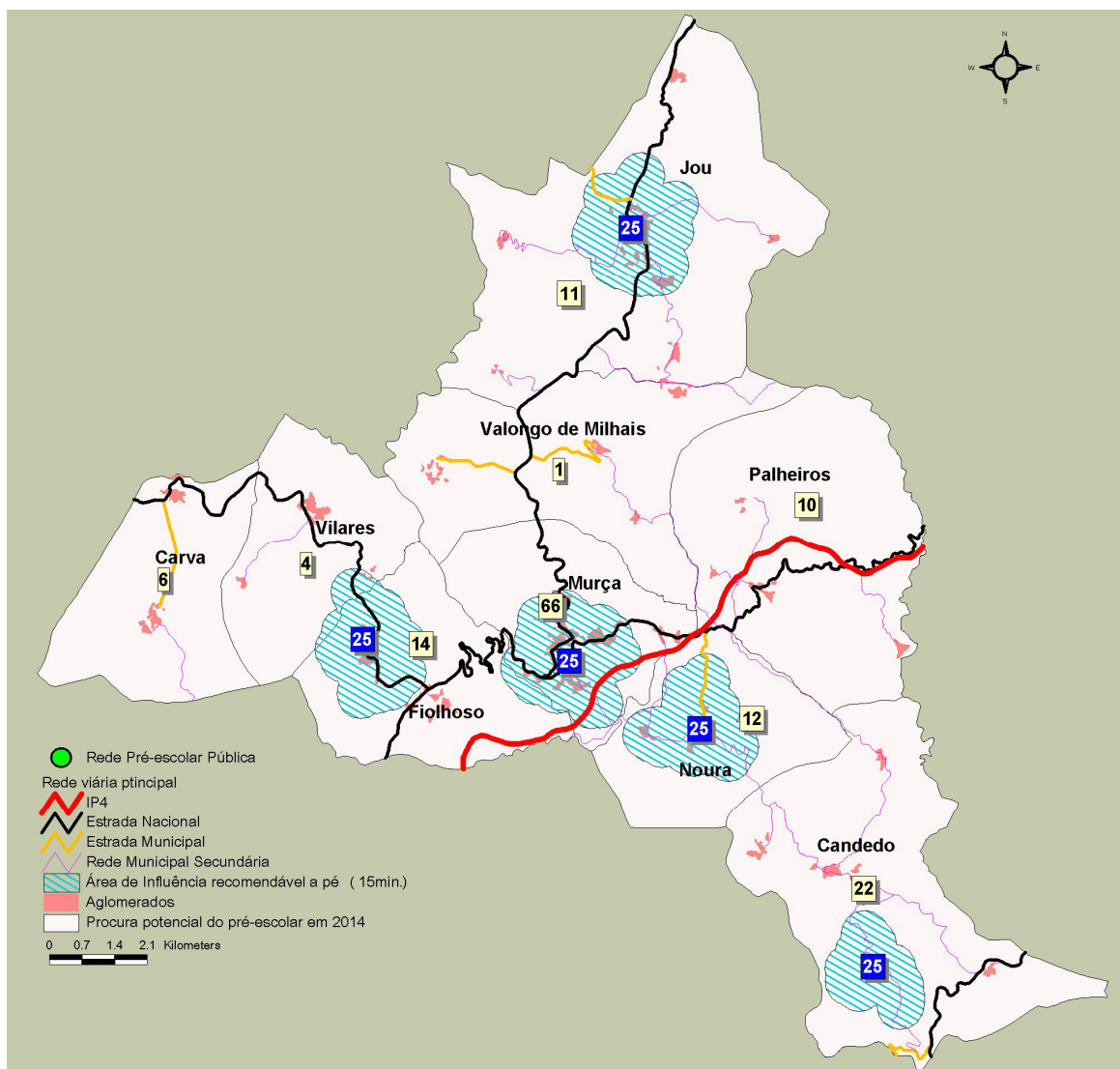
4.2 O Futuro da actual rede de ensino

Elabora-se de seguida uma primeira aproximação ao futuro da rede de ensino do município de Murça. A questão que se coloca é a de saber de que forma a actual rede de equipamentos de ensino será capaz de dar resposta à procura futura de ensino. Teremos uma rede com oferta suficiente? Excedentária? Em que níveis de ensino e em que zonas do território? O cenário que se projecta seguidamente permite-nos perceber onde e de que forma deveremos actuar sobre a rede de equipamentos com vista a melhorar o sistema educativo do município de Murça na próxima década.

4.2.1 Ensino Pré-Escolar

Com base nos valores da projecção da procura do pré-escolar por freguesias, foi possível construir o mapa que seguidamente se apresenta. O mapa representa a procura potencial do ensino pré-escolar em 2014 nas várias freguesias de Murça, bem como a localização, capacidade actual e área de influência dos vários Jardins-de-Infância (JI) existentes actualmente no município. De notar que apenas foram consideradas as capacidades instaladas dos JI públicos.

Constata-se que a distribuição dos equipamentos pré-escolares encontrar-se-á ajustada à procura potencial estimada para 2014. A situação mais problemática poderá ocorrer na sede do município uma vez que o único equipamento público disponível não chega para garantir o serviço a toda a procura da freguesia de Murça. No entanto, se considerarmos a capacidade instalada em Murça do JI particular da Santa Casa da Misericórdia poderá não ser necessário um reforço da oferta a este nível. Será necessário analisar a necessidade da requalificação dos espaços existentes e do apetrechamento dos mesmos de recursos que permitam uma actividade curricular de boa qualidade.

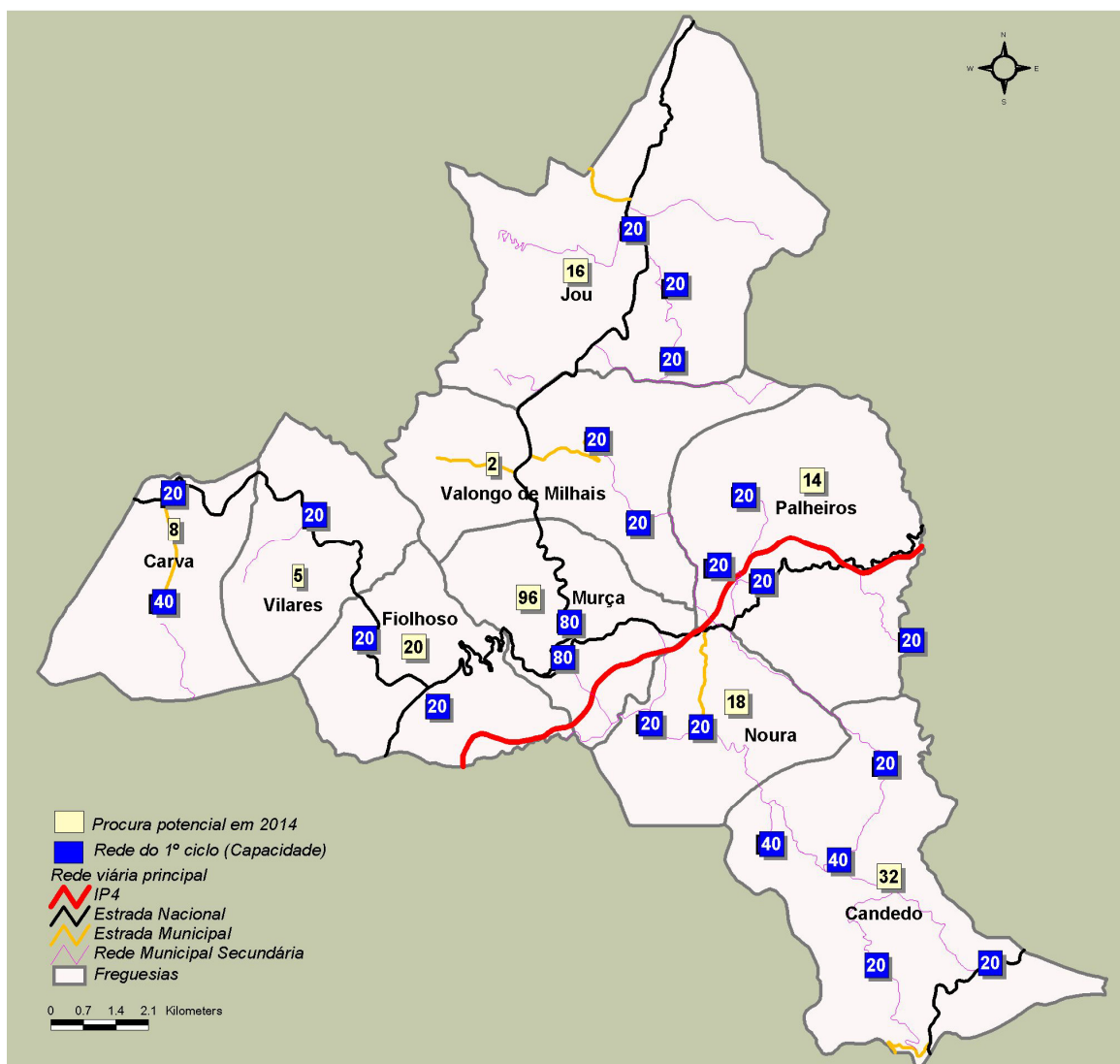


Mapa. 17. Procura potencial do ensino pré-escolar em 2014
Fonte: Elaboração própria

4.2.2 1º Ciclo do Ensino Básico

Com base nas estimativas da procura potencial do 1º ciclo calculadas anteriormente para cada freguesia e para o ano de 2014, e tendo em conta a actual capacidade instalada do parque escolar, podemos retirar as algumas conclusões do cenário da rede educativa do 1º ciclo que se apresenta no mapa seguinte. Da análise deste cenário é claramente visível que a capacidade instalada é largamente excedentária face à procura registada, como aliás já ocorre actualmente. O município apresenta uma capacidade instalada de 32 salas em 23 escolas (correspondendo a uma capacidade máxima de 620 alunos considerando uma ocupação de 20 alunos por sala), quando no total apresentará em 2009 uma procura que necessita apenas de 41% dessa capacidade, com uma natural tendência a diminuir, necessitando em 2014 apenas de cerca de 34% do parque escolar actual. Estes valores não deixam qualquer margem dúvida o que diz respeito à necessidade do município de rapidamente reconfigurar a sua rede do 1º ciclo de modo

a evitar um ainda maior subaproveitamento do parque, originando situações de isolamento de crianças e de baixo rendimento do sistema educativo (o rendimento educativo é aqui visto tanto na óptica da optimização dos recursos escolares, como das taxas de sucesso do ensino no município).

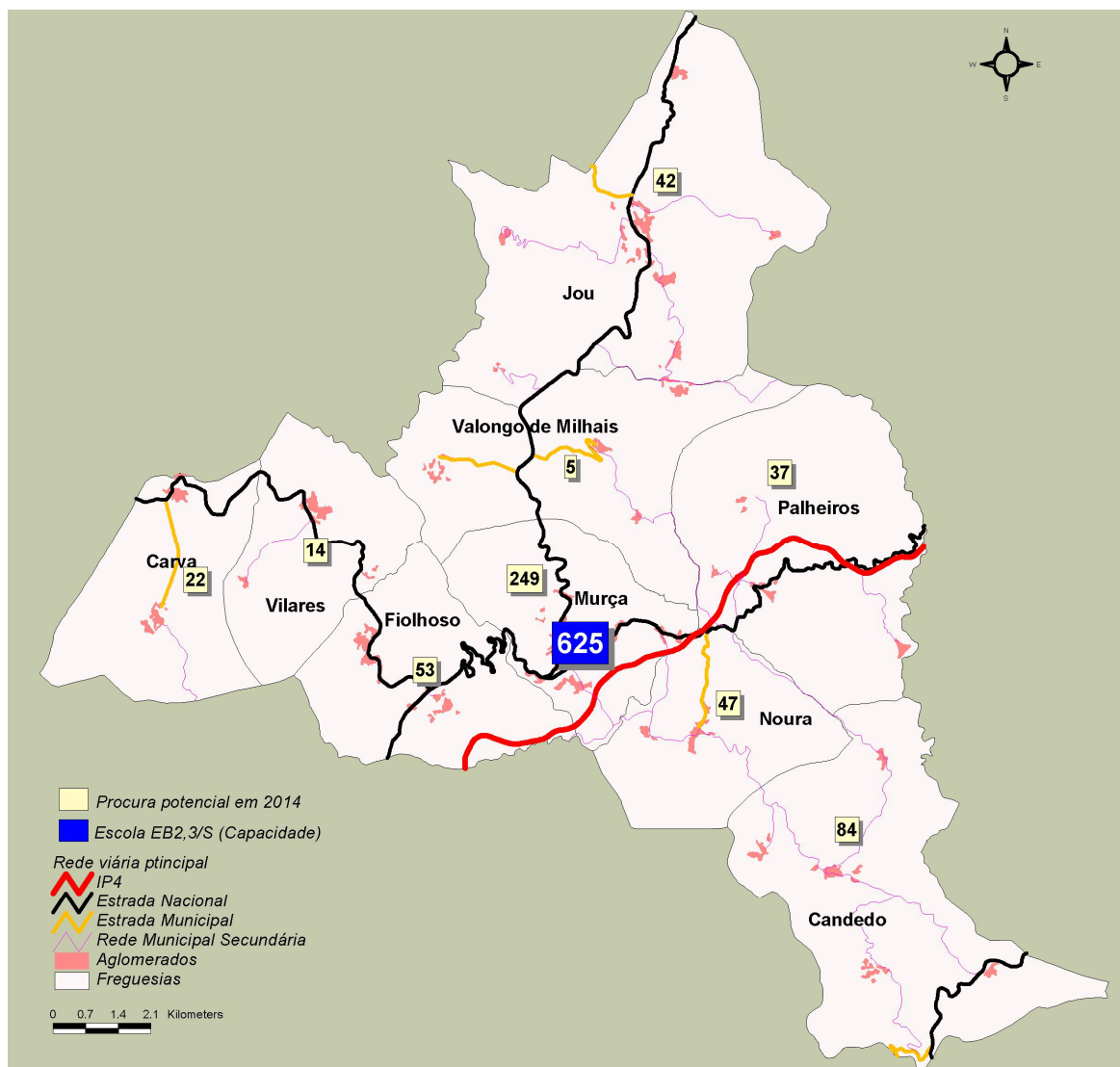


Mapa. 18. Projecção da procura potencial do 1º ciclo para 2014
Fonte: Elaboração própria

4.2.3 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário

Ao nível destes três ciclos as questões que se levantam não serão tanto em termos de reconfiguração da rede de equipamentos (apenas existe uma escola localizada na sede do município) mas sim de quantificação da procura futura de modo a avaliarmos se a capacidade actual é ou não suficiente para responder a essa procura nos próximos anos. O mapa seguinte representa a procura das várias freguesias do município para o 2º e 3º ciclos e secundário em 2014. No total a procura potencial será de 553 alunos para os 3 ciclos de ensino, um valor para o

qual a actual escola tem plena capacidade de resposta, revelando-se mesmo algo excedentária. Os maiores valores de procura situam-se obviamente nas freguesias mais populosas do município.



Mapa. 19. Projecção da procura potencial do 2º e 3º ciclos e secundário para 2014
Fonte: Elaboração própria

4.2.4 Ensino Profissional

Ao nível do profissional não foram efectuadas projecções da procura uma vez que este tipo de ensino não segue a mesma lógica de procura que os níveis anteriores. No entanto, poder-se-á afirmar que, dada a capacidade existente no estabelecimento e com as recentes melhorias efectuadas, o equipamento encontra-se perfeitamente capaz de dar resposta no futuro à eventual procura que possa ocorrer.

4.2.5 Síntese Conclusiva

O diagnóstico apresentado permite-nos concluir que à uma profunda necessidade de reordenamento da rede de equipamentos de ensino para que a resposta à procura futura seja otimizada garantindo os princípios de acessibilidade e equidade de acesso ao ensino fulcrais numa sociedade moderna e justa, sobretudo ao nível do 1º ciclo do ensino básico. As transformações que vierem a ocorrer acarretarão obrigatoriamente uma redefinição do actual sistema de transportes escolares quer ao nível dos trajectos, quer das capacidades instaladas de transporte.

Mas de que forma deverá o processo de reordenamento ocorrer? Com que estratégia? Estando os problemas desde já identificados e quantificada a procura futura, o próximo passo da Carta Educativa será a da definição de que rede educativa deverá ter o município de Murça nos próximos 10 anos. Para tal, na próxima fase, serão estabelecidos e estudados vários cenários de reordenamento da rede educativa, correspondentes a diferentes estratégias de possível implementação futura no município dos quais se escolherá aquele que melhor responde às necessidades do município sendo igualmente definidos os programas de intervenção correspondentes a cada um dos cenários considerados.

CAPÍTULO III

PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA MUNICIPAL

1 PREÂMBULO CONCEPTUAL

A concepção de novos modelos organizativos da rede educativa deverá ter como base de trabalho os conceitos dispostos no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio: Território Educativo e Agrupamento Escolar, respectivamente.

O conceito de Território Educativo fornecerá, de acordo com a legislação mais recente, a matriz da constituição das novas redes educativas. Contudo, para tentar minimizar os impactes desta nova organização para a entidade gestora da rede e para a população, deverá ter-se em consideração a organização previamente existente, que assenta no conceito de Agrupamento Escolar.

1.1 Território Educativo

O que é então o Território Educativo?

“Define-se Território Educativo (TE) como um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado¹⁹.”

Esta nova unidade é o principado geográfico concelhio onde se assegura a escolaridade obrigatória em funcionamento integrado. Deverá ser servido por um conjunto de instalações de educação pré-escolar, ensino básico e porventura secundário interdependentes e complementares sob a perspectiva pedagógica e a perspectiva da utilização dos recursos físicos e infra-estruturas de apoio. Um dos objectivos primordiais do Território Educativo é a distribuição equitativa, pela população escolar, das condições mínimas de frequência de ensino a que toda a criança tem direito. Deverá caracterizar-se por:

- Promoção do sucesso escolar dos alunos, sob o ponto de vista da aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos vários níveis de ensino;
- Funcionamento integrado de serviços de apoio sócio-educativo (Psicologia, Orientação Educativa e Acção Social Escolar);
- Optimização e qualidade dos recursos físicos e material didáctico, com grande ênfase da administração e gestão educativa;
- Facilidade de contacto entre os docentes;

¹⁹ Extraído do “Manual para a Elaboração da Carta Educativa”, DAPP, Ministério da Educação.

- Promoção da formação profissional de pessoal docente e não docente, adequada às especificidades regionais e locais.

A área de influência dos Territórios Educativos deverá facilitar os contactos entre os vários equipamentos de ensino adstritos ao TE, considerando para tal efeito as condições geográficas, de acessibilidade e de densidade populacional. Dentro do TE deverá existir um equipamento de ensino denominado de nuclear, que congrega os melhores e mais qualificados recursos físicos, humanos e materiais, e onde se articulam diversas actividades que não são passíveis de serem efectuadas nas restantes escolas do TE. Esta Escola Nuclear será o centro dinamizador e de apoio pedagógico da porção da rede educativa que lhe compete.

Um Território Educativo é então uma unidade territorial onde se localiza uma determinada procura de ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário, os estabelecimentos de ensino que satisfazem a procura e onde as deslocações entre as habitações da população escolar e as suas escolas são percorridas em segurança, com facilidade e em curto período de tempo.

1.1.1 Identificação dos Territórios Educativos

A identificação dos TE é um processo iterativo que deverá orientar-se pelas seguintes directrizes:

- Existência de população a escolarizar que justifique a existência de um ou mais equipamentos escolares onde sejam ministrados os níveis pré-escolar, básico e secundário;
- Existência de instalações escolares públicas com capacidade suficiente para responder às necessidades da população a escolarizar;
- Existência de uma escola que possa desempenhar a função de Escola Nuclear;
- Nas zonas urbanas de densidade média/alta, o Território Educativo deverá ter uma dimensão compatível com a distância aceitável a ser percorrida a pé pelas crianças, dos diversos grupos etários, entre as suas habitações e a escola. Nas zonas rurais, o transporte colectivo ou transporte escolar fornece o factor crítico de delimitação do TE;
- Inexistência de barreiras físicas que dificultem as deslocações habitação-escola:
 - Rede viária de hierarquia superior;
 - Rede ferroviária;
 - Orografia de declives acentuados;
 - Usos de solo não urbano de grande extensão;
- Coincidência e/ou compatibilidade com os limites administrativos das Freguesias;

Numa primeira fase, os Territórios Educativos são delimitados ao nível da escala concelhia, centrando-se nos aspectos do ordenamento do território, rede ferroviária, rede viária de

hierarquia superior, orografia e os limites administrativos das freguesias. A classificação dos usos do solo constantes do Plano Director Municipal de Murça permite o conhecimento das zonas preferenciais para a instalação dos TE, através da análise das áreas de concentração urbana, os espaços preferenciais para a localização de equipamentos colectivos e as barreiras físicas às deslocações pedonais.

Na segunda fase, a delimitação preliminar do Território Educativo é complementada com a quantificação dos aspectos da população a escolarizar, as características físicas, potenciais estabelecimentos de ensino candidatos a Escola Nuclear, localização e condições de articulação com outros estabelecimentos de ensino do mesmo TE e análise de eventuais pontos de conflito não detectados à escala concelhia.

1.1.2 Normas Genéricas para a Reprogramação da Rede Educativa

As reformas a operar deverão ser orientadas pelo seguinte conjunto de normas de programação da rede educativa:

- Jardins-de-Infância
 - Mínimo população escolar para a construção de JI – 20 crianças
 - Máximo de população escolar permitida em JI – 150 crianças
 - Número máximo de crianças por educador – 20 a 25 crianças
 - Número máximo de crianças por sala e educador – 20 a 25 crianças
 - 1 Sala de actividades por educador – obrigatório
 - Integrar JI em Escolas do 1º CEB e/ou em EBI (Escolas Básicas Integradas)
 - Proximidade e inserção em zonas urbanas
 - Correcto acesso a condições infraestruturais urbanas e de transporte
- Escola Básica 1º Ciclo
 - Mínimo população escolar para a construção de EB1 – 80 crianças
 - Máximo de população escolar permitida em EB1 – 300 crianças
 - 1 Turma por ano de escolaridade
 - Número mínimo de alunos por turma e sala – 20
 - Número máximo de alunos por turma e sala – 25
 - Articular EB1 com JI e sempre que possível integração em EBI
 - Proximidade e inserção em zonas urbanas
 - Correcto acesso a condições infraestruturais urbanas e de transporte
- Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
 - Mínimo população escolar para a construção de EB 23 – 240

- Máximo de população escolar permitida em EB 23 – 750
- Número preferencial de alunos/turma – 24
- 1 Sala por turma
- Articular com outros níveis de ensino
- Proximidade e inserção em zonas urbanas
- Correcto acesso a condições infraestruturais urbanas e de transporte
- Escola Secundária
 - Mínimo população escolar para a construção de Secundário – 390
 - Máximo de população escolar permitida em Secundário – 1170
 - Número máximo de alunos/turma – 30
 - 1 Sala por turma
 - Proximidade e inserção em zonas urbanas
 - Correcto acesso a condições infraestruturais urbanas e de transporte

Contudo, tratam-se de normas standard e que deverão ser alvo de adaptação às especificidades locais do município de Murça, pelo que se admite que algumas delas não sejam rigidamente obedecidas. Assim, a reorganização será orientada por diversos vectores:

- As conclusões do Capítulo II, que trata da caracterização e diagnóstico da actual rede educativa, onde foram identificadas as principais carências, bem como das projecções demográficas, permitindo um conhecimento pormenorizado das necessidades educativas por local geográfico ao longo do horizonte de projecto;
- Inúmeros instrumentos publicados²⁰ para a programação de redes de equipamentos de utilização colectiva com especial relevância para os equipamentos escolares;
- Especificidades locais, nomeadamente factores que se prendem com o dinamismo dos aglomerados habitacionais e da organização político administrativa do município.

2 PROPOSTA DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

A actual organização escolar de Murça sofre de algumas disfunções²¹ que são merecedoras de reparo na presente Carta Educativa. Existe um desequilíbrio acentuado na distribuição dos equipamentos colectivos de ensino pelo território municipal, nomeadamente ao nível do 1º ciclo.

O novo Território Educativo deverá corrigir estas situações e deverá apontar para uma reorganização dos equipamentos escolares com base nos resultados das projecções demográficas

²⁰ Publicações do Ministério da Educação, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, etc.

²¹ Consultar Capítulo-II da Carta Educativa.

prospectivas. As projecções demográficas prospectivas desenvolvidas no Capítulo II da Carta Educativa culminaram na projecção populacional por nível de estudos para o horizonte de projecto, que se apresenta na tabela seguinte.

Apesar da tendência nacional apontar para a redução do número de alunos em idade de frequência do secundário, as mudanças legislativas originarão um acréscimo significativo de alunos neste nível de estudos como consequência directa da forte redução da taxa de abandono escolar e do aumento da taxa de escolarização.

Freguesias	Procura potencial do Ensino Básico e Secundário											
	2005				2009				2014			
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
CANDEDO	37	19	39	24	39	19	32	42	32	19	31	34
CARVA	10	5	10	6	10	5	8	11	8	5	8	9
FIOLHOSO	23	12	25	15	24	12	20	27	20	12	20	21
JOU	18	9	19	12	19	9	16	21	16	9	16	17
MURÇA	112	56	118	74	117	56	95	126	96	56	93	100
NOURA	21	10	22	14	22	10	18	23	18	10	18	19
PALHEIROS	17	9	18	11	18	9	14	19	14	8	14	15
VALONGO DE MILHAIS	2	1	2	2	2	1	2	3	2	1	2	2
VILARES	6	3	7	4	7	3	5	7	5	3	5	6
MURÇA	246	124	260	162	256	124	210	279	211	123	207	223

Quadro. 21.

Projecção da evolução da procura potencial do ensino básico e secundário por freguesia

Fonte: Elaboração própria

Segmentando a população escolar deste Território Educativo no horizonte de projecto, é o ensino secundário que detém o maior volume de alunos com 29% da população escolar, sendo seguido do 1º ciclo do ensino básico com 27,6%.

A tabela seguinte sintetiza os equipamentos colectivos de ensino presentes na futura área geográfica do Território Educativo e relaciona as capacidades máximas instaladas com a procura escolar projectada para o ano horizonte de projecto.

As actuais características da rede educativa deste Território Educativo não podem ser consideradas razoáveis uma vez que aproximadamente 80% dos equipamentos colectivos de ensino se encontram numa situação de sub ocupação gravosa, com taxas de ocupação inferiores a 50%. Tal resulta de forma frequente na agregação de diversas turmas de diferentes anos de escolaridade, com particular ênfase no 1º ciclo do ensino básico.

Os prejuízos pedagógicos para os alunos são evidentes ao mesmo tempo que as condições de operação, conservação e manutenção da escola são onerosas, tanto para a Câmara Municipal como para os utilizadores do estabelecimento de educação.

Quando relacionada a procura projectada com a actual capacidade instalada verificam-se discrepâncias significativas que geram situações de ineficácia da actual rede educativa. A rede do ensino pré-escolar apresenta um ligeiro excedente relativamente à procura projectada para 2014, revelando uma taxa de ocupação de 84%.

A rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, por seu lado, apresenta uma excessiva capacidade para a procura escolar no ano 2014, onde o aproveitamento do parque rondaria apenas uns meros 32%. Por outro lado, a oferta do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário revela um razoável equilíbrio comparativamente à procura projectada.

	Território Educativo		
	Capacidade Presente		
	JI	1º Ciclo	2º e 3º Ciclo e Secundário
EB1 com Jardim-de-infância de Jou	25	20	-
Jardim-de-infância de Porrais	25	-	-
EB1 com Jardim-de-infância de Noura	25	20	-
EB1 com Jardim-de-infância de Fiolhoso	25	20	-
Jardim-de-infância Stª Casa de Murça	50	-	-
Jardim-de-infância de Murça	25	-	-
EB1 de Noura	-	20	-
EB1 de Porrais	-	20	-
EB1 de Murça n.1	-	80	-
EB1 de Murça n.2	-	80	-
EB1 de Sobreira	-	20	-
EB1 de Cadaval	-	20	-
EB1 de Vilares	-	20	-
EB1 de Palheiros nº1	-	20	-
EB1 de Sobredo	-	20	-
EB1 de Toubres	-	20	-
EB1 de Martim	-	40	-
EB1 de Salgueiro (Palheiros nº2)	-	20	-
EB1 de Carva	-	40	-
EB1 de Monfegres	-	20	-
EB1 de Candedo	-	40	-
EB1 de Varges	-	20	-
EB1 de Aboleira (Cimo de Vila nº2)	-	20	-
EB1 de Valongo de Milhais	-	20	-
EB1 de Cortinhas	-	20	-
EB1 de Paredes	-	20	-
EB1 de Ribeirinha	-	20	-
EB 2,3/S de Murça	-	-	625
TOTAL	175	660	625
PROCURA 2014 / 2015	147	211	553
Relação Capacidade / Procura	+28	+449	+72
Taxa de Ajustamento	84%	32%	89%

Quadro. 22. Capacidades presentes e procuras futuras da rede educativa municipal

A existência de estabelecimentos escolares na maioria dos pequenos aglomerados urbanos de Murça não pode ser justificada com a proximidade dos alunos às suas residências, pois apesar de haver um pequeno benefício no tempo de acesso à escola, os prejuízos pedagógicos e financeiros suplantam qualquer justificação desta natureza.

Contudo, as eventuais propostas de intervenção sobre a rede deverão considerar os tempos máximos admissíveis de percurso para os respectivos níveis de ensino, particularmente da educação pré-escolar e do 1º CEB, e ainda modificações no serviço de transporte escolar que actualmente se verifica no município. Desta forma, o tempo de percurso máximo para o nível pré-escolar não deverá exceder os 20 minutos ao passo que para o 1º CEB não deverá exceder os 40 minutos.

O espectro das intervenções a realizar assim como a sua magnitude impõem que estas sejam faseadas no tempo para que se possam minimizar os impactes negativos do reordenamento da rede educativa ao abrigo do presente instrumento. A configuração final da rede educativa deve privilegiar a concentração de níveis de ensino em estabelecimentos escolares amplos e plenamente programados para o efeito.

Há ainda a considerar as intervenções obrigatórias a realizar no âmbito do Programa de Qualificação do 1º Ciclo do Ensino Básico, elaborado pelo Ministério da Educação e que sucintamente prevê as seguintes intercessões:

- Encerramento prioritário das escolas com menos de 10 alunos;
- Encerramento de escolas com menos de 20 alunos desde que apresentem taxas de sucesso inferiores à média nacional;
- Programa de financiamento às autarquias que promovam a concentração de escolas através do alargamento do programa PER.EB1;
- Programa de apetrechamento das escolas com equipamentos informáticos, material didáctico e software pedagógico.

Assim, e no que concerne apenas às intervenções do 1º ponto dos critérios anteriores, as escolas elegíveis no Território Educativo de Murça serão²²:

²² De acordo com os dados do ano lectivo 2005/2006.

Escola	Alunos (2005/2006)
EB1 de Candedo	6
EB1 de Aboleira	2
EB1 de Carva	7
EB1 de Cortinhas	2
EB1 de Jou	7
EB1 de Monfegres	3
EB1 de Palheiros	5
EB1 de Paredes	2
EB1 de Ribeirinha	1
EB1 de Salgueiros	4
EB1 de Sobreiro	5
EB1 de Toubres	5
EB1 de Valongo de Milhais	2
EB1 de Vargues	3
EB1 de Vilares	8

Quadro. 23. Escolas a encerrar ao abrigo do programa de qualificação do 1º ciclo do ensino básico

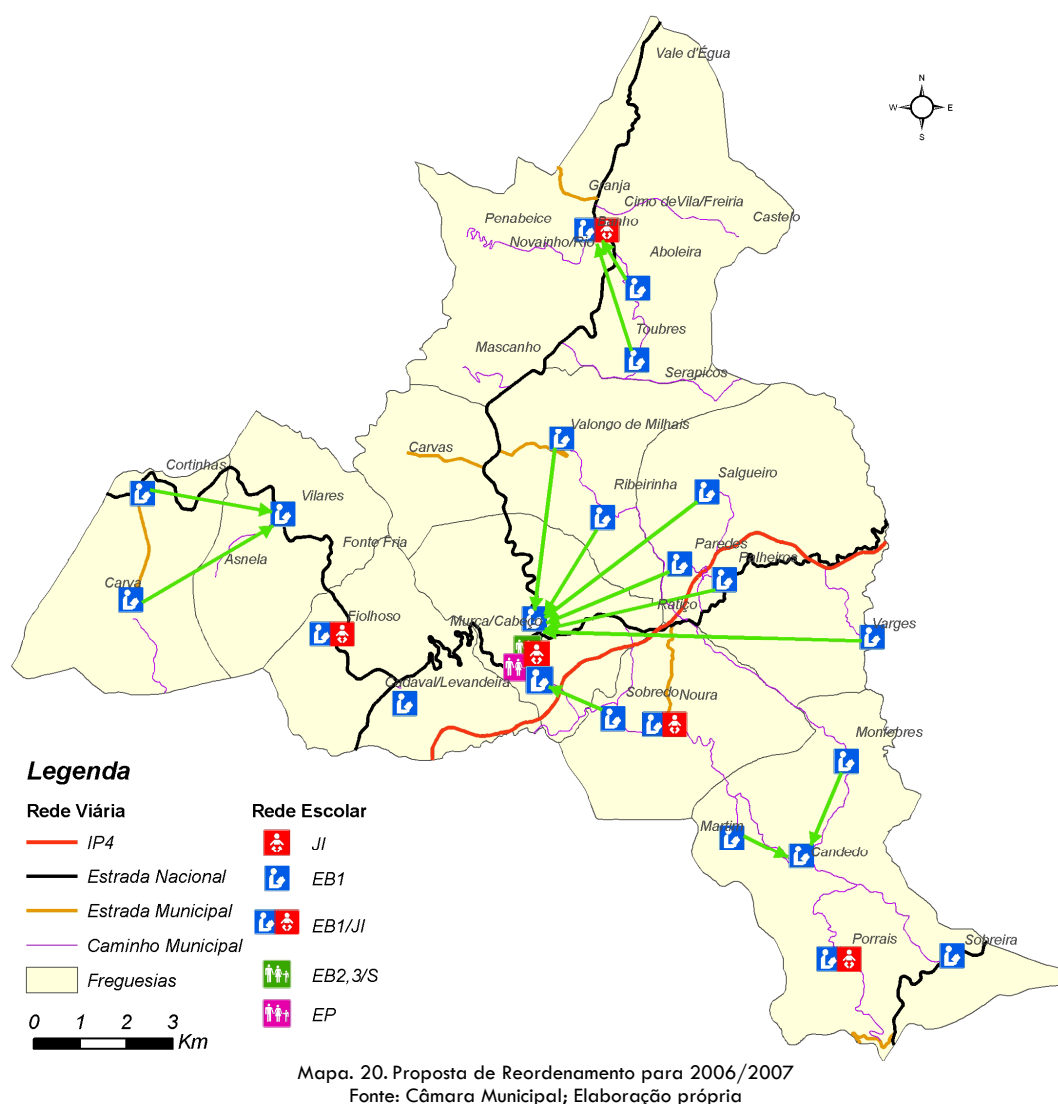
O nível de desadequação da programação e dimensionamento da actual rede educativa enfrenta portanto uma situação grave, onde se justifica o breve encerramento de estabelecimentos do 1º CEB. Estas intervenções deverão ser encaradas como prioritárias devendo iniciar o processo de reordenamento que deverá ser sujeito a duas fases, minimizando no tempo os impactes decorrentes do reordenamento para a população escolar e para os actores educativos.

Seguindo esta política, o Ministério da Educação, em concertação com a Câmara Municipal de Murça, definiu já para o próximo ano lectivo (2006/2007) um conjunto de encerramentos e transferências de alunos, bem como as escolas que se mantêm em cada um dos actuais 4 núcleos de escolas do município.

NÚCLEOS DE ESCOLAS	CONSTITUIÇÃO	ESCOLAS A ENCERRAR
Murça	E.B 1 de Murça nº 1	EB1 de Sobreiro
	E.B 1 de Murça nº 2	E.B 1 de Palheiros nº 1 E.B 1 de Palheiros nº 2 E.B 1 de Paredes E.B 1 de Vargues
Montanha	E.B 1 de Cimo de Vila nº1	E.B 1 de Cimo de Vila nº 2 E.B 1 de Toubres E.B 1 de Valongo de Milhais E.B 1 de Ribeirinha
Terra Quente	E.B 1 de Candedo	E.B 1 de Monfegres E.B 1 de Martim
	E.B 1 de Noura	
	E.B 1 de Porrais	
	E.B 1 de Sobreira	
Terra Fria	E.B 1 de Vilares	E.B 1 de Carva E.B 1 de Cortinhas
	E.B 1 de Fiolhoso	
	E.B 1 de Cadaval	

Quadro. 24. Proposta de reordenamento do 1º CEB para 2006/2007

Apesar deste reordenamento, e face às perspectivas demográficas anteriormente apresentadas, é de todo claro que o processo de reordenamento da rede do 1º CEB não se deve cingir a esta medida de curto prazo, devendo por isso a Carta Educativa “olhar mais para a frente”, a médio/longo prazo, procurando definir uma estratégia para os próximos 10 anos para a rede de ensino de Murça. Ainda a respeito deste reordenamento proposto para 2006/2007, parece-nos importante, à luz da proposta que de seguida se apresenta, sugerir a alteração da escola de acolhimento dos alunos provenientes das EB1 de Valongo de Milhais e EB1 de Ribeirinha que irão encerrar, da EB1 de Cimo de Vila nº1 para a EB1 de Murça nº 2, ficando assim a rede do 1º CEB em 2007 estruturada como se apresenta no mapa seguinte.



Assumida que está esta fase do reordenamento para o próximo ano lectivo, apresenta-se de seguida uma proposta de reordenamento que compreende mais 2 fases distintas; a 1ª fase, que ocorrerá entre 2007 e 2010 e uma 2ª fase onde se define a rede até ao ano lectivo de 2014/2015.

2.1 O Território Educativo – 1ª Fase

Assim, para o território educativo de Murça, são propostos para a primeira fase, a ter início do ano lectivo de 2007/2008, um conjunto de encerramentos ao nível do 1º CEB e de consequentes transferências de alunos e equipamentos para os centros escolares seguidamente apresentados e caracterizados.

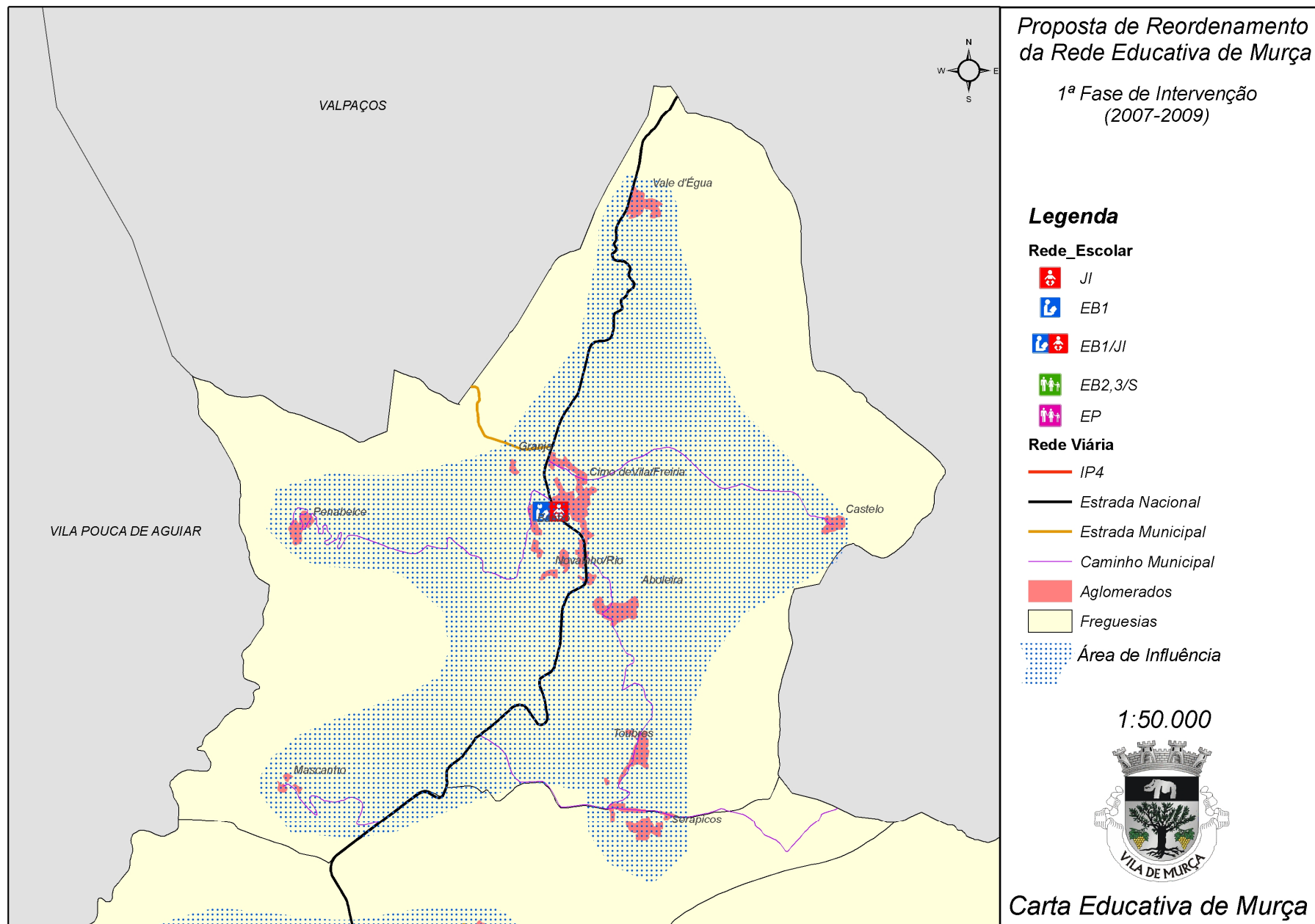
2.1.1 Centro Escolar de Jou

Na freguesia de Jou deverá manter-se em funcionamento da escola do 1º CEB de Cimo de Vila nº1, albergando todos os alunos da freguesia. Esta escola possui 2 salas de aulas, uma para o pré-escolar e outra para o 1º CEB, e as procuras escolares estimadas para a freguesia de Jou em 2009 são de 11 crianças no pré-escolar e de 19 crianças no 1º CEB, devendo portanto este estabelecimento assegurar até 2010, o correcto funcionamento, em termos de capacidade instalada. Adicionalmente, a sua localização dentro de um aglomerado urbano de razoável dimensão e com condições de acessibilidade, constitui igualmente uma situação satisfatória para os objectivos da 1ª fase do processo de reordenamento. Assim o centro escolar de Jou terá a caracterização que se apresenta no quadro seguinte.

CENTRO ESCOLAR DE JOU	
Designação actual	EB1 /JI de Cimo de Vila nº1
Localização	Cimo de Vila
Nº de Salas de aula normais (1º CEB)	1
Nº de salas do pré-escolar	1
Nº de Salas de apoio	-
Capacidade Instalada do 1º CEB	20
Capacidade Instalada do pré-escolar	25
	2009
Procura Estimada do 1º CEB	19
Taxa de Utilização do 1º CEB	95%
Procura Estimada do pré-escolar	11
Taxa de Utilização do pré-escolar	44%
Recursos informáticos	4 Computadores 4 Impressoras Jacto de Tinta 2 Scanner 1 Televisão 1 Máquina Fotográfica 1 Projector de Vídeo
Outros Espaços	4 W.C. 2 Espaços de convívio descoberto 2 Espaços de convívio coberto

Quadro. 25. Instalações e recursos do centro escolar de Jou

A figura seguinte representa o território servido pelo centro escolar de Jou, onde se identificam os aglomerados servidos.

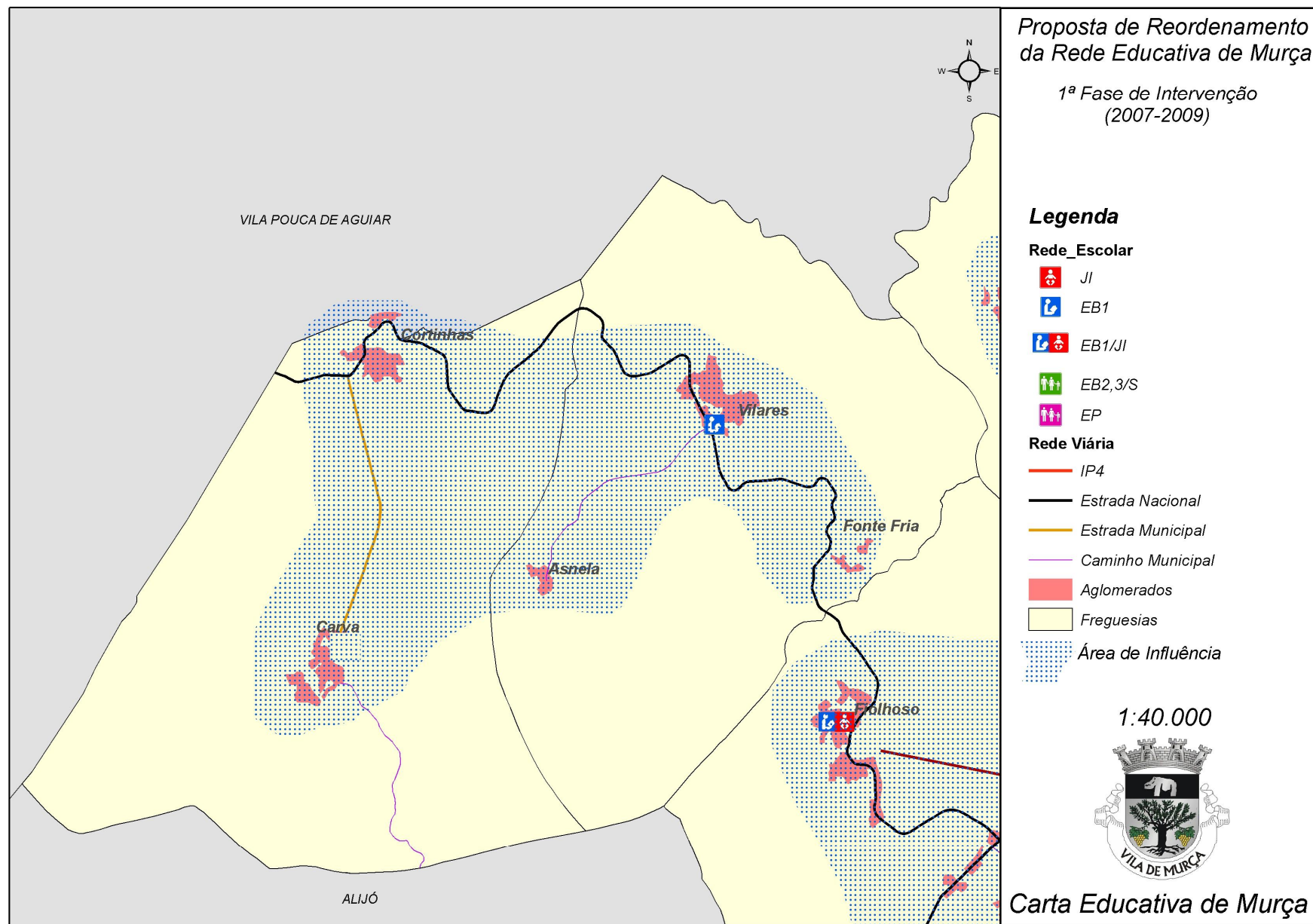


2.1.2 Centro Escolar de Vilares

As freguesias de Carva e Vilares continuarão a ser servidas pela EB1 de Vilares ao nível do 1º ciclo do ensino básico. No que diz respeito ao ensino pré-escolar, o serviço continuará a ser garantido pelos JI's da sede do município.

CENTRO ESCOLAR VILARES	
Designação actual	EB1 de Vilares
Localização	Vilares (+Carva)
Nº de Salas de aula normais (1º CEB)	1
Nº de salas do pré-escolar	-
Nº de Salas de apoio	-
Capacidade Instalada do 1º CEB	20
Capacidade Instalada do pré-escolar	-
	2009
Procura Estimada do 1º CEB	17
Taxa de Utilização do 1º CEB	85%
Procura Estimada do pré-escolar	-
Taxa de Utilização do pré-escolar	-
Recursos informáticos	4 Computadores 4 Impressoras Jacto de Tinta 3 Scanner 1 TV
Outros Espaços	6 W.C. (4 em Carva) 1 Espaço de convívio descoberto 1 Parque Infantil

1. Instalações e recursos do centro escolar de Vilares

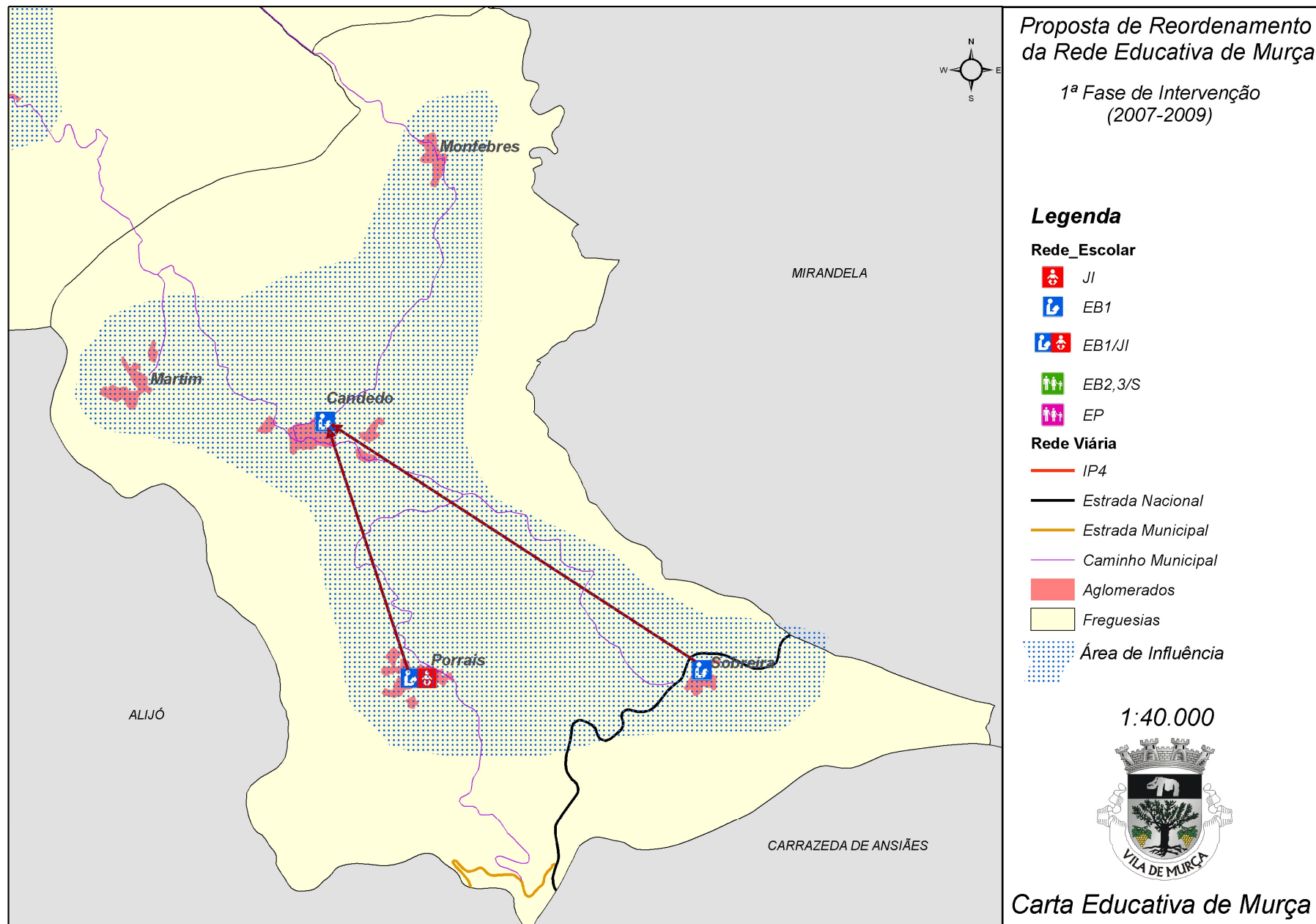


2.1.3 Centro Escolar de Candedo

Na freguesia de Candedo serão encerradas no ano lectivo de 2007/2008 as escolas do 1º CEB de Sobreira e de Porrais e os alunos transferidos para a EB1 de Candedo. Esta EB1 apresenta-se em razoável estado de conservação e possui 2 salas de aula. Este centro escolar deverá ser articulado com o Jardim-de-Infância de Porrais, passando este último a usufruir da EB1 de Porrais entretanto encerrada.

CENTRO ESCOLAR DE CANDEDO	
Designação actual	EB1 de Candedo
Localização	Candedo
Nº de Salas de aula normais (1º CEB)	2
Nº de salas do pré-escolar	1 (Porrais)
Nº de Salas de apoio	-
Capacidade Instalada do 1º CEB	40
Capacidade Instalada do pré-escolar	25
	2009
Procura Estimada do 1º CEB	39
Taxa de Utilização do 1º CEB	98%
Procura Estimada do pré-escolar	23
Taxa de Utilização do pré-escolar	92%
Recursos informáticos	4 Computadores 6 Impressoras Jacto de Tinta 3 Scanner 4 TV 3 Projectores de Vídeo
Outros Espaços	2 W.C. 1 Espaço de convívio descoberto 1 Espaço de convívio coberto

Quadro. 26. Instalações e recursos do centro escolar de Candedo



2.1.4 Centro Escolar de Murça

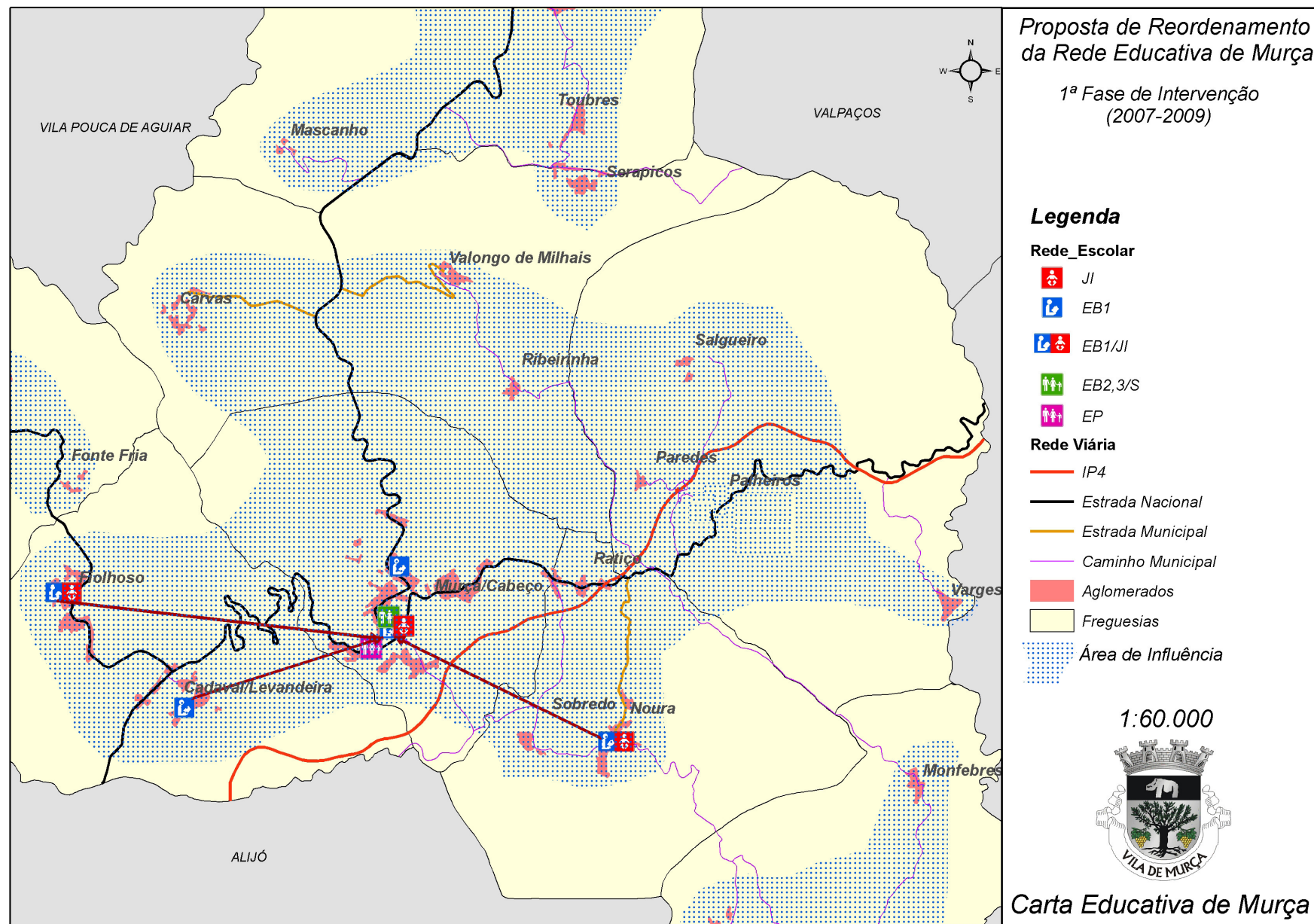
Na freguesia sede de concelho, concentram-se obviamente os principais equipamentos escolares municipais. Para além da escola sede do agrupamento vertical (Escola EB2,3/S de Murça) existem igualmente aqui as maiores escolas do 1º CEB de Murça.

As dinâmicas migratórias recentes (fenómenos de polarização que originaram movimentos da periferia concelhia para o centro urbano da sede do município) associados aos movimentos pendulares casa-trabalho que se registam entre as freguesias envolventes e a sede, levam a que a procura de serviços de ensino na sede aumente significativamente. Assim, no ano lectivo de 2007/2008 prevê-se o encerramento das EB1 de Noura, EB1 de Cadaval e EB1 de Fiolhoso e o conseqüente transferência dos alunos e dos recursos para o agora designado centro escolar de Murça que integra as EB1 de Murça nº1 e nº2. O pré-escolar em Fiolhoso e Noura deverá ser mantido, usufruindo agora de todos os espaços das respectivas escolas do 1º CEB.

CENTRO ESCOLAR DE MURÇA	
Designação actual	EB1 nº1 e nº2 de Murça
Localização	Murça
Nº de Salas de aula normais (1º CEB)	8
Nº de salas do pré-escolar	2 (Fiolhoso, Noura) +3 (Murça)
Nº de Salas de apoio	-
Capacidade Instalada do 1º CEB	160
Capacidade Instalada do pré-escolar	125
	2009
Procura Estimada do 1º CEB	183
Taxa de Utilização do 1º CEB	114%
Procura Estimada do pré-escolar	118
Taxa de Utilização do pré-escolar	94%
Recursos informáticos	8 Computadores 8 Impressoras Jacto de Tinta 1 Plotter 2 TV 2 Scanner
Outros Espaços	10 W.C. 2 Espaço de convívio descoberto 2 Espaço de convívio coberto 1 Ludoteca

Quadro. 27. Instalações e recursos do centro escolar de Murça

Este novo “centro escolar de Murça” deverá assim assegurar estes 2 níveis de ensino a toda a população das freguesias de Murça, Valongo de Milhais, Palheiros, Fiolhoso e Noura, assim como o pré-escolar às freguesias de Vilares e Carva. Ao nível da capacidade instalada para o 1º ciclo e face à actual procura registada na sede do município e as projecções até 2009, as duas EB1 de Murça apresentarão um ligeiro deficit, pese embora tenham sido considerados os rácios mínimos por turma (20 alunos) que, a serem ligeiramente aumentados, levarão a um bom ajustamento da oferta à procura total estimada.



2.1.5 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Actualmente Murça possui uma EB2,3/S localizada na sede do município com capacidade para cerca de 25 turmas. Este equipamento possui razoáveis condições de conservação, apresentando no entanto algumas necessidades ao nível de certos espaços, nomeadamente:

- A construção de um laboratório de ciências;
- A construção de um auditório;
- A ampliação e reorganização de diversos espaços da área de alunos e da área administrativa;

Para além destes espaços, este estabelecimento carece igualmente de algumas obras de requalificação e embelezamento ao nível dos espaços exteriores, bem como de remodelação e de conservação a nível do pavimento dos espaços de recreio e de lazer. A cobertura dos pavilhões e passadiços necessita também de ser substituída integralmente assim como as caixilharias e vidros nas salas de aula.

Propõe-se igualmente a colocação de rampas de acesso e eliminação de barreiras arquitectónicas de modo a melhorar significativamente a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada ao estabelecimento de ensino.

A evolução recente da procura dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário revela um aumento ligeiro do nº de entradas de alunos nestes níveis de escolaridade, devido sobretudo, as expectativas associadas ao reordenamento da rede educativa que agora se propõe, nomeadamente as melhorias no combate ao insucesso e abandono escolares, fruto da agregação de alunos que se encontram actualmente em condições de isolamento escolar, da melhor rentabilização das estruturas educativas, quer físicas, materiais ou humanas, e da possibilidade de concepção de melhores e mais bem articulados projectos educativos, aos quais o actual estabelecimento da sede do município poderá perfeitamente dar resposta.

Assim a EB2,3/S de Murça deverá continuar a servir toda a população escolar do município, havendo apenas a necessidade de se proceder, para além das intervenções já referidas, à reconfiguração as actuais rotas do serviço de transporte escolar de modo a que estas sejam compatíveis com as transformações ocorridas ao nível do reordenamento da rede do 1º ciclo do ensino básico.

2.1.6 ENSINO PROFISSIONAL

Ao nível do ensino profissional não se propõe medidas de reestruturação do parque escolar actual, uma vez que este se encontra perfeitamente ajustado às necessidades municipais e em bom estado de conservação.

2.2 AVALIAÇÃO GLOBAL DA 1ª FASE

A 1ª fase do processo de reordenamento do território educativo de Murça apresenta uma relação entre a oferta e a procura tal como se descreve no quadro seguinte.

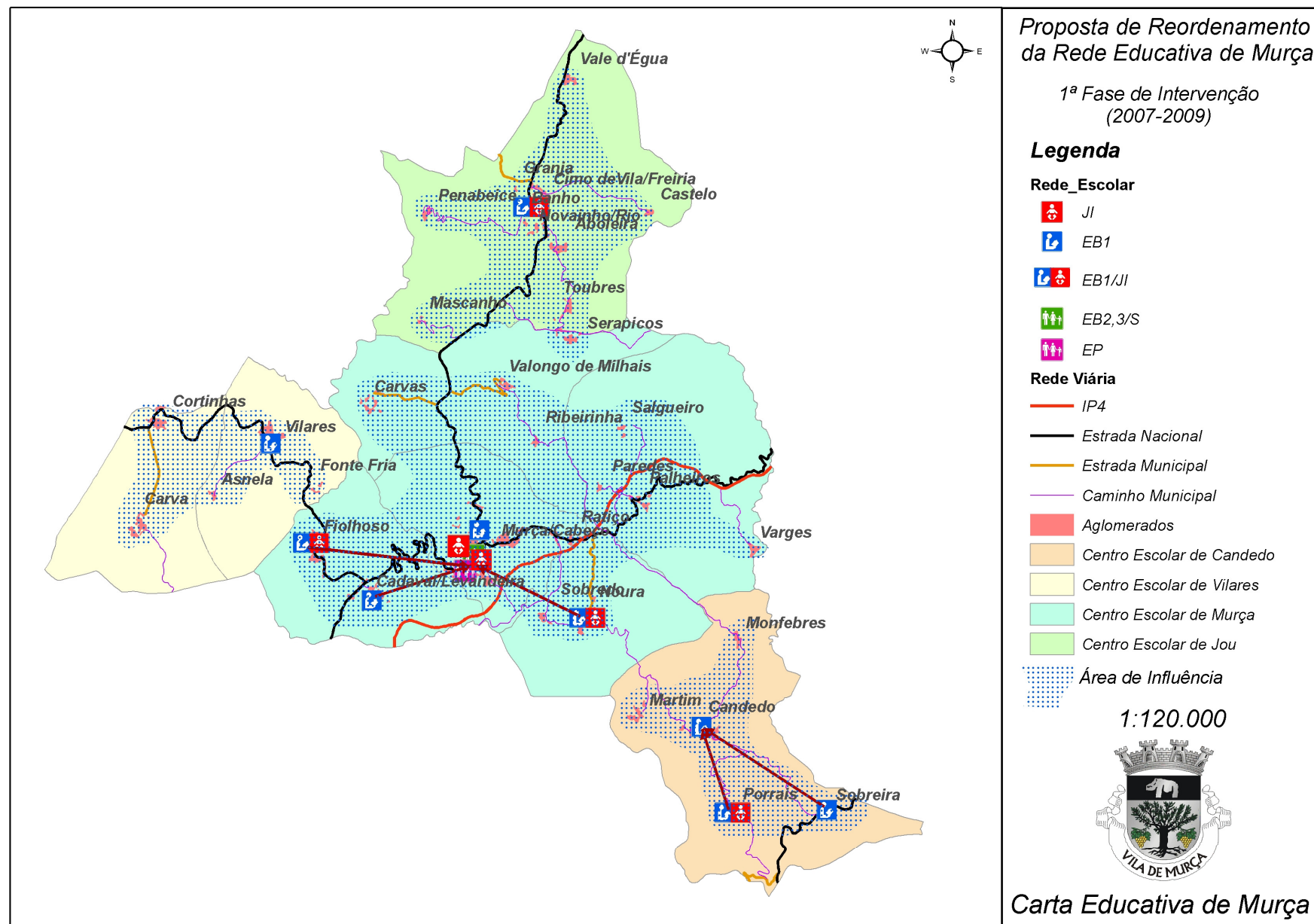
Ao nível do ensino pré-escolar a manutenção da oferta pública complementada com o privado, garantem a mesma taxa de ajustamento global do município embora os estabelecimentos usufruam agora, fruto dos encerramentos do 1º CEB de mais e melhores espaços.

O 1º ciclo apresenta por seu lado uma taxa de ajustamento bastante superior à registada em 2006, sobretudo devido ao processo de reordenamento se proceder de uma forma gradual, procurando evitar roturas drásticas com os hábitos instalados e dando tempo às populações para percepcionarem as vantagens de tais reestruturações na rede educativa.

	Território Educativo		
	Capacidade		
	JI	1º Ciclo	2º e 3º Ciclo e Secundário
EB1 com Jardim-de-infância de Cimo de Vila nº1	25	20	-
Jardim-de-infância de Porrais	25	-	-
Jardim-de-infância de Noura	25	-	-
Jardim-de-infância de Fiolhoso	25	-	-
Jardim-de-infância de Murça	25	-	-
Jardim-de-infância da St.ª Casa de Murça	50		
EB1 de Murça n.1	-	80	
EB1 de Murça n.2	-	80	
EB1 de Vilares	-	20	-
EB1 de Candedo	-	40	-
EB 2,3/S de Murça	-	-	625
TOTAL	175	240	625
PROCURA 2014 / 2015	147	211	553
Relação Capacidade / Procura	+28	+29	+72
Taxa de Ajustamento	84%	88%	89%

Quadro. 28. Capacidades presentes e procuras futuras da rede educativa municipal

Ao nível da EB2,3/S de Murça, como não foram propostas medidas de reordenamento, esta continua a apresentar os mesmos valores, que se configuram bastante apreciáveis.



2.3 O Território Educativo – 2ª Fase

Esta segunda fase do processo de reordenamento da rede educativa de Murça refere-se ao conjunto de transformações que deverão ocorrer a partir do ano lectivo 2010/2011 inclusive.

O processo de concentração da oferta educativa em centros escolares, já iniciado na 1ª fase deverá agora intensificar-se, devido às estimativas demográficas que indicam um forte redução sobretudo no 1º ciclo do ensino básico.

No que diz respeito ao ensino pré-escolar apenas se propõe uma alteração ao nível da oferta deste nível de ensino na sede do município, não sendo proposta qualquer alteração nesta 2ª fase para os restantes pólos, uma vez que o serviço aí existente colmatará todas as necessidades do município até ao ano horizonte a que esta proposta se refere (2014/2015).

A rede educativa do 1º CEB de Murça, constituída no final da 1ª fase por 5 escolas, dará lugar a um grande pólo escolar localizado na sede do município.

2.3.1 CENTRO ESCOLAR DE MURÇA

Prevê-se então para esta 2ª fase a criação de um grande centro escolar do 1º ciclo na sede do município que albergará toda a procura municipal deste nível de ensino. Propõe-se assim o encerramento das seguintes escolas do 1º CEB e a respectiva transferência dos alunos e recursos para a nova escola localizada na sede:

- EB1 de Cimo de Vila N.º1;
- EB1 de Vilares;
- EB1 de Candedo;
- EB1 n.º 1 de Murça;
- EB1 n.º 2 de Murça;

Será assim necessário proceder-se à construção de uma nova escola do 1º CEB que dê uma resposta qualitativa a toda a procura municipal a partir de 2010. Este novo edifício deverá, tanto quanto possível, ser implantado nas imediações dos restantes equipamentos escolares da sede, nomeadamente da EB2,3/S, do JI de Murça, visto que é nesta zona urbana que se localizam igualmente importantes equipamentos complementares ao ensino tais como o complexo desportivo que integra as piscinas e os campos de ténis, o centro de saúde e o novo polidesportivo (ainda em fase de projecto), assegurando-se assim um acesso rápido e fácil a serviços complementares

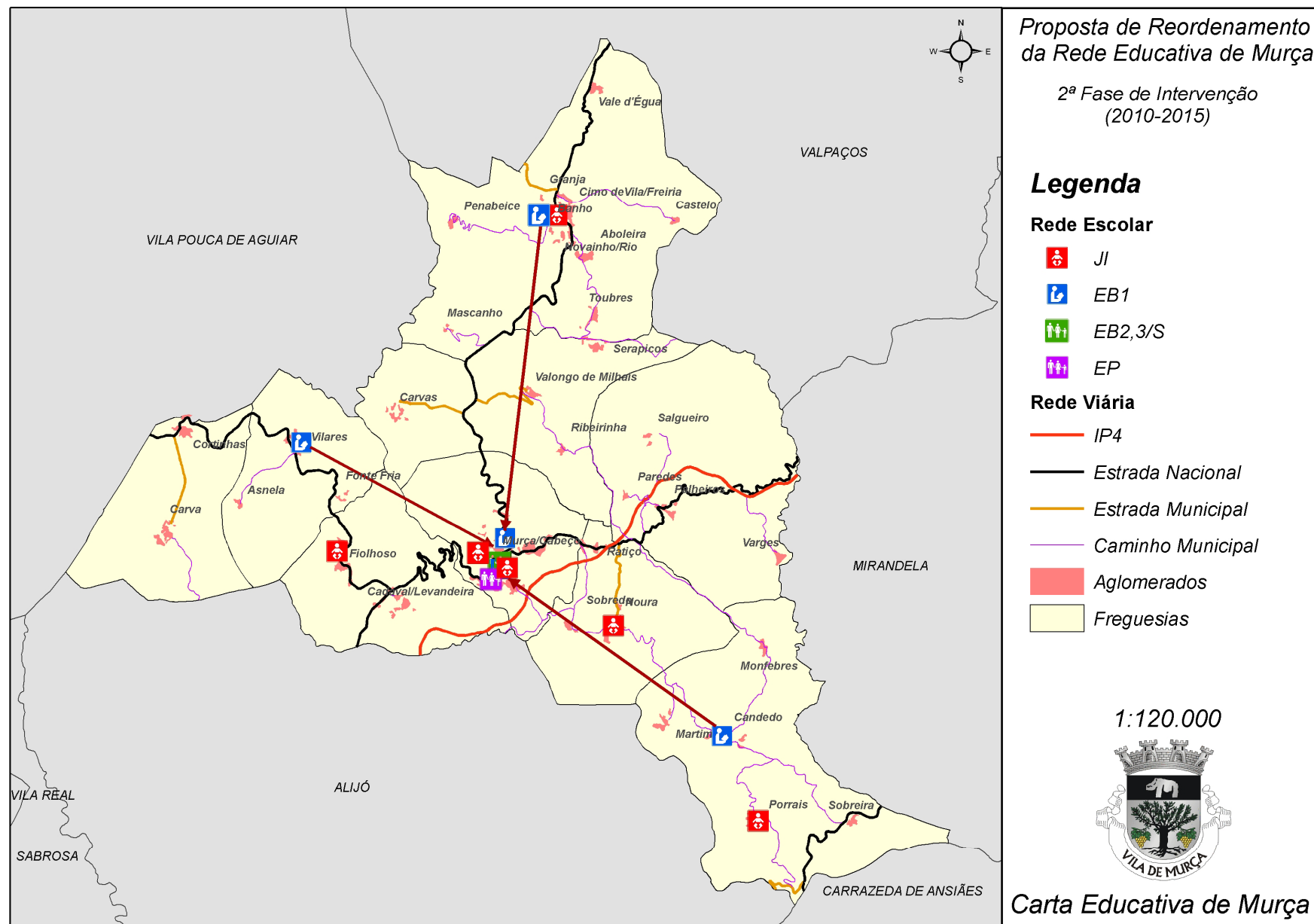
indispensáveis à garantia de um projecto educativo de qualidade. Este novo equipamento deverá contar pelo menos com:

- 12 Salas de aula;
- Salas de apoio;
- 1 Biblioteca/Mediateca;
- Cozinha e Refeitório;
- Sala de Professores;
- Salão Polivalente;
- Áreas administrativas e arrumos
- Espaços sanitários independentes
- Sala de Educação Especial
- Laboratório de Estudo Experimental

Assim, a sede ficará com capacidade para 240 alunos, sendo portanto suficiente para responder à procura total do município estimada a partir de 2010 e até 2015. Aquando da finalização deste novo equipamento, dever-se-á proceder à reconversão da EB1 nº 1 de Murça num espaço museológico escolar

Ao nível do ensino pré-escolar não se deverá proceder a esta concentração, dado que é um nível de ensino onde não se devem impor grandes deslocações aos utentes, aproximando-os ao máximo, sempre que possível, das suas residências. No entanto, ao nível da sede do município, a resposta pública do ensino pré-escolar é ainda algo deficitária pelo que se deverá proceder ao seu reforço. Para tal prevê-se a transferência do JI de Murça para a EB1 nº2 de Murça, reconvertendo-se esta última num JI, melhorando-se assim substancialmente a resposta pública deste nível de ensino.

Nas restantes freguesias, dever-se-ão manter em funcionamento todos os Jardins-de-infância previstos na 1ª fase, beneficiando agora nesta 2ª fase dos espaços desocupados do 1º CEB. O município contará assim com 6 Jardins-de-Infância estando perfeitamente dotado de equipamentos para a procura do pré-escolar até ao ano horizonte.



2.3.2 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Nesta 2ª fase não estão previstas alterações ao nível dos equipamentos existentes. A EB2.3/S de Murça continuará assim a garantir o serviço a todos os utentes do município.

2.4 AVALIAÇÃO GLOBAL DA 2ª FASE

Após a finalização da 2ª fase do processo de reordenamento da rede educativa municipal a rede será constituída pelos estabelecimentos que se apresentam no seguinte quadro. Referem-se igualmente as capacidades finais instaladas bem como a procura global estimada para o ano horizonte nos vários níveis de escolaridade.

	Território Educativo		
	Capacidade		
	Jl	1º Ciclo	2º e 3º Ciclo e Secundário
Jardim-de-infância de Jou	25	-	-
Jardim-de-infância de Porrais	25	-	-
Jardim-de-infância de Noura	25	-	-
Jardim-de-infância de Fiolhoso	25	-	-
Jardim-de-infância da St.ª Casa de Murça	50	-	-
Jardim-de-infância de Murça	50	-	-
EB1 de Murça	-	240	-
EB 2,3/S de Murça	-	-	625
TOTAL	200	240	625
PROCURA 2014 / 2015	147	211	553
Relação Capacidade / Procura	+53	+29	+72
Taxa de Ajustamento	74%	88%	89%

Quadro. 29. Capacidades presentes e procuras futuras da rede educativa municipal

A rede proposta para 2014, apresenta uma taxa de ajustamento ao nível do pré-escolar inferior à da fase anterior, pese embora, se considerarmos apenas a oferta pública, essa taxa se mantenha constante. Igualmente nos restantes níveis de ensino, apesar de obter as mesmas taxas de ajustamento que na fase anterior, existem melhorias significativas quer ao nível da qualidade dos espaços de ensino quer ao nível da possibilidade de criação de melhores projectos educativos integrados sobretudo ao nível do ensino básico, uma vez que a reestruturação prevista, tanto pela agregação dos alunos que garante uma outra escala de trabalho, como pela proximidade geográfica dos três ciclos do ensino básico e de um vasto conjunto de equipamentos complementares á educação (desporto, cultura, etc.), permitirá definir mais e melhores iniciativas educativas.

2.5 MEDIDAS DE AFECÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS A ENCERRAR

Um processo de reordenamento desta natureza, em circunstâncias de forte excedente da oferta face à procura registada, origina obviamente um vasto conjunto de transformações ao nível do parque escolar, nomeadamente o encerramento de diversas unidades escolares um pouco por todo o território municipal. O processo de reordenamento da rede educativa não se deve alhear dos equipamentos a desafectar, devendo procurar dar-lhes usos alternativos, sempre que possível e quando necessário, associados à nova rede educativa, oferecendo serviços extracurriculares complementares. Poderão e deverão ser igualmente consideradas soluções de reaproveitamento do parque escolar desafectado em respostas de carácter sócio-cultural para a população local ou ainda como estruturas de apoio ao turismo rural.

CAPÍTULO IV

FICHAS SÍNTESE

1 FICHAS SÍNTESE DO TERRITÓRIO EDUCATIVO

Fase 1 (2007-2009)					
Nível de Ensino	Nome	Área de Influência (lugares servidos)	População a Escolarizar	Equipamentos e Capacidade Instalada	Propostas de Reordenamento
PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	Centro Escolar de Murça	Murça Carva, Monfobres Valongo de Milhais Ribeirinha Salgueiro; Paredes Palheiros; Ratiço Vargues; Sobredo Fiolhoso; Cadaval; Noura	2009: 118 crianças	JI Noura (25 crianças) JI Fiolhoso (25 crianças) JI Murça (25 crianças) JI Privado (50 crianças)	Pré-escolar
					1º CEB
			2009: 183 crianças	EB1 nº1 Murça (4 salas) EB1 nº2 Murça (4 salas)	Encerramento da EB1 de Fiolhoso Encerramento da EB1 de Noura Encerramento da EB1 de Cadaval
	Centro Escolar de Vilares	Vilares Fonte Fria Carva Cortinhas Asnela	1º CEB		
			2009: 17 crianças	EB1 de Vilares (1 sala)	
	Centro Escolar de Jou	Cimo de Vila Vale d'Égua Castelo Penabeice Aboleira Serapicos Mascanho Novainho/Rio Freiria	2009: 11 crianças	EB1/JI Cimo de Vila nº1 (25 crianças)	Pré-escolar
					1º CEB
			2009: 19 crianças	EB1/JI Cimo de Vila nº1 (1 sala)	
	Centro Escolar de Candedo	Sobreira Candedo Porrais Martim	Pré-escolar		
			2009: 23 crianças	JI Porrais (25 crianças)	Manutenção do JI em Porrais agora no espaço da EB1
			2009: 39 crianças	EB1 Candedo (2 salas)	Encerramento da EB1 de Sobreira Encerramento da EB1 de Porrais
2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO	EB2,3/S de Murça	Todo o Município	2º e 3º CEB		
			2009: 613 Jovens	E2,3/S para 625 Alunos	
ENSINO PROFISSIONAL	EP de Murça	Intermunicipal			

Fase 2 (2009-2014)					
Nível de Ensino	Nome	Área de Influência (lugares servidos)	População a Escolarizar	Equipamentos e Capacidade Instalada	Propostas de Reordenamento
PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	Centro Escolar de Murça	Todo o Município	Pré-escolar		
			2014: 147 Crianças	Jl Noura (25 crianças) Jl Fiolhoso (25 crianças) Jl Jou (25 crianças) Jl Porrais (25 crianças) Jl Murça (50 crianças) Jl Privado (50 crianças)	Encerramento da EB1 de Cimo de Vila nº1 Encerramento da EB1 de Candedo Encerramento da EB1 de Vilarés Reconversão da EB1 nº2 de Murça num Jl e transferência dos alunos do actual Jl de Murça
			1º CEB		
			2014: 211 Crianças	EB1 de Murça (12 salas)	Encerramento da EB1 de Fiolhoso Encerramento da EB1 de Noura Encerramento da EB1 de Cadaval Reconversão da EB1 nº1 de Murça num espaço museológico escolar
2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO	EB2,3/S de Murça	Todo o Município	2º e 3º CEB		
			2014: 553 Jovens	E2,3/S para 625 Alunos	
ENSINO PROFISSIONAL	EP de Murça	Intermunicipal			

CAPÍTULO V

FICHAS DE INTERVENÇÃO

As fichas de intervenção que de seguida se apresentam têm como objectivos:

- a hierarquização das propostas de intervenção da rede educativa de Murça;
- a calendarização dessas mesmas intervenções;
- a definição de uma estimativa orçamental
- e a definição das entidades responsáveis pelas propostas de intervenção;

Todas as propostas efectuadas enquadram-se num reordenamento da rede educativa que integra dois eixos de acção complementares, nomeadamente:

EIXO 1: Melhoria das condições de Educação e Formação – procurando-se intervir ao nível do parque escolar existente que deverá continuar em funcionamento, dotando-o de mais e melhores espaços, cumprindo igualmente requisitos definidos pelo Ministério da Educação no que diz respeito a criação de espaços de refeitório. Apesar da maioria destas intervenções terem como alvo escolas EB1 que na 2ª fase do processo de reordenamento serão encerradas, os pequenos investimentos efectuado, à excepção da EB1 de Candedo, irão incidir apenas na requalificação dos edifícios já existentes, não constituindo portanto um investimento supérfluo, e acima de tudo, garantindo alguma homogeneidade na qualidade dos espaços educativos do concelho.

EIXO 2: Reorganização da Rede Escolar – onde se preconizam todas as acções de reordenamento da distribuição dos alunos do 1º CEB pelos pólos escolares definidos na 1ª fase do processo de reordenamento, bem como as transferências ao nível do pré-escolar para espaços entretanto desactivados pelo 1º CEB, bem como a criação de novos equipamentos escolares no município.

Ao nível da calendarização das intervenções definiram-se dois momentos distintos, nomeadamente:

Prioridade 1 – Acções a desenvolver no ano lectivo 2006/2007;

Prioridade 2 – Acções a desenvolver no ano lectivo 2009/2010;

1 FICHAS DE INTERVENÇÃO

Identificação	F1.1
Designação	Escola do 1.º Ciclo com Jardim-de-infância de Cimo de Vila – Jou
Proposta	Arranjos diversos no Edifício escola ao nível da pintura interior exterior, WC e substituição de telhado
Estratégia em que se insere	E.1 – Melhores condições de Educação e Formação E.2 – Reorganização da rede escolar
Prioridade	1 - A entrada em vigor desta medida deverá ocorrer no ano lectivo 2006/2007
Responsabilidade	Ministério da Educação Câmara Municipal de Murça
Investimento Previsto	9.994.71 € (Nove mil novecentos e noventa e quatro euros e setenta e um cêntimos)
Informações Complementares	Com o reforço das condições de funcionamento deste estabelecimento, deverão ser encerrados os seguintes estabelecimentos: - EB1 de Toubres - EB 1 de Cimo de Vila n.º 2

Identificação	F1.2
Designação	Escola Básica do Primeiro ciclo de Vilares
Proposta	-Transformação de uma das salas em refeitório e sala de apoio -Arranjo do WC
Estratégia em que se insere	E.1 – Melhores condições de Educação e Formação E.2 – Reorganização da rede escolar
Prioridade	1 - A entrada em vigor desta medida deverá ocorrer no ano lectivo 2006/2007
Responsabilidade	Ministério da Educação Câmara Municipal de Murça
Investimento Previsto	8.121€ (Oito mil cento e vinte e um Euros)
Informações Complementares	Com o reforço das condições de funcionamento deste estabelecimento, deverão ser encerrados os seguintes estabelecimentos: - EB1 de Carva - EB 1 de Cortinhas

Identificação	F1.3
Designação	Escola Básica de Candedo (E.B. 1 de Candedo)
Proposta	Arranjos diversos no Edifício Escolar nomeadamente: pinturas, WCs e criação de Espaço de refeitório
Estratégia em que se insere	E.1 – Melhores condições de Educação e Formação E.2 – Reorganização da rede escolar
Prioridade	1 - A entrada em vigor desta medida deverá ocorrer no ano lectivo 2006/2007
Responsabilidade	Ministério da Educação Câmara Municipal de Murça
Investimento Previsto	6.706 € (seis mil setecentos e seis euros)
Informações Complementares	Com o reforço das condições de funcionamento deste estabelecimento, deverão ser encerrados os seguintes estabelecimentos: - EB1 de Martim - EB 1 de Porrais - EB 1 de Sobreira

Identificação	F2.1
Designação	Escola Básica do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico com Secundário de Murça. EB 2/3 Secundário de Murça
Proposta	Construção de uma Sala Auditório e de um laboratório de ciência. Substituição do equipamento de cozinha
Estratégia em que se insere	E.1 – Melhores condições de Educação e Formação
Prioridade	1 - A entrada em vigor desta medida deverá ocorrer até ao início do ano lectivo 2007/2008
Responsabilidade	Ministério da Educação
Investimento Previsto	125.000 € (Cento e vinte e cinco mil euros)
Informações Complementares	Com o reforço destes equipamentos a escola poderá ficar dotada de melhores condições para o desenvolvimento da sua função proporcionando melhores condições de ensino/aprendizagem.

Identificação	F3.1
Designação	Centro Escola E.B. 1 de Murça
Proposta	Construção de um Centro Escolar do 1º ciclo capaz de receber todos os alunos, deste nível de ensino do Concelho de Murça
Estratégia em que se insere	E.1 – Melhores condições de Educação e Formação E.2 – Reorganização da rede escolar
Prioridade	2- A entrada em vigor desta medida deverá ocorrer no ano lectivo 2009/2010
Responsabilidade	Ministério da Educação Câmara Municipal de Murça
Investimento Previsto	2.000.000 € (dois milhões de Euros)
Informações Complementares	Com o reforço das condições de funcionamento deste estabelecimento, deverão ser encerrados todos os estabelecimentos de ensino do 1º C.E.B. do Concelho de Murça

CAPÍTULO VI

MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

1 INTRODUÇÃO

A Carta Educativa Municipal é um documento estratégico com um determinado período de vigência, ao fim do qual ambiciona alcançar determinados objectivos. No entanto, e acima de tudo, é um processo em constante reorientação face à natural evolução da realidade local e nacional. Traçados que estão esses objectivos, é fundamental estabelecer uma metodologia de medição do seu grau de consecução, tarefa indispensável à gestão do sistema educativo local e prolongamento natural da necessária avaliação da política educativa local.

2 RECURSOS DE MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO

A Câmara Municipal de Murça, deverá assim, conforme estipulado previamente com a equipa técnica responsável pela elaboração da Carta Educativa, ficar dotada de um sistema de gestão do processo de implementação do reordenamento proposto, para suporte à pilotagem estratégica e monitorização contínua da gestão do parque escolar e dos recursos (materiais e humanos) afectos a essa mesma rede educativa.

A plataforma informática desenvolvida para o apoio à decisão, teve na sua génese a Base de Dados TER (Território, Educação, Reordenamento) disponibilizada pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP) do Ministério de Educação, sobre a qual de procedeu a uma modelação dos conteúdos por forma a aumentar a informação a disponibilizar para o apoio á decisão do Conselho Municipal de Educação (CME).

A constituição da base de dados com informação constante da Carta Educativa foi desenvolvida previamente pela equipa técnica responsável, recolhendo para tal um vasto conjunto de dados nas mais diversas entidades intervenientes no processo de reordenamento da rede educativa municipal, servindo assim de suporte às propostas finais apresentadas.

A base de dados TER é uma ferramenta que irá permitir ter capacidade de decisão ajustada às necessidades temporais que a s dinâmicas da educação, da formação e dos territórios exigem. Assim, esta base tem como finalidade última, dotar as autarquias (e o respectivo CME) de um instrumento facilitador da elaboração, acompanhamento e monitorização da Carta Educativa, nomeadamente na vertente das dinâmicas demográficas e escolares, da oferta e da procura educativa e do consequente reordenamento da rede.

Assim, permitirá, de uma forma segura e abrangente, que os intervenientes nos processos associados à Carta Educativa se pronunciem sobre as orientações estratégicas, as medidas de

intervenção, etc., numa metodologia de permanente leitura da situação existente e/ou proposta, adequando (configurando e reconfigurando) as organizações e os territórios. Complementarmente, permitirá caracterizar o parque escolar existente e identificar o estado de ocupação/utilização das instalações (p. ex. cálculo das taxas de ocupação das escolas), potenciando articulações e sinergias, com os consequentes ganhos de eficácia e eficiência.

3 FASES DO PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO

3.1 Recolha e organização da informação

A manutenção da Base de dados TER deverá ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Murça que periodicamente (preferencialmente todos os anos) deverá recolher juntos das diversas entidades, nomeadamente, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Ciência e Tecnologia, as Escolas, etc., a informação indispensável á sua actualização.

3.2 Instrumentos de Avaliação

- No final de cada ano lectivo deverá ser produzido um relatório de diagnóstico do sistema educativo local. Esse relatório será elaborado pela câmara municipal, tendo como informação de suporte os dados actualizados da Base de dados TER. Nesse documento deverá ser caracterizada de um modo sintético toda a rede educativa em funcionamento no ano lectivo transacto.

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO	
ELEMENTOS	Caracterização
Espaços de Ensino	Identificação dos estabelecimentos de todos os níveis de ensino
	Salas existentes (Nº e estado de conservação)
	Espaços de Apoio de cada estabelecimento (Nº e estado de conservação)
	Material didáctico existente (Nº e estado de conservação)
Procura do Sistema Educativo	Nº de alunos inscritos por ano escolar em cada estabelecimento de ensino
Evolução Demográfica	<p>População total residente por freguesia e jovens desagregados pelos seguintes grupos etários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 0 a 4 anos; • 5 a 9 anos; • 10 a 14 anos; • 15 a 19 anos; • 20 a 24 anos. <p>Nados-vivos e óbitos por freguesia ocorridos durante o ano transacto.</p>
Eficácia da Rede Escolar	<p>Taxas de utilização de cada estabelecimento de ensino e de cada nível de ensino, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensão média das turmas; • Dimensão dos Estabelecimentos (Alunos/Escola); • Rácios Alunos/Professor; <p>Taxas de Retenção, Abandono e Aprovação por estabelecimento de ensino e por nível de escolaridade</p>
Transporte Escolar	<p>Mapa da rede de transportes escolares no município, descriminando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os circuitos efectuados (locais de origem e destino); • Os alunos transportados por circuito; • Os tempos de transporte de cada origem para o seu destino final.

3.3 Avaliação de resultados

A partir do relatório anteriormente referido, será desenvolvida uma reflexão avaliativa em sede de CME acerca do desenvolvimento da carta educativa, propondo os ajustes estratégicos considerados pertinentes face ao diagnóstico traçado.

3.4 Gestão

A monitorização da Carta Educativa deve ser um processo da responsabilidade de uma estrutura onde haja uma visão global e integrada da realidade local em matéria de educação. Por isso, o organismo naturalmente vocacionado para esse efeito é o Conselho Municipal de Educação (CME). Será em sede deste órgão, com já anteriormente foi referido, que irão ter lugar as reflexões avaliativas acerca da implementação da carta educativa, um constante olhar sobre a realidade educativa com vista à garantia de um sistema de qualidade e adequado às necessidades locais, fruto de uma ampla discussão por parte de todos os actores envolvidos neste processo.

CAPÍTULO VII

BIBLIOGRAFIA

- *Lei 46/86 de 14 de Outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)*
- *Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro*
- *Decreto-lei 115-A/98, de 4 de Maio*
- *Lei nº 159/99 de 14 de Setembro*
- *MARTINS, Édio (coord.) (2000). Critérios de Reordenamento da Rede Educativa. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.*
- *MARTINS, E. (Coord.) (2000). Manual para a Elaboração da Carta Educativa. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.*
- *Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População (1991)*
- *Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População (1991)*
- *GETER – Grupo de Estudos Territoriais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2004). Plano Director Municipal (em elaboração). Vila Real: UTAD*
- *DEB – Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação (2004). <http://www.deb.min-edu.pt/Nep/default.htm>. Maio de 2004.*